



resenha

de política exterior do brasil

número 46. julho, agosto e setembro de 1985

1. presidente josé sarney abre a XL sessão da assembléia geral da onu
2. II conferência de ciência e tecnologia da américa latina e caribe
3. a visita do chanceler britânico ao brasil
4. chanceler olavo setúbal visita a índia
5. ministro da cooperação econômica da rfa amplia entendimentos com o brasil
6. XIII sessão da comissão nacional para assuntos antárticos
7. olavo setúbal, no senado federal, fala sobre a política externa brasileira
8. em brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do egipto
9. ministro dos negócios estrangeiros do japão visita o brasil

ministério das relações exteriores

ministério das relações exteriores

resenha
de política exterior do brasil



RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 46. julho, agosto e setembro de 1985

ano 12. ISSN 0101 – 2428

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Olavo Egydio Setúbal

Secretário Geral das Relações Exteriores

Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima

Subsecretário Geral de Administração

Embaixador Alberto Vasconcellos da Costa e Silva

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro Luiz Antonio Jardim Gagliardi

Encarregado do Centro de Documentação

Secretário Agemar de Mendonça Sanctos

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação trimestral do Ministério das Relações Exteriores, editada pelo Centro de Documentação (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Redator e Editor responsável: Paterson Pereira

Responsável pela distribuição: Marinete Bernardino Boaventura

Redação, administração, distribuição e endereço para correspondência:

Centro de Documentação (CDO) – Palácio do Itamaraty, anexo I, prédio administrativo, salas 728/730,

7º andar. Ministério das Relações Exteriores, Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF, Brasil.

CEP 70.170. Telefones (061) 211-6410 e 211-6474.

Resenha de Política Exterior do Brasil.

Ano 1 – nº 1 – jun. 1974. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1974.

v. trimestral.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

327 (81) (05)

R433

presidente josé sarney abre a XL sessão da assembleia geral da onu

Discurso do Presidente José Sarney, em Nova York,
em 23 de setembro de 1985, por ocasião da abertura da
XL sessão da Assembleia Geral da Organização das
Nações Unidas (ONU).

Senhor Presidente,

Esta tribuna impõe respeito e dignidade.

É a mais alta na comunidade das Nações,
onde grandes e pequenos ficam menores,
porque maior é a carga da história do gêne-
ro humano exercida pela tarefa que é o bar-
ro do seu trabalho — a paz —, pelos proble-
mas que a desafiam, pelo esforço de trans-
formar discordâncias em solidariedade.

Faz quarenta anos tem o meu país, o Brasil,
o privilégio de abrir o Debate Geral da Or-
ganização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa
prerrogativa.

Pesam-me graves problemas, responsabilida-
des imensas.

Recorro a versos do maior poeta de minha
terra, para definir minha comoção. A poe-
sia não é incômoda nem anacrônica no ce-
nário dos grandes debates.

“Que sonho raro
será mais puro e belo
e mais profundo
do que esta viva máquina do mundo?”

É com esse **sentimento de mundo** que falo
em nome de uma das maiores nações do
globo, complexa e pujante sociedade, a oi-
tava economia do Ocidente, país de con-
trastes e de grandezas: o Brasil dos vários
brasis, em que a opulência e a pobreza, o
árido e o fértil, a seca e a inundação fazem
uma geografia de amostragens opostas,
abrigo num vasto continente um povo
unificado que soube construir uma demo-
cracia racial e uma unidade de cultura que
é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das re-
giões mais castigadas da Terra, o populoso
e pobre Nordeste Brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira políti-
ca, mas foi no bojo de uma tragédia e es-
panto, de forma abrupta e inesperada, que
assumi a chefia da Nação.

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para vivenciar os anseios do homem e da sociedade.

A literatura e a política são vertentes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar à aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e maisinado o homem que tiver vergonha de pensar na Terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa os fogos da vitória. O nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho, e não nos dispersarmos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Estes valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a pró-

pria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da Organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida. Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais de conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram, sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e ilimitada cooperação entre os povos. As potências da Terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar e à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada

o dobro do tempo que a Humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi, é e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a Presidência da Quadragésima Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Congratulome com os representantes dos Estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia Organização. Dirijo meus sinceros cumprimentos ao Senhor Secretário Geral, Embaixador Javier Pérez de Cuéllar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, e que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitária e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. É com base nessa tríplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, o Mahatama, disse que a verdadeira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a Lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso Continente, que revigoram a nossa tradição democrática refletida em compromissos que antecedem a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão nas relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações de força.

Com espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento e recusamos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos anti-racistas. Profunda, entranhada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, senhores, é um grande país mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla racial, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje — Machado de Assis — era um mestiço, como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, Aleijadinho, e, na música, o universal Villa-Lobos. Recordo o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima — é ilegal, é crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação do **apartheid** e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra todos os resíduos do racismo na Terra.

Como Presidente do meu país, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o Governo de Pretória.

O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da Guerra Fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à História da Humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, há de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos Pactos Internacionais de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo homem na História contemporânea. E ele nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta Assembléia a decisão de aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas sobre Direitos Cíveis e Políticos, à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado e reitera, perante si mesmo e perante toda a Comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, destaco a promoção dos direitos da mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados,

“Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O mundo possui outros pontos cardeais”, dizia, há 22 anos, o Embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembléia Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos, mas procura perceber o mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilho para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores como o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no Continente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu Governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em iniciativas concretas o amplo respaldo que Contadora vem recebendo.

O caráter político e profundamente ético de Contadora é a resposta latino-americana às teses da confrontação; é um amparo ao diálogo onde existe radicalização, é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingerência contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino, aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das Resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescentes, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Camboja. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833 o Brasil apóia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estive-

rem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do Continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo Homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova Revolução Científica que, a cada momento, transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente,

Estes são os problemas visíveis. Mas há um outro maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização; os ricos, pela insegurança; e todos pelo desmoronamento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que

concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos — alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos — enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas. Para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura cercar setores obsoletos dos países desenvolvidos com o legítimo direito dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do

protecionismo e o fantasma da inadimplência.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário-mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um país que tem potencialidades, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestudado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um país de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Assim, não nos move, ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente a das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial à paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou à formação do Consenso de Cartagena, manifestação solidária dos países latino-americanos mais afetados pelo problema da dívida externa, em busca de uma solução pela via do diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto de vista latino-americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há quarenta anos, é preciso que os Governos dos países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação ex-

cepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conclamar os líderes das nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas, mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda per capita que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justas de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidades. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do Terceiro Mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita esquece estarmos tratando de populações que têm di-

reito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscamos a atear fogo no barril de pólvora que ameaça o Continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto das ideológicas totalitárias e presa a uma injusta situação, fruto de erros acumulados no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, neste instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva à dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetemos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa nem com a recessão, nem com o desemprego, nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com estes altos custos sociais e econômicos, teríamos em seguida de abdicar da liberdade, porque o débito pago com miséria é conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a seriedade e firmeza: não há solução fora de uma reestruturação profunda das estruturas econômicas internacionais.

Por último, Senhor Presidente, devo falar da paz, o ideal maior do homem.

Mas, o que é a paz?

Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as nações, da guerra entre os homens? Ou a paz é algo mais transcendental que significa a libertação do homem de to-

das as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser um estado de espírito interior projetado pelo homem como uma conduta para todas as nações. Mas realisticamente sabemos que passarão muitas gerações, antes dessa viagem chegar a esse porto

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é a dura paisagem de nosso tempo: da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz de hoje ainda não é paz, é a dissimulação da guerra. O primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade é a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão a autoritarismos pessoais e a fanatismos ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem estados soberanos. Da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existem nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira da ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, não decidiu pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do século. A tarefa das Nações Unidas tem sido a de administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à Organização as prerrogativas

e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década de vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos:

- contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos de poder;

- criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

- explorar todo o potencial de negociação da Organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no Terceiro Mundo;

- recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem-estar de cada um de nós está embutida uma grande dívida social, uma dívida moral com todas as populações pobres do mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fossem.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coerção ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz, para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais da vida livre e se esmera em promover a mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: a procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não vice-

ja a liberdade, que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

— Com a aliança anglo-americana.

Respondeu Roosevelt:

— Não. É com a melhoria das condições de vida em todo o mundo.

Para que haja paz, repito, tem de haver democracia e liberdade. Liberdade contra a fome.

O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta em qualquer lugar da Terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da Mãe Dolorosa dos desertos africanos nos humilha, os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas, a ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética, anunciando uma nova era de abundância. A humanidade, que foi capaz de romper as barreiras da Terra e partir para as estrelas longínquas, não pode ser incapaz de extirpar a fome, o que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões de fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da co-

munidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do século. Esse desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o homem tem que ter uma visão humanista da política, senão ele só enxergará e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao homem o humanismo renascentista.

A conquista do cosmo amplia nossa vista para uma solidão infinita. O mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia, e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres, nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra, hoje devemos trabalhar para evitar os escombros da guerra anônima que é a fome.

A miséria é negação da vida.

Esta a grande missão do homem: transformar a vida, transformando o mundo. Estamos avistando o século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor à natureza, com olhos de caçador de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz são o fim da miséria, da fome.

o encontro do presidente brasileiro com o grupo latino-americano da onu

Discurso do Presidente José Sarney, em Nova York, em 23 de setembro de 1985, por ocasião de encontro com o grupo latino-americano da ONU.

Senhor Presidente,

Senhores Representantes,

Agradeço a generosidade das suas palavras de saudação, que realçam uma vez mais a histórica amizade e os intensos laços de cooperação que unem todos os nossos países.

Neste ano em que comemoramos, com renovadas esperanças, o quadragésimo aniversário da Organização das Nações Unidas, peço aos Senhores que sejam portadores da mensagem de fraterna amizade com que homenageio, em nome do povo e do Governo brasileiros, os Governos e os povos irmãos da América Latina, aqui tão dignamente representados.

Minha presença neste foro de entendimento assinala a elevada prioridade que atribuo às relações com todos os países da América Latina, como expressão da vocação latino-americana do Brasil e da sua profunda identidade com o Continente.

Senhor Presidente,

Senhores Representantes,

A ação deste Grupo de coordenação regional já deixou a sua marca inconfundível na diplomacia que se pratica nos foros internacionais. Suas posições, que refletem a coesão e o equilíbrio dos consensos, enriqueceram as Nações Unidas com a vo-

cação universalista e participativa da América Latina nas grandes questões que interessam à Humanidade em geral e aos países em desenvolvimento em particular.

A América Latina tem uma longa tradição de reflexão e prática internacional. Desde os tempos da nossa independência política, muitos foram os momentos de criatividade política e jurídica do Continente.

Essa vocação de serviço da América Latina, trazida aos foros da diplomacia multilateral, consolidou nossa presença nessa área cada vez mais importante das relações internacionais. Ao mesmo tempo, traduziu fielmente a importância das Nações Unidas e suas Agências Especializadas para nossos países. Nossa voz, voltada para os valores da paz, do progresso e da participação, adquire uma amplitude nova no momento em que a democracia, fortalecida no Continente, empresta uma legitimidade crescente à ação de nossos Governos.

Hoje, assistimos a novas iniciativas que comprovam essa capacidade de mobilização e de coordenação latino-americanas em defesa de interesses legítimos da região. É esse o sentido das ações do Grupo de Contadora e do Consenso de Cartagena, orientados pela firme decisão de encontrar soluções duradouras, estáveis e genuinamente latino-americanas para graves problemas que afetam a vida de nossos povos.

Senhor Presidente,

Senhores Representantes,

O exemplo diário da coordenação e da solidariedade é a diferença marcante entre nossa reação à crise atual e à dos anos 30.

Meio século atrás, o colapso da economia surpreendeu-nos dispersos, isolados, encerrados em nossos particularismos.

Hoje, o desafio mundial encontra uma América Latina mais coesa e transformada pelos esforços de integração.

É nesse caminho da construção e aperfeiçoamento da confiança recíproca que devemos perseverar. São seus pressupostos a comunidade de destino e aspirações, a riqueza e diversidade de expressões nacionais harmonizadas pelo comum denominador da identidade cultural latino-americana.

Nas décadas de 50 e 60, a América Latina foi pioneira na introdução de conceitos inovadores que iriam conduzir à UNCTAD, à luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional, ao diálogo Norte/Sul, à cooperação Sul/Sul, às duzentas milhas de mar territorial e à Convenção sobre o Direito do Mar.

Por algum tempo, nossos países foram apontados como a história do sucesso do desenvolvimento, como economia na plataforma de decolagem para o crescimento auto-sustentado.

Hoje, com igual exagero, somos vistos como descrentes de nós mesmos, mergulhados em perplexidade e frustração diante do desmoronar das velhas fórmulas desenvolvimentistas.

A vitória sobre a desesperança e o pessimismo deve nascer de uma reação baseada na autoconfiança. Não apenas da afirmação da vontade contra a adversidade dos tempos, mas do conhecimento sereno que temos da força, da perseverança e da vitalidade de que nossos povos, mesmo nos piores momentos, sempre souberam dar provas.

Não podemos renunciar ao desenvolvimento, condição do bem-estar, da educação e da justiça para nossas sociedades.

Se as fórmulas de antes estão gastas, temos de recorrer à inteligência criativa da América Latina para forjar conceitos novos, que atualizem o ideário do desenvolvimento.

Para outros Continentes, a idéia-força que plasmou a unidade foi ora a descolonização e a luta contra o racismo, ora a edificação da convivência e da integração num espaço geográfico dividido pela ideologia.

Para nós, latino-americanos, o fio unificador, a idéia comum capaz de gerar unidade e conferir-nos um papel internacional inconfundível só poderá ser a renovação do nosso compromisso com um desenvolvimento pleno e equilibrado, fonte de bem-estar e de justiça.

Senhores Representantes,

Os quarenta anos da fundação das Nações Unidas se cumprem num mundo conturbado. Nele, a paz e a segurança são ainda um ideal e a justiça e a equidade uma promessa remota.

Estes quarenta anos de existência da Organização das Nações Unidas convidam-nos à reflexão e inspiram-nos para a ação.

A reflexão traz-nos a certeza de que a América Latina muito tem a oferecer à Organização e aos ideais e princípios que dão sentido à sua existência.

A ação mostra-nos que o caminho é um só: a capacidade de influirmos na História passa pela criatividade de nossas idéias, pela legitimidade de nossas propostas e pela determinação com que soubermos buscar em nossa cultura a inspiração para construir um mundo de liberdade e de justiça.

Muito obrigado.

presidente brasileiro visita o "council on foreign relations"

Discurso do Presidente José Sarney, em Nova York, em 24 de setembro de 1985, por ocasião de sua visita ao "Council on Foreign Relations".

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que compareço a este Conselho, reconhecido em todo o mundo pela expressiva contribuição que tem dado ao debate e esclarecimento de importantes questões internacionais.

Embora se viva em toda a América Latina tendência quase geral à democratização, cada país segue caminho independente, determinado pelos fatores que lhes são próprios.

Por isso, tenciono falar sobretudo da experiência que me é mais próxima, a da consolidação da democracia brasileira, objetivo central da Nova República inaugurada em meu país em março deste ano.

Iniciamos no Brasil a reforma pacífica e sem traumatismo das instituições políticas e das estruturas econômicas, para permitir a participação, sem exclusão, dos brasileiros na construção do seu futuro.

Vencendo o pessimismo que nos abatia, construímos uma grande esperança. O golpe trágico da perda do inesquecível líder Tancredo Neves converteu-se numa razão a mais para prosseguirmos, com a mesma maturidade, no processo de conciliação nacional.

Em poucos meses, o panorama político do país renovou-se por completo.

Há, hoje, no Brasil, plena liberdade de pensamento e expressão. O Presidente da República será eleito não mais através de um colégio eleitoral, mas por eleições diretas. E o Congresso Nacional tem, no con-

junto das instituições representativas, a importância e o papel próprios das democracias contemporâneas. A lei eleitoral foi emendada para permitir o restabelecimento de um saudável pluralismo político. Foram, assim, legalizados partidos até há pouco clandestinos, e criados outros que exprimem, ordenadamente, a manifestação do dissenso e a representação das mais variadas opiniões. Assegurou-se a autonomia dos sindicatos, que por muito tempo estiveram sob controle do Estado.

Como coroamento de todo o processo, estamos convocando uma Assembléia Constituinte, a ser eleita no próximo ano, para iniciar seus trabalhos em 1987. A Constituinte será um instrumento nas mãos dos brasileiros para cristalizar, em preceitos constitucionais, sua vontade de viver em uma organização política autenticamente democrática.

A democratização política projeta-se na economia e nas instituições sociais. Entendemos que a democracia, ao permitir uma maior participação de todos na vida política nacional, gera necessariamente reivindicações naquelas áreas. A recuperação econômica e a construção da democracia são tarefas convergentes e estamos, assim, empenhados em realizá-las conjuntamente, porque estamos convencidos de que asseguramos a estabilidade das relações políticas na medida em que elas estejam em correspondência com a realidade social.

O esforço interno brasileiro tem sido grande, ao tentar superar os problemas econômicos e sociais, de cuja solução depende também a consolidação democrática.

Esse é o grande desafio que se coloca para o Governo e para o povo brasileiro.

As tensões sociais no país foram agravadas pela limitação das liberdades políticas e por medidas econômicas que concentraram a renda e aprofundaram o desequilíbrio regional. Nos últimos meses, ocorreu no Brasil uma saudável liberação de demandas há tempos reprimidas, que, à primeira vista, podem parecer descontroladas, mas que, na realidade estão sendo canalizadas através dos veículos democráticos de associações de classe, dos partidos políticos e do Parlamento. E todas essas forças compartilham a convicção de que o primeiro dever dos governos democráticos é o da promoção humana e do tratamento justo dos diferentes grupos sociais.

Para atender esse anseio e corrigir as desigualdades apontadas, o Governo se vê diante de um difícil quadro, cuja solução está intimamente ligada à opção pela retomada do crescimento econômico com base em seus próprios recursos e instrumentos, uma vez que os fatores externos que para ele poderiam concorrer estão fora do seu controle e lhe têm sido adversos.

Não temos o mesmo crescimento dos anos anteriores. Mas desejamos que nosso crescimento renda sobretudo dividendos sociais. No total, fomos obrigados a diminuir nossos investimentos. Mas aumentamos gastos na área social, em especial em saúde e educação.

Estamos iniciando uma reforma agrária progressiva, com o objetivo de levar ao campo a paz e a justiça social, juntamente com um impacto positivo sobre a produção.

Um novo impulso dinamiza a nossa realidade política, econômica e social, estabelecendo as condições internas para a consolidação democrática.

Caberia também analisar a relação entre a consolidação democrática interna e fatores

externos. A própria formulação da política externa brasileira projeta a visão democrática também para o conjunto das relações internacionais do país. Por outro lado, alguns fatores internacionais têm consequências para a consolidação interna da democracia.

A visão democrática projetada internacionalmente nos leva a uma reflexão crítica sobre o próprio sistema mundial do poder.

O princípio da soberania, o da autodeterminação e o da igualdade jurídica entre os Estados estão consagrados pela Carta das Nações Unidas, cujo espírito e estrutura jurídica são democráticos.

Num mundo complexo, em que surgem novos atores, em que já são poucos os resíduos do colonialismo e em que os países em desenvolvimento participam ativamente do cenário internacional, esses princípios não deveriam ser meras abstrações conceituais.

O Brasil acredita que se devem aplicar os princípios democráticos ao sistema mundial de poder e às instituições econômicas internacionais, ampliando-se os canais de participação no sistema internacional de decisões.

Na prática, o princípio da igualdade jurídica tem convivido com um sistema decisório internacional concentrado. Decisões que interessam a todos os povos — como as que dizem respeito, por exemplo, à questão do desarmamento — ficam à mercê da vontade de alguns poucos Estados. Há, além disso, uma tendência a menosprezar o trabalho dos organismos multilaterais, sobretudo daqueles foros onde predomina formalmente a igualdade entre os Estados.

A desigualdade entre as nações continua impondo-se à ordem jurídica, substituindo o primado do direito pela realidade da força.

De fato, o mundo viu surgir, após a Segun-

da Guerra, uma organização internacional em que as concessões ao poder, com a criação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estariam, em princípio, servindo de instrumento, não de hegemonia, mas de paz e de conciliação.

A guerra fria mostrou ao mesmo tempo a fragilidade do equilíbrio do terror e a inviabilidade das teses da confrontação. Abriu, assim, o caminho para a competição em diferentes campos, como o tecnológico, e para progressiva descompressão da cena internacional. A "detente" chegou, por sua vez, a lançar esperanças quanto à possibilidade de desviar a confrontação político-ideológica e os esforços bélicos para o progresso humano. Parecia que a visão bipolar já estava desgastada e a reflexão política pôde incorporar o fato da multipolaridade do poder mundial.

A renovação atual da retórica da bipolaridade soa artificial e incompatível com a complexidade do mundo contemporâneo. Como ela se baseia em interesses particulares das grandes potências, é incapaz por si mesma de rearticular lideranças. Surge, além disso, num momento em que se intensifica o sentimento de autonomia política dos países até agora marginalizados do sistema internacional do poder.

A divisão do mundo em dois blocos hegemônicos de poder faz sobrepor a nossas realidades políticas tensões que lhes deveriam ser estranhas. Os alinhamentos a blocos levam a situações conflitivas, que têm agravado antagonismos inclusive em nosso Continente, na América Central, gerando propostas de solução que não se coadunam com os interesses específicos dos povos envolvidos ou com o respeito ao princípio da não-intervenção.

A democracia nada tem que ver com alinhamentos, automáticos ou não. Ela não pode, assim, basear-se em princípios de segurança e de defesa condicionados por uma disputa entre blocos.

Não é que não tenhamos uma visão de segurança nas relações internacionais. Mas nossa visão parte das causas profundas da insegurança mundial, que se deve, em particular, à própria tentativa de cristalização internacional de áreas de influência. Deve-se também à prevalência de estruturas injustas no sistema econômico e financeiro internacional, que levam a crises econômicas e sociais.

O Brasil lançou, ainda nos anos 60, um conceito que vem desde então defendendo nas Nações Unidas: o da segurança econômica coletiva, da qual depende, em grande medida, a própria segurança política.

De fato, uma ordem internacional mais justa e democrática, que conduza a uma participação significativa dos países em desenvolvimento na vida econômica mundial, viria a complementar seus esforços internos para encontrar soluções econômicas e sociais essenciais ao fortalecimento democrático.

Quanto à influência de fatores externos para a consolidação da democracia, ressalta, de imediato, o papel da dívida externa e o tratamento que esse problema vem tendo por parte dos países credores.

No caso do Brasil, a quase totalidade dos créditos obtidos foi aplicada em obras de infra-estrutura em setores produtivos, na expectativa de que a dívida contraída externamente pudesse ser paga com bens e produtos por elas gerados.

Colhido pelas crises do petróleo, pela alta dos juros internacionais, pela erosão acelerada dos preços dos principais produtos de exportação e pelo estreitamento de mercado nos países desenvolvidos, o Brasil se vê a braços com dificuldades gigantescas para fazer face a seus compromissos financeiros com o exterior.

Todo o processo de desenvolvimento e crescimento interno brasileiro passou assim a depender do equacionamento satisfatório

dessa variável externa e de outros problemas fora do nosso controle.

Nesse contexto, cabe referir o protecionismo, que nos países desenvolvidos tem atingido uma ampla gama de nossos produtos de exportação. Nossas indústrias, quando conseguem competir internacionalmente, são objeto de um tratamento especialmente restritivo.

Ao invés de montarem programas de reconversão econômica, preferem os países desenvolvidos proteger suas indústrias, mesmo quando estas se mostram ineficientes e com baixa produtividade. Assim, produtos que tendem a concentrar-se nos países em desenvolvimento, como o aço e têxteis, são objeto de restrições e de acordos especiais, de cujos mecanismos somos obrigados a participar para evitar dificuldades ainda maiores em nossas exportações. Isso para mencionar apenas indústrias de tecnologia relativamente simples, que não estão mais na base da organização econômica dos países desenvolvidos.

O mesmo se pode dizer das indústrias nascentes. O Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio (GATT) reconhece a necessidade de proteger e de estimular as indústrias nascentes nos países em desenvolvimento. No entanto, quando um país como o Brasil começa a desenvolver uma indústria nova, como a da informática, este fato passa a gerar preocupações externas exageradas e injustificadas.

Por outro lado, surgem propostas novas, como a da discussão do tema dos serviços no contexto de uma futura rodada de negociações no GATT. Temos procurado dar passos no sentido de compreender essas preocupações. Mas isso não poderá ser feito plenamente se não houver pelo menos um entendimento recíproco que leve em conta as necessidades urgentes dos países em desenvolvimento.

De nossa parte, temos também identificado áreas novas, que requerem atenção cuidadosa.

Temos, na América Latina, por exemplo, através do Grupo de Cartagena, defendido um tratamento político para o problema econômico mais sério que enfrentamos internacionalmente: o da dívida externa, cuja solução não poderá ocorrer senão dentro de uma perspectiva de longo prazo e acima das forças de mercado.

Ainda na área financeira, passa a ser cada vez mais necessário um reordenamento do atual sistema financeiro internacional, que, montado em Bretton Woods, no pós-guerra, já não corresponde às necessidades de hoje, em especial àquelas decorrentes de uma inserção mais profunda dos países em desenvolvimento no sistema econômico mundial.

Senhoras e Senhores,

Quando reivindicamos, no plano externo, preços justos para nossos produtos, maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos, reforma das estruturas montadas no pós-guerra em Bretton Woods, solução de larga visão e acima das forças de mercado para o problema da dívida externa, estamos também lutando pelo fortalecimento da democracia em nossos países.

A tradição e a vocação da América Latina são democráticas. No seu reencontro com a democracia, o Brasil e os demais países latino-americanos identificam-se com sua imagem mais positiva. Esperamos que nosso esforço encontre um respaldo internacional que, por cima de considerações mesquinhas e de curto prazo, contribua efetivamente para a criação de um mundo de paz, justiça e desenvolvimento, dentro da democracia.

II conferência de ciência e tecnologia da américa latina e caribe

Discurso do Presidente José Sarney e do Diretor Geral da UNESCO, Amadou Mahtar M'Bow, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de agosto de 1985, por ocasião da sessão de abertura da II Conferência de Ciência e Tecnologia da América Latina e Caribe (CASTALAC).

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

É com grande alegria que abro a Segunda Reunião de Ministros de Ciência e Tecnologia dos países da América Latina e do Caribe. Ao dar as boas-vindas a todos os participantes deste Congresso, peço-lhes serem os portadores da mensagem de amizade e confiança que dirijo a todos os povos do Continente, aqui tão dignamente representados. Saúdo igualmente, na pessoa do seu diretor-geral, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, cujo espírito de cooperação e decidido empenho na causa do progresso e da paz presidem este encontro.

A realização desta reunião em Brasília, reveste-se, para nós, de profundo significado. Produto de um grande esforço nacional, Brasília representa para os brasileiros a firme determinação de construir o futuro a partir de soluções próprias, que combinam a criatividade com o imperativo de dar um curso pessoal ao desenvolvimento do país. Ao receber, sob a égide da Unesco, os representantes das áreas de ciência e tecnolo-

gia de nossos países, Brasília associa-se a um expressivo projeto de aperfeiçoamento das nossas sociedades por meio da cooperação fraterna do intercâmbio franco e sincero de experiências e pontos de vista.

Senhores Ministros,

A Conferência que aqui se abre retoma uma iniciativa que teve origem vinte anos atrás, quando se realizou a primeira CASTALAC. Desde então, o mundo em geral, e o Continente em particular, passaram por profundas transformações políticas e econômicas. Essas transformações encontram uma de suas maiores expressões na aceleração do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que abriram novos campos de atuação e passaram a afetar, como nunca antes na História, a vida de todos os habitantes do Planeta.

Não resta dúvida de que a ciência e a tecnologia são hoje temas centrais das relações intercontinentais. Demonstram-no a grande ênfase que projetos de desenvolvimento científico e tecnológico adquiriram até

mesmo nas nações tradicionalmente mais adiantadas. Comprovam-no entre muitos outros fatos, as prioridades atribuídas pela nova liderança soviética ao desenvolvimento de tecnologias de ponta aplicadas a todos os setores da vida econômica; a ênfase do Governo norte-americano em novos programas tecnológicos; o empenho e a determinação com que os países da Europa procuram, por meio do Projeto Eureka, encetar um grande esforço coletivo e aberto para acompanhar o impulso da tecnologia nas superpotências.

Os temas científicos e tecnológicos passaram a ocupar espaços cada vez maiores na agenda internacional. Do diálogo Norte/Sul, em suas múltiplas modalidades, à conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, o progresso na ciência e na tecnologia e as formas de operar a sua transferência para os países em desenvolvimento passaram ao primeiro plano nas preocupações de todos nós. Os organismos internacionais dedicam-se com empenho cada vez maior aos avanços que ocorrem nessa área da atividade humana, atendendo à codificação de regras que assegurem a utilização desse progresso em benefício de toda a humanidade.

Assistimos, nos países desenvolvidos, a uma progressiva substituição das formas tradicionais de produção em favor do sistema em que o progresso científico e tecnológico vem operando uma verdadeira transformação na economia de escala e na vocação do parque industrial, provocando uma nova distribuição internacional do trabalho. Não creio incorrer em exagero ao afirmar que assistimos hoje à Terceira Revolução Industrial, cujo impacto é global e afeta não apenas a economia de todos os países, provocando muitas vezes desequilíbrios, mas as próprias relações entre as nações e a vida particular dos cidadãos.

Senhores Ministros,

A América Latina e o Caribe não podem fi-

car à margem desse processo que veio para mudar o curso da História. Profundamente marcados por sua herança histórica, nossos países não podem permitir que a revolução científica e tecnológica em curso contribua, pela sua marginalidade no processo, para retirar-lhes definitivamente toda participação no processo decisório mundial.

O desenvolvimento científico e tecnológico é, sem dúvida, produto de uma profunda herança histórica, econômica e cultural. Ele se nutre, entretanto, de grande dose de determinação e de empenho das sociedades que o produzem.

Não podemos esquecer a lição de grandes civilizações do passado. Muitas vezes responsáveis, em seu período de apogeu, por significativos avanços no conhecimento da humanidade, seu imobilismo diante de momentos decisivos da Revolução Científica condenou-as ao obscuro papel de objetos da História, tornando-as dependentes e fracas.

Num momento em que as graves distorções do sistema econômico e político internacional ameaçam de forma nunca antes conhecida a estabilidade e o próprio futuro de nossos países, é chegada a hora de engrandecermos nessa determinação para preencher vazios que ainda nos tolhem a ação. Nosso Continente sempre necessitou de uma firme vontade política para suprir deficiências que a História lhe legou.

O desenvolvimento científico e tecnológico em nossa região é um cargo desconhecido para nós. A rica diversidade da nossa paisagem geográfica foi desde o princípio da nossa colonização um fator de inventividade e adaptação do conhecimento, a desafiar as soluções e os próprios conceitos tradicionais trazidos do Velho Mundo. Este século assistiu em nossos países a um grande e efetivo esforço de modernização, por intermédio da industrialização e do planejamento.

Esse esforço gerou a um tempo um desenvolvimento na nossa ciência e na nossa tecnologia e ampliou nossas necessidades nesses campos. As grandes aspirações sociais de nossos povos geram, por seu lado, uma acentuada demanda de progresso na área científica e tecnológica, abarcando campos vastos como os da saúde, da educação dos transportes, da habitação, da energia e tantos outros.

Estimulada internamente e pressionada externamente, a América Latina tem sabido compreender a importância de uma atuação decisiva na área científica e tecnológica. Esta reunião é, nesse sentido, uma clara demonstração da vontade política e da vocação de cooperação de nossos países também nessa área.

Não nos devem mover, contudo, qualquer veleidade de imitação ou qualquer disposição de competição estéril nesse campo. Nosso Continente tem desafios e interesses próprios, limitações e condicionantes que lhe são peculiares.

Nosso projeto de desenvolvimento científico e tecnológico deve, portanto, amparar-se em dois parâmetros fundamentais. O primeiro diz respeito à sua adequação às nossas condições ecológicas, à diversidade e ao desmesurado da nossa natureza tropical, matizada aqui e ali pelos descomunais altiplanos andinos e mesoamericanos. O segundo relaciona-se com as nossas condições econômicas e sociais, com a identidade mais profunda de nossos povos, com as dificuldades históricas a que se sobrepõem as agruras da crise presente.

Da consciente aplicação desses parâmetros deve resultar uma pesquisa científica e tecnológica profundamente vinculada à nossa realidade e traduzida em fórmulas próprias, adequadas aos nossos problemas e às nossas limitações. O que não fizermos por nós mesmos para atender nossos anseios, ninguém fará por nós.

Não nos interessam soluções que ignorem nossos problemas mais marcantes. Se temos uma carência histórica de recursos, agravada pela crise atual, por que preocupar-nos com projetos dispendiosos, de custos operacionais inadequados? Se ao nosso desemprego crônico, disfarçado pelo subemprego, somam-se as massas dos demitidos pela crise, por que privilegiarmos fórmulas que não utilizem de modo intensivo a mão-de-obra? Se nos faltam recursos, como admitir importar, ainda que parcialmente, tecnologia custosas, que acentuam nossa dependência e obstruem nosso desenvolvimento?

Não tem sido outra a minha preocupação ao atribuir prioridade, dentro de meu Governo, ao projeto de irrigação de cerca de um milhão de hectares de terras áridas do Nordeste do Brasil. Esse projeto é função da capacidade tecnológica do país de encontrar fórmulas a um problema tipicamente brasileiro, que deve ser solucionado de forma eficaz, mas econômica. E deve beneficiar com trabalho direto e indireto grandes contingentes de homens e mulheres que querem construir suas vidas na terra que os viu nascer.

Senhores Ministros,

A América Latina e o Caribe têm sabido, nos inúmeros foros internacionais de que participam, coordenar suas ações no sentido de promover uma ordem internacional mais justa e eqüitativa, que proporcione o progresso de toda a humanidade. Nossas vozes se levantam para propor fórmulas construtivas, assentadas na moderação do consenso e no pragmatismo de quem necessita de soluções urgentes para problemas graves e potencialmente perigosos, como a dívida externa, a paralisação do desenvolvimento e a ameaça do retrocesso político.

O progresso compartilhado da ciência e da tecnologia constitui sem dúvida um dos pilares dessa nova ordem que ainda está por ser construída. A América Latina e o Cari-

be têm um papel decisivo a desempenhar na nova etapa que se abre diante de nós para a discussão dessa proposta. Os avanços conceituais, obtidos na ação concertada de vários de nossos países e na discussão dos problemas relacionados com a dívida externa, são expressivos de uma nova disposição do Continente para tratar de assuntos que lhe tocam tão de perto.

Senhores Ministros,

A UNESCO mais uma vez traz à América Latina e ao Caribe a contribuição expressiva da sua ação que completa 40 anos em novembro próximo. O ideal de promover a paz e o progresso da humanidade por meio da cooperação e do mútuo conhecimento entre os países da área da educação, da ciência e da cultura, encontra em nossa região um terreno fértil e uma firme disposição de torná-lo realidade palpável.

Não nos imobilizemos. O que fizermos por nossa conta, no sentido de promover os interesses de nossos países, terá certamente um efeito benéfico sobre o esforço de cooperação e entendimento que está por trás de organismos como a UNESCO e as Nações Unidas. O pioneirismo da América Latina e do Caribe em muitas matérias do interesse da paz e do progresso da humanidade deve presidir os esforços de que esta conferência é uma etapa decisiva.

Muito obrigado.

DIRETOR GERAL DA UNESCO

Monsieur le Président des Etats unis du Brésil,

Monsieur le Ministre de la Science et la Technologie,

Mesdames, Messieurs les Ministres,

Messieurs les membres du Corps diplomatique,

Excellences,

Mesdames et Messieurs les délégués,

Mesdames et Messieurs,

C'est pour moi, tout à la fois, un honneur et une joie toute particulière d'ouvrir avec vous cette deuxième Conférence des Ministres chargés de l'application de la science et de la technologie au développement en Amérique latine et dans les Caraïbes.

Et je voudrais, tout d'abord, exprimer notre profonde gratitude à Monsieur José Sarney, Président des Etats Unis du Brésil, pour avoir bien voulu honorer de sa présence cette séance solennelle d'ouverture, ainsi que pour la généreuse hospitalité que le gouvernement et le peuple brésiliens réservent à notre réunion.

En vous exprimant notre reconnaissance, Monsieur le Président de la République, je me plais à souligner l'exceptionnel effort déployé par les autorités brésiliennes pour assurer à cette conférence les meilleures conditions de travail et les plus grandes chances de succès. Nous seavons gré en particulier le rôle joué par Monsieur Renato Archer, Ministre de la Science et la Technologie, et Monsieur Roberto Santos, Président du Conseil National de Développement Scientifique et Technologique pour le rôle qu'ils ont joué a cet égard. Je remercie enfin les responsables du Ministère des Relations Extérieures, ainsi que les autorités de la ville de Brasilia, qui ont permis à cette conférence de siéger dans de si merveilleuses installations de cette ville de Brasilia.

La tenue de cette conférence dans cette ville de Brasilia, dont la conception et l'architecture en font l'une des réalisations les plus marquantes de notre siècle, revêt une signification particulière. Brasilia apparaît en effet comme ce symbole de l'unité d'une nation riche de ses diversités réunies,

et qui entend vivre à l'unisson d'un monde auquel la science et la technique, objets de cette conférence impriment désormais leur marque intangible.

Permettez moi, maintenant, Monsieur le Président, Mesdames, Messieurs, de souhaiter la bienvenue aux éminents représentants des Etats membres de la région d'Amérique latine et des Caraïbes, ainsi qu'aux observateurs appartenant à d'autres régions. Et je me réjouis de ce que depuis la tenue de la première Conférence CASTALAC en 1965, onze nouveaux pays de la région sont devenus membres de l'Unesco ce qui leur donne la possibilité de participer à ces assises. Ce sont: Antigua-et-Barbuda, Bahamas, Barbade, Belize, Dominique, Grenade, Guyane, Sainte-Lucie, Suriname, et, plus récemment, Saint-Christophe-et-Nevis et Saint-Vincent-et-Grenadines.

Je souhaite également la bienvenue aux représentants des institutions du système des Nations Unies, aux observateurs des organisations internationales ou régionales, intergouvernementales ou non-gouvernementales — parmi lesquels Monsieur Amilcar Ferrari, Directeur du Centre des Nations Unies pour la Science et la Technologie au service du développement, qui représente l'Organisation des Nations Unies, Monsieur Alejandro Vera Vasallo, Directeur du bureau de la Commission Économique pour l'Amérique Latine et les Caraïbes au Brésil, Monsieur Candido Mendes, Président du Conseil Internacional des Sciences Sociales. Je salue aussi la présence parmi nous de Monsieur Bernasconi, Directeur du Bureau Gouvernemental de l'Informatique.

Enfin, je me fais un agréable devoir de souhaiter la bienvenue aux journalistes et aux écrivains scientifiques qui ont bien voulu suivre cette Conférence, et dont le rôle sera indispensable pour en diffuser les délibérations dans l'opinion publique mondiale.

La Conférence des Ministres de la science

et de la technologie des pays d'Amérique Latine et des Caraïbes réunie, en 1965, à Santiago-du-Chili, était est la première du genre organisée par l'Unesco. Elle inaugurerait une série de Conférences semblables, qui allaient se tenir dans les différentes régions du monde.

L'objet de ces Conférences est de faire le point de la situation du développement de la science et de la technologie dans les pays d'une région donnée, de réfléchir sur les conditions et les modalités du renforcement des capacités scientifiques et techniques de ces pays et d'examiner le rôle que peut jouer à cet égard la coopération régionale et internationale.

Depuis la Conférence de Santiago-du-Chili l'évolution de la situation en Amérique Latine et dans les Caraïbes a fait l'objet d'une attention permanente, grâce à un mécanisme créé à cette occasion. Il s'agit de la Conférence des organismes de politique scientifique de l'Amérique Latine et des Caraïbes qui a tenu six sessions, dont la dernière qui a eu lieu à La Paz en 1981 a contribué à la préparation de l'Ordre du jour de la présente Conférence. Celle-ci est convoquée en exécution de la résolution 9.1 adoptée par la 22e session de la Conférence générale de l'Unesco réunie à Paris en 1983. L'Ordre du jour provisoire qui vous est proposé comporte cinq points essentiels. Le premier qui constitue le point 7 de cet Ordre du jour porte sur le bilan de l'évolution des politiques scientifiques et technologiques dans les pays de la région au cours des dix dernières années.

Cette question est traitée dans le Chapitre I du document principal de travail qui porte la cote SC-85/CASTALAC II/3. Elle est envisagée tant sous l'angle national que régional. La constatation qui s'impose d'emblée c'est que des progrès importants ont été accomplis au cours des vingt dernières années. Dès avant la fin des années soixante, la plupart des gouvernements de la région stimulés par les recommandations de

CASTALAC I ont nettement montré leur volonté de promouvoir une politique nationale de développement scientifique et technique et de créer à cet effet des organismes spécialisés. Ceux-ci étaient chargés de préparer, de suivre et d'évaluer les résultats de ces politiques, dans le cadre des plans nationaux de développement économique et social.

Alors qu'en 1960, trois pays seulement, le Mexique, le Brésil et l'Argentine, possédaient des organes s'occupant de politique scientifique et technique, une vingtaine de pays en disposent aujourd'hui, leur donnant dans plusieurs d'entre eux un rang ministériel. Dans vingt-deux pays de la région la politique du développement scientifique et technologique fait l'objet d'une planification soit autonome, soit intégrée au plan national de développement.

Les efforts ont porté principalement sur:

- i) l'établissement ou le renforcement de l'infrastructure institutionnelle (conseils de recherche, conseils nationaux de science et technologie, départements de science et technologie);
- ii) la promotion et la coordination de la recherche scientifique et technologique – notamment l'encouragement à l'innovation, à l'adaptation, à la diffusion et à l'utilisation de technologies locales;
- iii) la réglementation relative à l'importation sélective des technologies d'origine étrangère;
- iv) le développement des services d'information scientifique et technique;
- v) la promotion de services scientifiques et techniques tels que les bureaux d'ingénierie et d'assistance technique, les services de métrologie et de normalisation, etc.

Il convient de noter que jusqu'au début des

années 70, l'accent a été mis essentiellement sur la promotion, la coordination et le financement de la recherche, et sur la formation des scientifiques et des techniciens. La science et la technologie ne constituaient pas un domaine essentiel de la planification du développement.

C'est au cours des années 70, que le besoin s'est fait sentir de formuler des politiques plus spécifiques, accordant notamment une plus grande attention aux besoins de l'appareil productif. La politique scientifique et technologique a dès lors impliqué une approche plus spécialisée, tenant compte des problèmes propres aux institutions et laboratoires de recherche, aux branches industrielles et à l'innovation technologique, touchant aussi bien les processus de production que les unités de production industrielles.

Il y a lieu de constater cependant que les pays d'Amérique Latine et des Caraïbes pris dans leur ensemble, comme les autres pays en développement ont des efforts sérieux à accomplir en matière de science et de technologie s'ils veulent réduire le fossé qui les sépare des pays industriels.

Selon les statistiques établies par l'Unesco en 1984, et qui sont reproduites dans le document de référence qui porte la cote SC-85/CASTALAC II/Ref. 3, sur les 3.756.100 scientifiques et ingénieurs engagés dans la recherche et le développement expérimental 10,6% seulement appartiennent en 1980 aux pays en développement y compris la Chine contre 7,9% en 1970 pour un effectif de 2.608.100 personnes. Par million d'habitants la moyenne pour les pays industrialisés était de 2954 en 1980, contre 125 pour les pays en développement; la moyenne pour l'Amérique latine et les Caraïbes était de 253. Quant aux sommes consacrées à la recherche et au développement expérimental, la part des pays en développement n'était que de 6% en 1980 contre 2,3% en 1970. Les pays industriels dépensaient en 1980,

2,24% de leur PNB, les pays en développement 0,43%, la moyenne pour l'Amérique Latine étant de 0,69% en 1980.

Ceci dit, il est encourageant de reconnaître que certaines évolutions sont très positives. C'est ainsi que, durant dix années, le nombre de scientifiques et d'ingénieurs engagés dans des activités de recherche et de développement scientifiques et techniques s'est accru de 38.000 en 1970 à 91.000 en 1980 dans votre région. Cet accroissement relatif, qui approche de 250% est le plus élevé de toutes les régions du monde, même si, en valeur absolue le nombre, rapporté à la population reste bien inférieur à celui des pays hautement industrialisés. Les ressources allouées à ces activités se sont aussi accrues passant de 500 millions de dollars en 1970 à près de 4 milliards en 1980. Leur part du produit national brut s'est accru de 0,30% à 0,7%, un accroissement de 250%, même si cette part reste bien inférieure à celle qu'on trouve chez les pays industrialisés, ou elle est légèrement supérieure à 2%.

Si les efforts demeurent indispensables dans tous les domaines, le secteur rural pourrait mériter une attention particulière, étant donné qu'il constitue la zone de pauvreté la plus grande dans la quasi totalité des pays en développement. Le Président José Sarney ne disait-il pas, lors de la remise d'un prix scientifique: "Le Plan national de développement consacre le principe selon lequel la recherche scientifique est un facteur essentiel de la politique économique et du développement agricole et industriel".

Aussi le deuxième point essentiel de l'Ordre du jour provisoire, le point 8 concerne-t-il le rôle que pourraient jouer la science et la technologie dans le développement des milieux ruraux d'Amérique Latine et des Caraïbes. En effet, dans sa "Déclaration de La Paz sur la science, la technologie et le développement en milieu rural", la sixième réunion de la Conférence permanente d'organismes nationaux de politique scientifi-

que et technologique en Amérique Latine et dans les Caraïbes a insisté sur le fait que les zones rurales restent une des clés de voûte du développement intégré des pays de la région. La Conférence permanente exprimait, à juste titre, la conviction que la science et la technologie pouvaient apporter au développement des zones rurales une contribution plus grande aujourd'hui, en particulier pour ce qui concerne les petites et moyennes entreprises agricoles, forestières ou agro-industrielles, et même pour les entreprises artisanales. Ce point de l'Ordre du jour provisoire qui est traité au Chapitre II du Document principal de travail, porte donc sur l'impact que la science et la technologie pourraient avoir sur l'alimentation et la nutrition, sur l'utilisation rationnelle des sources locales d'énergie, sur la santé et l'éducation ainsi que sur la préservation des éco-systèmes, les ressources en eau, les ressources de la mer, les systèmes ruraux de communication et de transport, le sous-emploi et le chômage.

Le troisième point, qui est le point 9 de l'Ordre du jour provisoire, porte sur les instruments et mécanismes gouvernementaux pour la planification du développement scientifique et technologique et pour la mise en oeuvre des politiques nationales qui en commandent l'orientation. Quatre problèmes spécifiques pourront être examinés à cet égard. Tout d'abord l'acquisition, l'adaptation et l'implantation de technologie examinés du point de vue des connaissances et du savoir-faire, les aspects juridiques et commerciaux relevant d'autres instances du Système des Nations Unies. Vient en deuxième lieu le financement de la recherche du développement expérimental dans les différents secteurs productifs de l'économie. Ensuite les instruments et mécanismes de planification et de financement du développement scientifique et technologique, y compris la participation des chercheurs à ces processus. Et enfin une question de grande actualité: l'évaluation de la productivité et de

l'efficacité des institutions et unités de recherche scientifique.

Le quatrième point, qui correspond au point 10 de l'Ordre du jour provisoire, traite de l'enseignement et de la recherche dans le domaine des politiques de la science et de la technologie, y compris les inter-relations de ces politiques avec la société en général. Une enquête de l'Unesco sur les besoins ressentis dans ce domaine par les pays latino-américains a montré qu'un courant d'opinion se dessinait en faveur de la création, sous l'égide de l'Unesco, d'un réseau d'unités d'enseignement et de recherches sur les politiques scientifiques et technologiques comportant un système de coordination régional. Le réseau pourrait être relié aux réseaux similaires qui viendraient à être créés dans les autres régions du monde. Déjà, l'Unesco procède à la mise en place d'un tel réseau en Asie et dans le Pacifique, en collaboration avec les institutions compétentes du système des Nations Unies, dans le Cadre des activités conjointes entreprises sous l'égide du Comité Administratif de Coordination des Nations Unies. Ainsi pourrait s'amorcer dans le domaine de cette coopération entre pays en développement que la plupart d'entre eux appellent de leurs vœux, en raison de la similarité de leur situation.

Le cinquième point, qui correspond au point 11 de l'Ordre du jour provisoire, concerne la suite que vos gouvernements voudront donner aux travaux de la Conférence, et le rôle que l'Unesco sera appelé à y jouer. La Conférence pourrait notamment examiner la question des tâches futures et de l'efficacité du cadre institutionnel inter-gouvernemental mis en place à cet effet à la suite de la première Conférence CASTALA, à savoir: la Conférence permanente d'organismes nationaux de politique scientifique et technologique, qui, comme je l'ai déjà dit, a tenu six réunions depuis sa création en 1966. Mais conviendrait-il sans doute d'élargir le débat en examinant

l'ensemble des perspectives et des modalités de la coopération régionale pour le développement scientifique et technologique. Les domaines prioritaires de cette coopération régionale mériteraient d'être identifiés. Elle permettra notamment aux communautés scientifiques et technologiques d'établir des contacts fructueux pour leurs travaux, d'échanger des informations, et d'entreprendre des activités conjointes susceptibles de renforcer le potentiel collectif de recherche de la région.

Pour assurer la mise en oeuvre des recommandations que vous serez amenés à adopter, vous êtes enfin invités à préciser les mesures qui vous paraissent devoir être prises en particulier par l'Unesco pour donner suite à vos travaux et pour le bilan. Il y aurait lieu notamment d'examiner de quelle manière pourrait être assurée une évaluation périodique des résultats de CASTALAC II.

Pour vous aider dans vos travaux, le Secrétariat a constitué une documentation de base qui comprend quatre documents de travail portant les côtes CASTALAC II/1 prov. à 4, et qui sont respectivement l'Ordre du jour provisoire, le Règlement intérieur provisoire, le Document principal de travail et un document succinct d'une dizaine de pages — "Questions à débattre" — qui résume en un sens les trois autres. Il a en effet été conçu avec l'aide des experts que j'ai réunis à Lima du 24 au 28 juin 1985 afin de vous fournir un canevas pour les débats consacrés aux cinq de substance de l'Ordre du jour provisoire.

Vous disposez en outre de trois documents dits "d'information" (information générales, liste des participants, et liste des documents) portant les côtes CASTALAC II/REF. 1 à 3, de "documents de référence" (CASTALAC II/REF. 1 à 8) et de sept documents dits "de salle de conférence", qui pourront être mis à la disposition des participants qui le souhaiteront.

Mesdames, Messieurs,

Au fil des Conférences des ministres de science et de technologie que l'Unesco a commencé à organiser à Santiago-du-Chili, en septembre 1965, s'est confirmée de plus en plus la conviction que la science et la technologie nous affrent aujourd'hui des possibilités immenses. Mises au service de l'homme et adaptées aux aspirations et aux besoins spécifiques de chaque peuple, elles sont susceptibles de mettre fin, dans un avenir proche, à la faim, à l'analphabétisme, aux grandes maladies endémiques, et à toutes les formes de pauvreté dans le monde entier.

Mais elles peuvent faire plus qu'alléger la misère humaine; elles peuvent contribuer à enrichir considérablement la vie, à multiplier les contacts entre les peuples, à rapprocher entre elles les cultures, à resserrer les liens de la solidarité entre les nations.

Ce sont là des objectifs qui ne seront certes pas faciles à atteindre. Mais ce qu'il y a de nouveau dans le monde actuel, c'est que ces objectifs sont désormais à notre portée. Il dépend surtout de la volonté des hommes, du travail et de l'imagination des savants et des chercheurs, de la détermination et de la générosité des dirigeants du monde pour que les promesses offertes par le progrès scientifique et technologique prennent partout corps dans les faits.

Mais le progrès des sciences et des techniques n'a malheureusement pas fait que multiplier les bienfaits; il a aussi accumulé les menaces; il a suscité de graves déséquilibres, aussi bien spirituels que matériels; il a remis en question d'anciennes certitudes, multiplié des interrogations sans réponse; il a souvent brutalisé la nature et commencé à perturber certains cycles écologiques, accumulant les déchets et propageant la pollution sur terre, dans les airs et sous les mers.

Il a aussi accéléré deux tendances histori-

ques particulièrement inquiétantes. La première est la course aux armements, qui donne bien souvent aux engins de destruction priorité sur les moyens d'améliorer la vie, qui mène à l'exacerbation des rivalités, au lieu de conduire au rapprochement des peuples, et qui rend possible une apocalypse inimaginable naguère encore. La tension croissante qu'elle provoque n'est plus circonscrite aux rapports entre les quelques nations industrielles où se concentre la fabrication des armes les plus sophistiquées; elle s'est étendue à l'ensemble du monde, y compris aux nations même les plus pauvres.

Cela exacerbe la deuxième des tendances du développement mondial actuel, à savoir un fossé croissant entre deux groupes de nations — le Nord, où s'est historiquement effectuée la maîtrise de la science et de la technologie, et où se concentre, aujourd'hui, une part croissante de richesses et de pouvoirs et le Sud, où les nations ne parviennent pas encore à se frayer leurs propres voies d'accès au progrès pour des raisons multiples dont beaucoup échappent à leur contrôle. Une telle situation n'est pas sans risques pour l'avenir.

Et cela s'applique à votre région au même titre que toutes les autres. D'où la nécessité de trouver des formes nouvelles de solidarité qui permette à l'horizon du troisième millénaire, de rééquilibrer les rapports entre le Nord et le Sud de la planète, sur des bases plus justes, et par là de multiplier les possibilités de progrès et donc les chances de la paix.

L'homme qui a contribué d'une façon décisive à renouveler l'horizon politique, social et économique du Brésil, Tancredo Neves, déclarait en mars 1983: "Soit nous prenons l'initiative de promouvoir d'urgence les grandes transformations que la nation réclame à cor et à cri et que seuls les sourds d'intelligence ne veulent pas entendre; soit alors — ne nous faisons pas d'illusions — ces transformations se feront

spontanément, sans nous, et même contre nous". C'est parce que je souhaite de tout coeur que les transformations inéluctables se fassent à l'échelle de votre région

tout entière dans le paix, l'harmonie et dans la solidarité retrouvée que je formule des voeux de plein succès pour les travaux de cette conférence.

brasil e tchecoslováquia assinam acordo básico de cooperação científica e tecnológica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 2 de julho de 1985, por ocasião da assinatura do
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica
entre o Brasil e a República Socialista da
Tchecoslováquia.

Senhor Ministro,

O Acordo Básico de cooperação científica e tecnológica entre os Governos da República Socialista da Tchecoslováquia e da República Federativa do Brasil constitui novo e importante marco no desenvolvimento de nossas relações.

A cerimônia de hoje coroa um processo de ampliação e inovação das relações bilaterais, que não mais se limitam à esfera do intercâmbio comercial e da cooperação econômica.

Acredito que a troca de informações científicas e tecnológicas, bem como a aproximação

entre as comunidades científicas da Tchecoslováquia e do Brasil redundarão em benefícios seguros para os setores produtivos de nossos países.

A visita de Vossa Excelência também servirá, estou certo, para dar novo impulso aos esquemas de cooperação bilateral já em curso, assim como para dar início a outros projetos igualmente promissores.

Espero que seus encontros com representantes da área governamental e do setor privado brasileiro resultem no estudo de projetos mutuamente benéficos, capazes de contribuir para a expansão do intercâmbio comercial entre o Brasil e a Tchecoslováquia.

a visita do chanceler britânico ao brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 8 de julho de 1985, por ocasião de jantar oferecido ao Secretário de Estado de Sua Majestade Britânica para os Negócios Estrangeiros e da Comunidade, Geoffrey Howe; e a tradução não-oficial do discurso pronunciado pelo Secretário de Estado Britânico para os Negócios Estrangeiros e da Comunidade, na mesma solenidade.

OLAVO SETÚBAL

Senhor Secretário de Estado,

É com grata satisfação que lhes dou as boas-vindas a Vossa Excelência, a Lady Howe e à ilustre comitiva que o acompanha em sua visita ao Brasil. Honra-nos receber, nesta Casa, o chefe da diplomacia do Reino Unido, país de quem nos aproximam tantas afinidades.

Vemos na presença de Vossa Excelência a expressão, clara e cordial, da disposição britânica de manter em alto nível o diálogo político e a cooperação bilateral com o Brasil. Posso dizer-lhe, Senhor Secretário de Estado que essa disposição encontra plena ressonância entre nós. A amizade com o Reino Unido está entrelaçada à própria História do Brasil, e o tempo, assim o esperamos, deverá torná-la mais forte e cada vez mais proveitosa para nossos dois países.

Lembra-nos Gilberto Freyre, um emi-

nente estudioso das raízes culturais brasileiras, que recebemos da Inglaterra as estradas de ferro, o pão torrado e o governo de gabinete. Ainda que amena, a invocação de influências em planos tão distintos quanto o econômico, o cultural e o político dispõe-nos à reflexão. A presença britânica no desenvolvimento histórico do Brasil não pode ser ignorada. Os ingleses, quase tanto quanto os franceses, madrugaram nas praias da América tropical que fora descoberta por portugueses e espanhóis.

Viajantes britânicos, no início do século passado, deixaram preciosos testemunhos escritos de sua curiosidade. Nomes como Henry Koster, que foi senhor de engenho no Nordeste do Brasil, o comerciante John Luccock, que morou no Rio de Janeiro, John Mawe, naturalista e geólogo, Maria Graham, são nomes que pertencem à historiografia do nosso país, e sem cujos relatos muito se teria perdido da evolução dos nossos costumes e instituições.

Também foi intensa a participação da Grã-Bretanha na modernização das cidades brasileiras em seguida à independência. Portos, serviços públicos, padrões residenciais e de consumo, tudo sofreu o influxo profundo do Império que então se alargava a todos os continentes do globo. As estradas de ferro, obra caracteristicamente inglesa, de início limitadas à vizinhança dos portos, entraram posteriormente pelo interior e exemplo disso é o caso do planalto paulista, onde desempenharam papel primordial no desenvolvimento da lavoura e do comércio de café, base da economia brasileira até pouco tempo.

Mais traços ingleses serão encontrados no modelo político escolhido para o país que se tornava independente nos primeiros decênios do século dezenove. Constituição, Parlamento e Monarquia foram, com efeito, as instituições a guiarem os passos do jovem Estado brasileiro, e a fundamentarem um longo período de estabilidade nacional.

O sentimento liberal, que hoje permeia o esforço brasileiro de aperfeiçoamento democrático, também nos chegou em boa medida por intercâmbio de autores como Bagehot e Stuart Mill, lidos e atentamente interpretados em sua época pelas nossas elites políticas. O Brasil da Nova República, que procura organizar-se politicamente sobre as bases da liberdade e do pluralismo, não pode deixar de registrar o seu débito para com a pátria de Locke e Mill.

Senhor Secretário de Estado,

O Brasil que foi colhido, já há mais de dez anos, pela crise econômica iniciada com os choques do petróleo, caminhava a passos rápidos no caminho do desenvolvimento econômico. Empreendimentos como a Hidrelétrica de Itaipu, o projeto Carajás, a expansão e modernização da indústria siderúrgica, a diversificação da agricultura, aí estão a refletir o trabalho ingente de uma nação em busca do progresso.

Hoje, duramente atingidos pela recessão, vemos regredir as taxas de crescimento e aumentar os níveis da inflação em meio ao rápido crescimento da dívida externa. O desemprego, decorrência inevitável veio emprestar a esse quadro características de crise social.

É este, Senhor Secretário de Estado, o Brasil que o defronta em sua visita: Um país de expectativas truncadas e adiadas, mas não abandonadas. Temos a consciência necessária da profundidade dos problemas que nos afligem, mas manifestamos, ao mesmo tempo, a disposição e capacidade de agir no sentido de resolvê-los.

Temos também plena consciência das potencialidades da nossa terra e da nossa gente, e este sentimento nos tranquiliza face aos dilemas do futuro. Construímos, nas últimas décadas, uma base industrial sólida e moderna. Amplas perspectivas abrem-se ao pleno aproveitamento dessas estruturas, na medida em que melhorem as condições de acesso ao comércio internacional.

No domínio energético, levamos a cabo reajustes de grande magnitude, tanto pelo aumento da produção doméstica de hidrocarbonetos, quanto pela criação de fontes alternativas de energia renovável. Os grandes projetos hidrelétricos, por um lado, e o programa do álcool, por outro, são demonstrações palpáveis do que realizamos nesse terreno.

De produtores de alguns poucos produtos tropicais que éramos, quase monocultores, tornamo-nos um importante fornecedor mundial de alimentos, aí incluídos numerosos itens que não figuravam em nossa pauta de exportação há apenas alguns anos atrás. A tais êxitos somam-se as oportunidades oferecidas pelas extensas fronteiras agrícolas ainda por ocupar.

Permita-me que acrescente ainda, a este exercício de otimismo realista, a convicção que temos de haver criado, em meio às

mais árduas vicissitudes históricas, uma nação coesa em sua diversidade, e uma em meio a numerosos fatores de dispersão. Ao vínculo inicial da língua, única para povos e regiões separados pela geografia, pela formação histórica e pela etnia, fomos, ao longo do tempo, acrescentando novos elementos de aglutinação cultural e social. O sistema nacional de telecomunicações, que põe hoje em contato instantâneo comunidades separadas por distâncias comparáveis àquela que existe entre Lisboa e Moscou, é a evidência contemporânea da vontade nacional de construir um país sem fronteiras internas.

O legado britânico, a que se somam tantos outros traços recebidos da Europa, integram o Brasil nesse desdobramento ultramarino do Ocidente, que é o Novo Mundo. Outras características coletivas, igualmente fundamentais, ligam-nos ao conjunto heterogêneo de nações irmãs da América Latina, da África e da Ásia, que hoje chamamos Terceiro Mundo. País em desenvolvimento com setores avançados, mas que ainda padece de graves insuficiências econômicas e sociais, deve o Brasil refletir em sua política externa, com equilíbrio e coerência, essas realidades nem sempre compatíveis.

Tenho afirmado, em diversas ocasiões, que nunca foi para este país tão decisiva, como agora, sua vinculação com o mundo além fronteiras. Constituí para o Brasil tarefa prioritária a manutenção de saldos constantes em seu comércio exterior, pois só assim poderá ser atendido o serviço da dívida externa. No ano passado, o pagamento dos juros da dívida correspondeu a 40 por cento de nossa receita de exportação, 4 por cento do PNB, e consumiu a totalidade do nosso superávit na balança comercial. É difícil conceber a manutenção de uma situação desse tipo por tempo indeterminado.

Não vemos, por outro lado, como as forças do mercado, por si só, possam levar ao

encaminhamento desse problema. Consideramos necessário — e, mais do que isso, inevitável — que a questão da dívida externa venha a ser examinada à luz de parâmetros que transcendam os pontos de referência estritamente técnico-bancários até agora utilizados.

É do interesse de todos — devedores e credores — que o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento não venha a se transformar num impasse. Espíritos lúcidos de ambos os lados têm-se pronunciado sobre a matéria e em recente artigo o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger declarou: “O que teria acontecido se a América nos anos 40 impusesse à Europa a política que hoje impõe às nações da América Latina? O que aconteceria se George Marshall tivesse dito que a melhor solução para os europeus para debelar a crise econômica seria produzir mais do que consumir, exportar mais do que importar, cortar as despesas governamentais e crescer unicamente com os recursos gerados em cada país?”

Creio que o primeiro passo naquela direção seria o exame conjunto das questões financeiras e comerciais. Para países como o Brasil, que vêm administrando seu comércio exterior em função das necessidades imperiosas do pagamento da dívida externa, as duas áreas são rigorosamente conexas.

No plano político, acompanhamos com preocupação a perda de prestígio e influência dos mecanismos internacionais de convívio. Uma nova ordem, fragmentária, compartimentalizada e excludente, ameaça substituir-se ao ordenamento multilateral idealizado ao final da II Guerra Mundial. Crises regionais, ampliadas pela contaminação do conflito entre as superpotências, permanecem como ameaças permanentes à paz.

Em nossa própria região, a América do Sul, um conflito armado, ainda vivo na memória de todos, trouxe grande preocupação. O Brasil, de conformidade com os

princípios básicos de sua política externa, vem insistindo por uma solução negociada e pacífica para superar esse diferendo e manter o Atlântico Sul como uma zona de paz, livre de focos de tensão, como o mar militarizado de todos os oceanos.

Senhor Secretário de Estado,

O relacionamento entre o Reino Unido e o Brasil em mais de 160 anos de vida, fez-se assinalar, nas últimas décadas, por eventos de marcante significado.

A visita que nos fez Sua Majestade, a Rainha Elizabeth II, em 1968, ainda está presente no espírito dos brasileiros, que souberam dispensar a Sua Majestade a mais calorosa acolhida.

Essa visita foi retribuída em 1976, quando o Presidente Ernesto Geisel esteve em Londres. Meus predecessores Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro realizaram visitas oficiais à Grã-Bretanha, e Lord Carrington foi aqui recepcionado, entre uma e outra viagem dos chanceleres brasileiros.

Essa assiduidade no relacionamento político influi decisiva e positivamente sobre a intensificação e diversificação do intercâmbio econômico bilateral.

Dispomos, neste momento, de mecanismo de colaboração no domínio da exploração de carvão, minério de ferro, e da prospecção e exploração de petróleo na plataforma continental brasileira. A escolha, pelas autoridades aeronáuticas britânicas, do avião Tucano, para treinamento dos pilotos da Real Força Aérea, representou um importante reconhecimento da qualidade da tecnologia aeronáutica brasileira, e elevou a um novo patamar qualitativo o relacionamento econômico entre nossos dois países.

O Brasil vive hoje, Senhor Secretário de Estado, um momento crucial de sua história. Desejamos que as dificuldades econômicas

do presente em medida alguma nos afastem, mas antes nos aproximem, e contribuam para solidificar uma amizade que tem raízes tão profundas. Numerosos campos ainda se abrem à cooperação anglo-brasileira. No domínio financeiro e dos investimentos, acreditamos que a City londrina ainda tem um papel de relevância a desempenhar neste país. Amplas perspectivas de trabalho abrem-se no terreno da alta tecnologia, onde são conhecidas as expressivas realizações do talento britânico.

Almejamos, em resumo, Senhor Secretário de Estado, que Vossa Excelência leve de sua estada no Brasil a mensagem amistosa de um povo que estima e admira a grande nação britânica, e com ela deseja manter os mais estreitos laços de amizade e cooperação.

Ergo, pois, minha taça em brinde ao êxito de sua visita e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e de Lady Howe.

GEOFFREY HOWE

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Suas Excelências, Senhoras e Senhores,

Muito obrigado pelas gentis palavras de boas-vindas. É um grande prazer estar aqui esta noite, em tão ilustre companhia. Permita-me, em primeiro lugar, agradecer-lhe calorosamente, Senhor Ministro, pela esplêndida e generosa hospitalidade com que me distingue esta noite.

Espero, com prazer, o prosseguimento de nossas conversações amanhã. Creio que estaremos abordando alguns temas econômicos. A se levar em conta a nossa experiência profissional anterior, Vossa Excelência, um ex-Presidente de um dos maiores bancos do Brasil, e eu, ex-Ministro da Fazenda, podemos esperar termos bastante em comum!

Aproveito com prazer essa oportunidade, ainda na fase inicial da minha visita, de expressar a minha satisfação por estar no Brasil. Fico muito contente em ter a oportunidade de encontrar-me com algumas das mais importantes figuras da sua nova administração, além de eminentes brasileiros de todas as áreas de atividade. Muito me honrou ter sido recebido pelo Presidente Sarney na tarde de hoje.

É esta a nossa primeira visita a um país que Eispeth e eu sempre desejamos conhecer. Esperamos poder pelo menos vislumbrar o tamanho e o potencial desse imenso país. Infelizmente a nossa estada aqui será demasiado breve. Ao estudar os mapas, antes de vir ter aqui, me impressionou de novo constatar que o Brasil ocupa verdadeiramente um espaço continental. O que até agora pude ver da cidade de Brasília impressionou-me imensamente; não menos importante é a sua empolgante arquitetura contemporânea para a qual, vejo com prazer, A Embaixada Britânica realizar a sua própria contribuição com o seu belo conjunto arquitetônico.

Minha visita servirá, espero, para dar ênfase aos vínculos tradicionalmente estreitos entre o Reino Unido e o Brasil. Vínculo que, permitam-me dizê-lo, muito se têm beneficiado pela presença em Londres de um representante brasileiro de grande distinção — e cuja presença sinto-me feliz em ter conosco essa noite. Falo, naturalmente, do Embaixador Gibson-Barbosa.

A Grã-Bretanha e o Brasil têm mantido estreitos contatos entre si há muito tempo. Um quadro que não se encontra, creio eu, muito distante de onde estamos agora, retrata a entrega de documentos por Sir Charles Stuart em reconhecimento da independência do Brasil em princípios do século XIX.

Em 1856 formou-se uma companhia em Londres, com capital britânico para a construção de uma das primeiras estradas de fer-

ro, que ligaria Santos a São Paulo. No decorrer do século XIX, estivemos participando intensamente não só da construção de estradas de ferro, mas também da instalação de serviços municipais, e da construção de portos, operação de bondes, e muitos outros projetos. Em 1850, os produtos britânicos representavam mais da metade do total de importações do Brasil Império. Até a Segunda Guerra Mundial, estivemos à frente nas áreas de investimento e navegação. Em 1929, por exemplo, mantínhamos ainda a metade do investimento estrangeiro total no Brasil. Hoje somos o quinto maior investidor. Talvez não sejamos mais o principal parceiro comercial do Brasil. Mas continuamos a desempenhar um papel significativo em muitos dos grandes projetos infra-estruturais que contribuíram para o desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. Entre esses, incluem-se a siderúrgica de aço de Açominas; a usina elétrica de Jacuí; e a ponte Rio-Niterói. E o Brasil permanece sendo o maior mercado para os produtos britânicos da América Latina.

Lembramos também com gratidão a decisão do Brasil de unir-se aos Aliados após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Vocês contribuíram generosamente para a campanha aliada na Itália em 1944, enviando uma Força Expedicionária de 25.000 homens, que lutaram e sofreram baixas ao nosso lado. Foi o Brasil o único país em toda a América Latina, a assumir essa posição.

Ao mencionar a estreiteza de nossos vínculos, seria errado ignorar o fato de que, por razões não provocadas por nós, nossas relações, histórica e tradicionalmente estreitas com os países da América Latina, enfrentaram algumas tensões resultantes do conflito no Atlântico Sul. Desde 1982 vimos fazendo esforços consistentes, tanto sozinhos como com nossos parceiros da Comunidade, no sentido de restaurar relações bilaterais normais com a Argentina.

Essa normalização somente poderá ser realisticamente alcançada através da busca de acordos pertinentes às questões práticas. Sempre acreditamos que as relações econômicas e comerciais oferecem uma oportunidade natural.

Anunciamos hoje em Londres mais uma importante iniciativa no sentido de alcançarmos algum progresso nessa área. Decidimos suspender, a partir da meia-noite de hoje, a proibição referente às importações da Argentina, que vinha vigorando desde 1982. Esperamos muito que a Argentina reaja no mesmo espírito construtivo.

Acreditamos firmemente que melhores relações com a Argentina serão do interesse de todos aqueles envolvidos: no da Grã-Bretanha; no dos países da América Latina inclusive a Argentina; e no dos habitantes das Falklands. Deixem-me salientar um ponto nessa noite. Ficamos imensamente gratos pela maneira escrupulosamente correta pela qual o Brasil, um bom amigo das duas partes, levou a cabo as funções de Poder Protetor da Argentina. Não deveríamos ter esperado menos: e não pedimos mais.

A exemplo de muitos outros países, teve o Brasil que enfrentar nos últimos anos o problema da dívida. Permitam-me simplesmente externar nesta noite a solidariedade e compreensão do Governo Britânico com relação aos grandes problemas econômicos que confrontam o Brasil. E a nossa admiração pela maneira determinada pela qual o governo e o povo brasileiros estão trabalhando juntos para recriarem a saúde e prosperidade econômicas.

Não subestimamos o potencial que poderia ser mobilizado pelo êxito desses esforços, não apenas no Brasil, mas em todo o continente. Muito nos estimulou o retorno da democracia em um certo número de países da região. Esperamos que essa tendência continue. O desenvolvimento poderá apenas fortalecer os nossos laços com a região.

São para mim de grande valia as trocas de idéias, acerca de questões internacionais, que mantivemos hoje e a que daremos prosseguimento amanhã. Mantemos conversações como duas nações que têm uma herança que ultrapassa os nossos próprios continentes. Compreendendo a natureza universal da segurança. Com um compromisso comum com a paz e a prosperidade.

O papel da Grã-Bretanha no mundo de hoje reflete os nossos interesses comerciais e investimentos, que atingem as mais longínquas fronteiras — e as nossas várias, e interligadas, responsabilidades. Como membro fundador da OTAN, realizamos importante contribuição à segurança em ambos os lados do Atlântico Norte. Estamos ativamente à procura de êxito no campo do controle de armamentos, e, conforme todos tomaram conhecimento, após a visita do Sr. Gorbachev a Londres em dezembro último, estamos dispostos a desempenhar por inteiro o nosso papel no diálogo com o Leste.

Desde que entramos para a Comunidade Européia muito nos esforçamos para a construção de uma Europa mais forte e unida. Queremos fortalecê-la de dentro para fora, isto é, usando aquela força coletiva de forma responsável, no mundo.

A Europa é também uma comunidade política, e tem uma mensagem política. Ela oferece um exemplo de um novo abordagem da cooperação internacional. De reconciliação entre inimigos tradicionais e de uma influência coletiva maior do que a soma de suas partes.

A paz e a reconciliação são necessidades globais. Estamos todos comprometidos com elas, de acordo com a Carta da ONU. A Grã-Bretanha como Membro Permanente do Conselho de Segurança, desempenha um papel de responsabilidade na criação das condições para que elas floresçam.

Na Grã-Bretanha, temos uma longa tradição de governo parlamentar democrático.

Apesar, ou talvez por causa disto, somos os primeiros a reconhecermos a dificuldade do processo. É por isso que nós, na Grã-Bretanha, tanto admiramos o passo dado pelos brasileiros nos últimos anos, que veio restaurar o governo democrático civil no Brasil.

A exemplo de tantos outros países, o Brasil enfrenta ainda assustadores problemas sociais. Mas posso perceber que, formado por estadistas de estatura continental, o governo brasileiro conta com a força de vontade necessária para solucioná-los. Sofremos com vocês durante a longa luta pela vida, e pela oportunidade de prestar ainda maiores serviços ao Brasil, do Presidente eleito Tancredo Neves. Compartilhamos com vocês do sentimento de perda quando de sua morte. E compartilhamos agora com vocês

do ardente desejo de ver o seu sucessor alcançar êxito nas difíceis tarefas que o esperam. Podem estar certos de nosso grande interesse e caloroso apoio.

Descubro, para a minha surpresa, que sou apenas o segundo Ministro dos Negócios Exteriores britânico a realizar uma visita oficial ao Brasil. O fato de que o primeiro foi Lord Carrington, há cinco anos atrás, ilustra o acelerado ritmo de nossa cooperação. Fico satisfeito ao verificar que esse mesmo sentido de vínculos crescentemente estreitos permeia as nossas relações em todos os níveis. É assim que deve ser. A Grã-Bretanha e o Brasil têm uma afinidade natural, que data de muitos séculos atrás, e que nos dá uma excelente base onde construir laços ainda mais estreitos no futuro.*

* Na página 129, seção **Notícias**, uma informação sobre a visita do Secretário de Estado de Sua Majestade Britânica para os Negócios Estrangeiros e da Comunidade, Geoffrey Howe.

brasil e colômbia ratificam tratado de amizade e cooperação

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e do Embaixador da Colômbia, José Jaime Nicholls, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de julho de 1985, por ocasião da solenidade de troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Colômbia.

CHANCELER BRASILEIRO

Senhor Embaixador José Jaime Nicholls,

É para mim motivo de especial satisfação presidir esta cerimônia de troca de instrumentos de ratificação do Tratado de Amizade e Cooperação, concluído em Bogotá entre os Governos do Brasil e da Colômbia, em 12 de março de 1981.

O presente acordo permitirá instaurar e aperfeiçoar mecanismos de interesse comum, através da criação de uma Comissão de Coordenação, incumbida de analisar e acompanhar projetos econômicos de importância, como os relativos à infra-estrutura, complementação industrial e programas de inversões conjuntas em outros países; o estudo do intercâmbio comercial e das medidas para assegurar seu incremento e diversificação, tanto do ponto de vista global como no relacionamento como comércio fronteiriço; o aperfeiçoamento dos meios

de transporte entre os dois países, e a cooperação técnica, especialmente no setor agropecuário. O Tratado tem, assim, o propósito de criar condições para que a crescente amizade que nos vincula se traduza, cada vez mais, em realidades benéficas para as duas nações.

Senhor Embaixador Nicholls,

Estamos conscientes das perspectivas que se oferecem à colaboração entre nossos dois países, tais como em matéria energética, econômica e comercial, em particular em relação ao café, e o entendimento nos assuntos culturais, científicos e tecnológicos. Pela dupla condição de nações vizinhas e de economias em desenvolvimento, participamos da preocupação de buscar o aperfeiçoamento das formas de integração regional e sub-regional.

Assim procedendo temos em mente agilizar os processos de desenvolvimento e de

intercâmbio, procurando reduzir as dificuldades de comunicação e de integração, tanto dentro da região quanto entre a América Latina e o conjunto de países em desenvolvimento, estimulando a cooperação no nível mais amplo das relações Sul-Sul.

Senhor Embaixador Nicholls,

Confiemos em que o Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e a Colômbia possa significar mais um marco nesse processo de institucionalização da ampla e positiva cooperação que vem assinalando as relações brasileiro-colombianas.

EMBAIXADOR COLOMBIANO

Es para mi particularmente satisfactorio el que me corresponda representar al Gobierno de Colombia en la Ratificación del Tratado de Amistad y Cooperación que suscribieran en 1981 los Jefes de Estado del Brasil y Colombia.

Nuestros países han mantenido un excelente manejo de sus relaciones mutuas. En el campo de la Cooperación Económica podemos citar nuestro permanente acuerdo en cuanto a la conducción de la política mundial del mercado del café, que es sin duda ejemplar en cuanto a buenas relaciones entre países productores de materias primas y de éstos con los países consumidores.

En lo que hace a las relaciones internacio-

nales y particularmente a la política interamericana, es evidente la coincidencia de los puntos de vista de nuestros países. Así mismo, resaltan la unidad de criterios en cuanto a la negociación de la deuda externa y la cooperación para el logro de la paz en América Central. Hemos desarrollado instrumentos de colaboración tan promisorios para el futuro de nuestros pueblos como el Tratado de Cooperación Amazónica, manteniendo excelentes relaciones fronterizas. Podría señalar aún multitud de hechos que muestran la realidad de una verdadera política de buena vecindad.

Todos éstos logros, satisfactorios en sí, no son sin embargo suficientes ante los desafíos del presente. Necesitamos profundizar en nuestras relaciones culturales; procurar que nuestros pueblos se conozcan; crear un comercio mútuo más activo y cuantioso; ampliar los intercambios de conocimientos; en pocas palabras, actualizar nuestras buenas relaciones a la manera que en la segunda mitad del Siglo XX, lo están haciendo otros pueblos que, como los nuestros, están vinculados por razones históricas, culturales y geográficas.

Colombia tiene mucho que ganar en unas más estrechas y solidarias relaciones con el Brasil, y tiene también mucho que ofrecer. En este sentido, el Tratado, cuyas ratificaciones estamos canjeando, debe ser el punto de partida para una renovación de las relaciones entre Brasil y Colombia.

chanceler olavo setúbal visita a Índia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em Nova Délhi, em 22 de julho de 1985, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Ministro para os Negócios Estrangeiros da Índia, Kurshid Alam Khan.

Senhor Ministro,

Permita-me, em primeiro lugar, manifestar meus agradecimentos por suas generosas palavras de boas-vindas e pela cordial hospitalidade com que nos honraram o Governo e o povo da Índia.

Há pouco mais de um ano o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil realizou uma visita oficial à Índia. Seu objetivo essencial foi o restabelecimento de um diálogo político de alto nível entre o Brasil e a Índia. Esse objetivo foi alcançado. Minha visita, conseqüentemente, tem outro sentido. Partindo das boas relações já existentes entre nossos dois países, gostaria de propor, em nome do recém-eleito Governo do Brasil, que as duas maiores democracias do terceiro mundo estreitem mais ainda os seus vínculos de cooperação, aprofundando e diversificando aquelas relações.

A cooperação tem como pressuposto básico a convergência de pontos de vista em torno de certos princípios fundamentais de

convivência, tanto no plano nacional como internacional. Essa convergência existe, no caso da Índia e do Brasil. Partilhamos muitos objetivos e ideais básicos, como a defesa da soberania e da paz mundial, e a luta pelo bem-estar social e econômico, através do aperfeiçoamento das instituições democráticas e da aceleração dos esforços de desenvolvimento. Sem dúvida, pertencemos a contextos culturais distintos, mas temos que reconhecer que para o bem ou para o mal as mesmas forças históricas foram responsáveis pela inserção dos nossos dois países, durante o século XVI, na grande corrente da vida européia.

A perspectiva comum de países que no passado foram colônias e que hoje são países em desenvolvimento se reforça com a coincidência de fatores materiais, entre os quais a grande extensão territorial, a abundância de recursos naturais, um nível semelhante de industrialização e uma ampla base demográfica, assim como a necessidade de fazer face a uma população constantemente

te ascendente com a melhoria das condições de vida.

A coincidência de princípios, experiências e circunstâncias objetivas levaram o Brasil e a Índia a adotarem posições semelhantes no tocante às grandes questões do cenário internacional, tanto política como economicamente.

A mais grave dessas questões é a ameaça do aniquilamento nuclear. Num discurso tão atual hoje como na época em que foi pronunciado, há quase vinte anos, a Senhora Gandhi disse que

“a paz a nosso redor, se é que podemos chamá-la de paz, é uma paz armada. Estamos confrontados com o acúmulo competitivo de armas nucleares, que ameaçam a sobrevivência da humanidade. Esperamos que nosso empenho na adoção de medidas tangíveis e realistas visando o desarmamento geral e completo ajudem a criar condições para uma paz duradoura. Este não é pois o momento para que nos confinemos em estreitos refúgios nacionais. Na verdade, temos o dever de levantar a voz da humanidade para dizer que a guerra não é inevitável, que não há alternativas para a coexistência pacífica, e que esta pode ganhar novo significado através de uma ativa cooperação internacional”. Endossamos plenamente essas palavras, e foi dentro desse espírito que demos nosso apoio à Declaração de Délhi sobre o Desarmamento, emanada da Reunião de Cúpula dos Seis, janeiro passado.

Apesar de todos esses esforços, a situação internacional contemporânea se deteriora constantemente. Crises cada vez mais graves em várias regiões do mundo e episódios cada vez mais freqüentes de confrontação entre as superpotências conjugam-se a uma crise econômica de dimensões globais, que castiga todos os países e regiões e desafia as terapias ortodoxas.

As crises regionais que desestabilizam a vida internacional decorrem de fatores estrutu-

rais profundamente enraizados. Elas não serão solucionadas duravelmente enquanto as questões subjacentes não forem abordadas. De modo geral, a dinâmica sócio-econômica de cada região é o elemento decisivo na busca de soluções legítimas. Os problemas da região devem ser considerados sem qualquer interferência externa, levando-se em conta prioritariamente os esforços e opiniões construtivas dos próprios países dessa região.

Tais princípios aplicam-se a situações como as da América Central, a África Austral e o Oriente Médio, onde via de regra o envolvimento Leste-Oeste tende com demasiada freqüência a ampliar o alcance dos conflitos, a aprofundar rivalidades locais, a encorajar atitudes de intransigência e a reduzir as perspectivas de soluções justa e duradouras.

Como observador do Movimento Não-Alinhado, o Brasil teve oportunidade de valorizar os esforços da Índia para promover o decréscimo das tensões em todas essas áreas, e outros da mesma natureza.

Senhor Ministro,

Há mais de um século o sistema econômico mundial não experimenta uma crise tão abrangente e tão prolongada como a que nos afeta hoje. Suas conseqüências a longo prazo são profundamente perturbadoras; seus efeitos imediatos são uma fonte de desequilíbrio econômico e de instabilidade social. Uma das características mais notáveis da crise é que ela não tem fronteiras geográficas definidas. Além disso, não se limita a certos setores da economia. A crise é global, e os países em desenvolvimento revelaram-se os elos mais fracos num sistema interdependente. A cooperação e o diálogo são portanto mais necessários que nunca. E no entanto, nunca os mecanismos de cooperação e multilateralismo foram mais frágeis.

O Brasil e a Índia tem agido conjuntamente para persuadir os países desenvolvidos de

que os riscos associados à preservação das estruturas existentes no campo financeiro, monetário e comercial são certamente maiores que os que poderiam decorrer de uma reestruturação equilibrada da economia mundial.

Promover um sistema de comércio realmente multilateral, restaurar a credibilidade do Acordo Geral como instituição reguladora do comércio de bens físicos, e cumprir as obrigações já assumidas, especialmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento: são essas as tarefas prioritárias com que se defronta a comunidade internacional. Nesse sentido, a Índia e o Brasil, juntamente com outras Partes Contratantes menos desenvolvidas, apresentaram no mês passado uma declaração sobre o aperfeiçoamento das relações comerciais internacionais, incluindo sua posição sobre uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais.

Estamos convencidos de que o alto nível das taxas de juros, a volatilidade das taxas de câmbio, e a falta de liquidez que afeta os países em desenvolvimento em consequência desses fatores, são temas de fundamental importância para toda a comunidade internacional, e deveriam ser abordados de modo prioritário. Acreditamos, igualmente, que todos esses temas são interdependentes, e que as questões financeiras e comerciais devem receber tratamento integrado.

Por mais importante que sejam essas questões Norte-Sul, elas não devem obscurecer a urgência e o significado da cooperação Sul-Sul. Exatamente por ser tão sombria, a presente conjuntura pode ensinar-nos formas novas de relacionamento econômico, e a cooperação entre os países em desenvolvimento é certamente a mais promissora entre essas novas formas. Atribuímos especial importância ao próprio estabelecimento de um sistema geral de preferências entre os países em desenvolvimento, e estamos certos de que a reunião de Nova Délhi desempenhará um papel deci-

sivo nesse processo. Minha presença à frente da Delegação brasileira é uma indicação de nossa atitude positiva. Esteja seguro, Senhor Ministro, de que faremos o possível, apesar de nossas atuais dificuldades econômicas, para assegurar o sucesso do sistema, no espírito do Programa de Ação de Caracas.

Senhor Ministro,

Embora nossas relações diplomáticas datem do estabelecimento do Estado indiano, estou convencido de que a fase mais significativa da cooperação indo-brasileira está a ponto de começar. Nossas relações políticas se tornarão mais próximas e mais abrangentes à medida que o sistema de consultas bilaterais criado durante a visita do meu antecessor se torne plenamente operacional. Nossas relações científicas e tecnológicas se tornarão mais fortes e diversificadas, à altura do nosso potencial nesse setor, com a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. A criação de uma Comissão Mista e o estabelecimento imediato de uma Subcomissão, proporcionará um foro para o debate de todas as questões bilaterais de caráter econômico, inclusive a necessidade de expandir o comércio de forma tão equilibrada quanto possível. Tenho a certeza de que a nossa cooperação em matéria de ciência e tecnologia justificará, a curto prazo, a criação de uma subcomissão mista para o tratamento sistemático de nossos vínculos nessas áreas. Finalmente, nossas relações culturais serão intensificadas, no marco do Acordo de 1968, a fim de facilitar o entendimento mútuo entre os povos da Índia e do Brasil.

Senhor Ministro,

Nossos dois países são geograficamente distantes: demonstremos que as distâncias físicas podem ser superadas. Pertencemos a matrizes culturais diferentes: demonstremos que as diferenças são mais enriquecedoras que as semelhanças. Nossas economias não são suficientemente complementares: exploremos as complementariedades

existentes, e tentemos aumentar nossa interdependência num amplo espectro de áreas, não necessariamente limitadas a do comércio de produtos. Forjemos, conjuntamente, uma nova parceria para a paz e para o desenvolvimento.

Convido todos os presentes a brindar à saúde de Sua Excelência Presidente Giani Zail Singh e Sua Excelência o Primeiro Ministro Rajiv Gandhi, à prosperidade crescente do povo indiano, à amizade eterna entre o Brasil e a Índia e à felicidade de Vossa Excelência.

a chegada de olavo setúbal a nova délhi

**Declaração do Chanceler Olavo Setúbal, em
22 de julho de 1985, logo após sua chegada a
Nova Déli.**

Minha visita a Nova Déli é uma prova da importância que o Brasil atribui à Índia, por seu papel no contexto asiático e no cenário internacional — respondeu o Chanceler Olavo Setúbal ao ser indagado pela imprensa, em entrevista coletiva concedida no aeroporto, minutos após seu desembarque na capital indiana. Os jornalistas haviam perguntado sobre os motivos que levaram o Brasil a enviar seu Chanceler à Índia pela segunda vez em dezesseis anos.

O Ministro Olavo Setúbal salientou que um dos principais objetivos de sua visita era a assinatura do acordo Brasil-Índia de Cooperação Científica e Tecnológica que abrirá novas perspectivas para as relações entre os dois países.

O Chanceler indicou que a maciça presen-

ça de países do grupo dos 77 na Reunião Ministerial de Nova Déli, a ser iniciada na próxima quinta-feira, dia 25, no âmbito do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC) demonstra igualmente o prestígio da Índia no cenário mundial e a importância dos temas a serem tratados em sua capital. Cerca de 70 (setenta) países confirmaram seu comparecimento.

Setúbal foi recebido no aeroporto pelo Ministro Indiano das Relações Exteriores, Khurshid Alam Khan, pelo Secretário Geral da Chancelaria para assuntos do Ocidente, A. P. Venkateswaran, e pelo Chefe do Departamento da América Latina, Embaixador Girish Dhune, assim como pelo embaixador brasileiro em Nova Déli, Jorge D'Escagnolle Taunay.

reunião ministerial do grupo dos 77 sobre o sistema geral de preferências comerciais, em nova délhi

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em Nova Délhi, em 25 de julho de 1985, por ocasião da abertura dos trabalhos da Reunião Ministerial do Grupo dos 77 sobre o Sistema Geral de Preferências Comerciais.

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, gostaria de agradecer ao Governo da Índia pela iniciativa de convocar esta Reunião Ministerial. Estamos convencidos de que este encontro não somente oferecerá um importante impulso ao Sistema Geral de Preferências Comerciais, mas proporcionará, também, uma oportunidade favorável para uma troca de pontos-de-vista sobre a situação corrente da economia internacional.

Senhor Presidente,

Como já mostrou claramente para nossos países, enfrenta hoje o mundo sua crise econômica mais grave desde a Grande Depressão. De seus efeitos negativos não escapam quaisquer de nossas economias nacionais.

Não há como negar, porém, que a crise econômica afeta principalmente os países em desenvolvimento. Muitos de nossos países lutam contra problemas graves, tais como o endividamento, a recessão econômica e um desastroso crescimento da pobreza.

Tais dificuldades não serão superadas com facilidade. Para que soluções concretas e afetivas possam ser alcançadas, ao nível da interdependência Norte-Sul, são exigidas iniciativas conjuntas.

É ainda muito modesta a recuperação dos países desenvolvidos para que dela se beneficiem os países em desenvolvimento mais significativamente. Persistem muitos fatores que têm reduzido o impacto dessa incipiente recuperação. As taxas de juros permanecem elevadas e voláteis. Os preços das matérias primas situam-se a níveis inferiores aos dos pisos já extremamente baixos verificados em 1982. Acentuou-se o protecionismo. Os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Européia têm elevado barreiras comerciais crescentes às exportações dos países em desenvolvimento.

Para os países em desenvolvimento, em particular, as restrições comerciais significam um problema de enormes dimensões. Têm nossos países de expandir as exportações, como forma de poderem pagar suas dívidas externas, além do que a expansão do comércio internacional representa um importante estímulo para a retomada do crescimento dos países em desenvolvimento. Um efetivo diálogo Norte-Sul poderia ajudar a enfrentar alguns desses desafios.

Infelizmente, testemunhamos a progressiva deterioração desse diálogo. Nos últimos anos, os países em desenvolvimento vêm acumulando frustrações a esse respeito. O encontro de Chefes de Estado, em Cancún, e a Sexta Conferência da UNCTAD reafirmaram a rigidez do sistema econômico internacional e a ausência da vontade

política dos países desenvolvidos. A consequência é que deles não partiram quaisquer contribuições que possibilitassem soluções efetivas.

A despeito da boa vontade e do espírito de compromisso dos países em desenvolvimento, as negociações Norte-Sul chegaram a um beco sem saída.

Esse fracasso impõe responsabilidades pesadas e amplia a importância que aqui terá nosso trabalho. A cooperação econômica entre países em desenvolvimento estava destinada a representar um instrumento importante para a redução dos efeitos devastadores que a crise econômica reproduz sobre nossas economias. O Programa de Ação de Caracas estabeleceu vários projetos de cooperação em diferentes áreas. Entre eles, o Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC) aparenta ser o mais promissor.

No plano de Ação de Arusha foi reconhecido a importância do SGPC para a expansão do comércio entre países em desenvolvimento. Na UNCTAD a Resolução 127 (V), aprovada por unanimidade, determinou à Secretaria Geral daquela organização medidas de colaboração com os países em desenvolvimento para a criação do SGPC. Posteriormente a VI UNCTAD aprovou em Belgrado, a Resolução 139 (VI) que, após fazer referências a Arusha e ao Programa de Ação de Caracas, estabeleceu o SGPC como área prioritária dentre as atividades do ECDC.

No ano passado, em Genebra, nossos países puderam continuar os trabalhos no sentido da constituição do Sistema, durante o período de quatro semanas, como previsto pela Resolução 274 (XXVII) do Grupo de Comércio e Desenvolvimento.

Utilizamos todo o tempo à nossa disposição, resultando um documento sobre Mecanismos de Negociação. Contudo, muito resta ainda a ser feito.

Para o sucesso do Sistema, faz-se necessário que esta reunião ministerial possa contribuir para finalizar a elaboração das regras básicas para o Sistema Geral das Preferências Comerciais, assim como para fixar um cronograma para sua implementação. O estágio declaratório encerrou-se o que agora se fez necessário é ação. O SGPC não é um exercício abstrato de retórica, ele envolve negociações comerciais concretas. Temos, assim, de trabalhar muito e com objetividade. Muitas tarefas nos confrontarão no futuro imediato.

Primeiro, devemos adotar as Regras Básicas de negociação tão rapidamente quanto possível. Segundo, devemos estabelecer um cronograma para as negociações. Terceiro, o Comitê de Negociação, formalizado pela Declaração Ministerial de 1982, deveria concluir tão logo quanto possível o trabalho preparatório para a implementação do SGPC.

Senhor Presidente,

Deve situar-se em nossas considerações a possibilidade de convocarmos uma outra reunião ministerial, para o acompanhamento do trabalho do Comitê de Negociações. Esse encontro dever-se-ia realizar antes do começo das negociações efetivas, marcadas para maio de 1986, com vistas a avaliar o progresso alcançado e para iniciar as negociações. Tenho a honra de anunciar o desejo de meu Governo de convidar os países participantes para realizar essa reunião no Brasil.

O Comitê de Negociações terá a oportunidade de continuar seu trabalho de abordagem dos vários temas, incluindo a redução tarifária, o abrandamento de barreiras não-tarifárias e para-tarifárias e a promoção de negociações setoriais. Não podemos, contudo, perder a oportunidade de dar, aqui e agora, um impulso político decisivo para o trabalho que se realizará em Genebra.

A delegação brasileira é de opinião que, no contexto do trabalho preparatório a

ser iniciado pelo Comitê de Negociações, um corte tarifário linear deveria ser adotado como abordagem básica de negociação.

Senhor Presidente,

Não há dúvidas que temos à frente um difícil desafio. Estou, contudo, confiante de que teremos condições de superá-lo. Façamos agora nosso comprometimento

político de implementação do SGPC no mais curto período de tempo.

Estou certo de que encontraremos a coragem e a sabedoria para adotar, aqui, as linhas mestras necessárias para nosso futuro trabalho e que serão, certamente, traduzidas em medidas operacionais em futuro próximo.

Obrigado.

ministro da cooperação econômica da rfa amplia entendimentos com o brasil

Discurso do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de julho de 1985, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro da Cooperação Econômica da República Federal da Alemanha, Jürgen Warnke.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que, em nome do Governo brasileiro, apresento a Vossa Excelência e a sua ilustre comitiva os votos de boas vindas. A presença de Vossa Excelência entre nós constitui excelente oportunidade para que nossos Governos estreitem contatos e passem em revista as possibilidades de incrementar e aperfeiçoar os mecanismos de cooperação já existentes entre nossos Governos e para buscar novas fórmulas que possam resultar em benefício mútuo.

Nossos estadistas, atentos às afinidades e possibilidades de cooperação bilateral, têm sabido aprofundar o relacionamento teuto-brasileiro através do intercâmbio de visitas do mais alto nível. Em fevereiro de 1978, o Presidente Ernesto Geisel, com sua ida à RFA, inaugurou essa nova fase de contatos bilaterais. Em 1979, veio ao Brasil o Chanceler Helmut Schmidt e em 1981 o Presidente João Figueiredo visitou a

RFA. Em 1982, cabe recordar a ilustre visita do Presidente Karl Carstens a nosso país. Mais recentemente, estive no Brasil, encabeçando a Delegação especial oeste-alemã às cerimônias de posse presidencial, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores Hans-Dietrich Genscher.

Ao servir de veículo e incentivo ao crescente interesse que une nossos povos, contam os nossos Governos com instrumentos de diálogo que já vêm acumulando profícuas experiências.

Em outubro vindouro deverá reunir-se, pelo 12º ano consecutivo, a Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, fórum onde são traçadas as diretrizes do nosso intercâmbio econômico e dirimidas, de forma franca e sempre construtiva, questões atinentes ao comércio bilateral.

Nesse campo o Brasil e a República Federal da Alemanha não poupam esforços para manter elevado o nível das trocas, tirando

o melhor partido das potencialidades dos respectivos mercados e procurando, de forma prioritária, corrigir distorções eventualmente surgidas no processo. Nesse sentido, faz-se mister que tais esforços continuem sendo realizados dentro do espírito de repúdio, tantas vezes enunciados por ambas as partes, às práticas protecionistas contrárias aos interesses comuns.

Paralelamente, a propósito do permanente aprimoramento do mecanismo de trocas, assinala-se que muito contribuirá para a maior descentralização de nossa pauta de exportações, o recente contrato firmado entre a EMBRAER e a Sociedade Alemã de Tráfego Aéreo (DLT) — pelo qual a firma brasileira fornecerá à empresa alemã cinco aviões “Brasília”, destinados ao transporte interno de passageiros.

No âmbito da cooperação técnica, nosso programa tem permitido a implementação de cerca de cinquenta projetos de desenvolvimento agrícola, de pesquisa mineral e de recursos hídricos, de desenvolvimento urbano e industrial. A cooperação com a RFA representa, em volume de recursos, a maior que o Brasil auferiu no âmbito bilateral. Atualmente, mais de cem peritos alemães encontram-se no Brasil, prestando assessoria nos mais variados setores.

Em todos eles, caberia ressaltar a importância da componente “transferência de tecnologia”, que vem permitindo aumentar o efeito multiplicador de cada projeto e fortalecer as instituições nacionais de contrapartida. É com satisfação que registro não haver problemas de substância na cooperação técnica entre os dois países, apesar das crescentes dificuldades que as instituições brasileiras vêm enfrentando, em

função do prolongado período de recessão econômica que vive o Brasil.

Gostaria de reiterar aqui o especial interesse do Governo brasileiro em que a cooperação financeira, suspensa em 1982, venha a ser retomada no mais breve prazo possível, o que seria aliás perfeitamente coerente com o espírito que norteia nosso relacionamento global. Considero que o reatamento do trabalho bilateral conjunto nesse setor contribuirá de forma significativa para colocar as relações teuto-brasileiras numa perspectiva ainda mais dinâmica e adequada.

Senhor Ministro,

A RFA, interlocutor reconhecidamente privilegiado dos países ocidentais de economia avançada, desperta a expectativa, junto aos países em desenvolvimento, de que atuará em favor de um relacionamento mais equilibrado entre o Norte e o Sul. Entre as inúmeras responsabilidades da Pasta que Vossa Excelência chefia, estou certo ser da maior importância a que está afeta à atuação da RFA na ajuda aos países em desenvolvimento.

Senhor Ministro,

Feitas essas observações, resta-me apenas desejar que a visita de Vossa Excelência ao Brasil se constitua em mais um vínculo na cooperação fraterna e tradicional que existe entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, proponho que ergamos as nossas taças, fazendo um brinde à Amizade entre os nossos dois países e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

declaração de lima reafirma importância do fortalecimento do sistema democrático

Declaração divulgada, em Lima, em 29 de julho de 1985, pelos Chefes de Estado e Representantes Especiais reunidos com o Presidente do Peru, Alan Garcia.

Reafirman la importancia del fortalecimiento y profundización del sistema democrático para la vigencia del estado de derecho, el respeto de los derechos humanos — Políticos, Económicos y Sociales — particularmente ante las actuales dificultades y desafíos que exigen esfuerzos especiales para hacer viable la plena realización de las naciones latinoamericanas en la paz, el derecho, el respeto a la soberanía de los estados, la no intervención en los asuntos internos, el robustecimiento de los procesos de integración y el establecimiento de un orden internacional mas justo y equitativo.

Proclaman su convicción de que la solidaridad latinoamericana convertirá a la región en un interlocutor de mayor significación internacional y contribuirá a crear, con el impulso de todos sus miembros, el destino histórico de la gran Pátria Latinoamericana.

Expresan, en ese sentido, la decisión de sus gobiernos de intensificar consultas políticas a través de procedimientos flexibles y oportunos, a fin de coordinar posiciones en asuntos de interés común ante terceros países;

grupos de países y en organismos internacionales, a cuyo efecto encomiendan a sus respectivos ministros de relaciones exteriores que den los pasos necesarios.

Reafirman el imperativo histórico de la integración latinoamericana y comprometen su decidido apoyo a la dinamización de los procesos de integración y cooperación regionales y sub-regionales, a fin de reactivar los intercambios dentro de la región, promover el desarrollo y alcanzar niveles de prosperidad económica colectiva que coadyuven a la estabilidad política y al bienestar integral de nuestros pueblos. En este sentido reafirman, asimismo, su decidido apoyo al sistema económico latinoamericano (sela) en circunstancias en que celebra su X aniversario como foro de concertación y cooperación genuinamente latinoamericano.

Condenan la creciente carrera armamentista convencional y nuclear porque representa una amenaza para la paz y la seguridad internacionales y un obstáculo adicional para el desarrollo.

Consideran positiva y conveniente la reducción equilibrada de gastos militares y la asignación de mayores recursos para el desarrollo sócio-económico de sus países y acuerdan promover la adopción de medidas adicionales de fomento de la confianza en la región y particularmente entre países vecinos.

Declaran una vez mas que la crisis en América Central debe ser resuelta por medios pacíficos y negociados, con exclusión de la amenaza y el uso de la fuerza, de los actos de intervención en los asuntos internos de otros estados y de medidas coercitivas, y que atiendan a las causas históricas, políticas, económicas y sociales que la han producido. Subrayan enfáticamente su mas resuelto apoyo al grupo de Contadora y destacan en particular la importancia de poner en practica las acciones concertadas en la reunión celebrada en Panama los días 21 y 22 de julio para una solución integral y permanente que consulte los ideales de paz, democracia y desarrollo de las naciones de istmo, mediante la conclusión del acta de Contadora, la celebración de entendimientos políticos satisfactorios entre todas las partes interesadas y la reiniciación del diálogo de Manzanillo.

Reiteran su respaldo a la soberanía Argentina sobre las Islas Malvinas así como su preocupación por la continuación de la presencia allí de una potencia extra-regional y la instalación de bases militares en ese territorio por sus implicaciones para la paz e la seguridad de America Latina, e instan a la pronta reanudación de las negociaciones de acuerdo con las resoluciones de las Naciones Unidas.

Confirman la permanente adhesión de sus países a los principios y propósitos de la Carta de San Francisco, subrayando que el quadragésimo aniversario de la creación de las Naciones Unidas, en la que América Latina participo en forma tan activa y destacada, debe ser oportunidad propicia para que todos los estados demuestren con acciones concretas la preeminencia que

asignan al sistema de Naciones Unidas en el proceso de entendimiento internacional. Este proceso debe ser fortalecido en circunstancias en que se ciernen amenazas cada vez mas graves para la paz y se comprueban reiterados incumplimientos de los acuerdos ya alcanzados en el ambito de la cooperación internacional para el desarrollo.

Expresan su respaldo al proceso de reestructuración global de Sistema Interamericano que se examinara en la Asamblea General Extraordinaria de Cartagena, a celebrarse en diciembre proximo, para que, destacando el valor permanente de los principios y normas fundamentales consagrados en la Carta de la OEA, responda mejor a los intereses de los Países Latinoamericanos.

Senalan los graves riesgos que entraña el trafico de estupefacientes para la salud de los pueblos y la estabilidad de las sociedades y enfatizan que es indispensable una decidida cooperación internacional para combatirlo

Subrayan que los países de América Latina, aun cuando no son causantes de la crisis económica internacional, soportan, sin embargo, el mayor peso de la misma al sufrir un continuo deterioro de sus terminos de intercambio, los graves efectos de las crecientes medidas proteccionistas de los países industrializados y una insostenible carga del servicio de la deuda externa, que afectan severamente a vastos sectores sociales y comprometen la estabilidad de la democracia en la región.

Consideran indispensable que los acreedores de América Latina, en aplicación del principio de la corresponsabilidad, adopten criterios flexibles y realistas para el tratamiento del problema de la deuda externa conforme a los planteamientos contenidos en el consenso de Cartagena y, en particular, la vinculación del pago del servicio de la deuda con el incremento de los ingresos de exportaciones, para no obstaculizar la reac-

tivación del proceso de desarrollo de la región.

Urgen a los países industrializados a que se abstengan de imponer nuevas medidas proteccionistas, que contrarian las normas que rigen el comercio internacional, y procedan al inmediato desmantelamiento de las existentes.

Consideran indispensable la reforma del sistema monetario y financiero internacional, con el fin de promover una efectiva cooperación mediante el incremento de recursos financieros para el desarrollo, la estabilidad de los tipos de cambio y la sime-

tria en el proceso de ajuste internacional de balanza de pagos.

La idea del Presidente Alan Garcia de que se convoque en Panama una reunión de Jefes de Estado Latinoamericanos para tratar los grandes temas de las relaciones internacionales que interesan a la región en su conjunto, fue recibida con intereses.

Los jefes de estado y los representantes especiales agradecen al gobierno y al pueblo del Peru la fraterna hospitalidad y multiples muestras de afecto recibidas durante su estadía en este hermano país.

Lima, 29 de julio de 1985."

a reunião informal dos chanceleres dos países membros do consenso de cartagena

Comunicado de imprensa, divulgado, em Lima, em 29 de julho de 1985, ao final da reunião informal dos Chanceleres dos países membros do Consenso de Cartagena.

Los Ministros de Relaciones Exteriores y Jefes de Delegaciones especiales de los países miembros del consenso de Cartagena mantuvieron una reunión informal en ocasión de su presencia en la ciudad de Lima para asistir a los actos de transmisión del mando presidencial, en torno a las tareas cumplidas y a los trabajos futuros del consenso. Al dar la bienvenida al Señor Canciller del Peru, expresaron su reconocimiento al apoyo otorgado al consenso de Cartagena por el Señor Presidente del Peru, Dr. Alan Garcia, a través de su planteamiento en relación a la deuda externa Peruana.

En el curso de las deliberaciones, se expresó la gran preocupación de todos los participantes por el agravamiento de ciertos hechos en el Plano de la Economía Mundial, que crean serios obstáculos a los programas de ajuste en el curso agravando en forma especial sus ya elevados costos económicos, sociales y políticos internos. En particular, se destacaron las dramáticas y persistentes caídas en los precios y términos del intercambio de la región de los últimos meses, el

incremento de las políticas proteccionistas de los países industriales y el reducido ingreso de capitales frescos que mantienen en alto flujo de recursos desde América Latina hacia los centros financieros del mundo, con sus consiguientes repercusiones receptoras sobre la economía de la región.

Evaluaron los resultados de las acciones cumplidas por el consenso en su diálogo con los países industriales y los comités interino y de desarrollo del Fondo Monetario y del Banco Mundial.

Destacaron su satisfacción por la disposición al diálogo constructivo iniciado con la comunidad económica europea, así como también por el claro reconocimiento a las preocupaciones y puntos de vista del consenso de Cartagena expresados por gobernantes tales como el Sr. Presidente de Francia, Francois Mitterrand y otras destacadas personalidades internacionales, como el Dr. Henry Kissinger.

Solicitaron a la Secretaría Pro-Tempore:

- a) acordar con la comunidad económica europea un procedimiento para continuar y profundizar el dialogo ya iniciado.
- b) convocar durante el mes de agosto proximo **una reunión** a nivel tecnico de los países del consenso a efectos de preparar propuestas técnicas concretas para ser aprobadas por los niveles políticos des consenso y preparar las bases técnicas del dialogo con la comunidad.
- c) En función de lo anterior, convocar a los ministros de relaciones exteriores y de economía y finanzas en las fechas que acordara la secretaria pro-tempore en

consulta con las respectivas cancillerias de los países miembros.

- d) Continuar, en base a la información disponible, con los analisis de las tendencias recientes en la economía mundial y sus efectos sobre la economía regional.

Los participantes acordaron ademas instruir a sus respectivas representaciones diplomaticas ante Naciones Unidas en Nueva York y Ginebra, para que realicen consultas entre ellas para conciliar las iniciativas en curso en la organización con los objetivos y propuestas del consenso.

Lima, 29 de julio de 1985.

chanceleres, em lima, analisam a situação na américa central

Comunicado divulgado, em Lima, em 29 de julho de 1985, ao final da reunião de Chanceleres para analisar a situação da América Central.

Os Governos da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai receberam o texto do Comunicado emitido ao final da Reunião dos dias 21 e 22 de julho passado na ilha de Contadora, no Panamá, concordando com o que está

ali expressado. Os Chanceleres desses países colocaram-se à disposição do Grupo de Contadora para consultas sobre questões em que possam prestar colaboração.

XIII sessão da comissão nacional para assuntos antárticos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 2 de agosto de 1985, por ocasião da abertura da XIII sessão da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

Senhores Representantes,

Senhor Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar,

Dou-lhes as boas-vindas à XIII Sessão da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos. É com prazer que recebo, também, os novos membros da Comissão que participam, pela primeira vez, de nossos trabalhos.

Em 16 de maio de 1975, quando o Brasil depositou o instrumento de adesão ao Tratado da Antártida, teve início a primeira fase de envolvimento efetivo do país com o continente austral. Nos anos que se seguiram, praticamente todos os órgãos aqui representados participaram do delineamento dos contornos de uma Política Nacional para Assuntos Antárticos. Foram, assim, vencidos os primeiros estágios de organização de nossas atividades antárticas. Desde o início, tivemos como meta principal a plena integração do país no sistema jurídico e político que cobre o sexto continente.

Em 12 de janeiro de 1982, pelos Decretos 86.829 e 86.830, respectivamente, foi cria-

da a CONANTAR e delegou-se à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar competência para elaborar um Programa Antártico Brasileiro. Essas decisões inauguraram nova fase de ações internas, em que passamos da preparação e identificação de objetivos e meios, para a execução. A CONANTAR cumpriu papel essencial nessa transição, ao formular e orientar as ações que integram a Política Nacional para Assuntos Antárticos. Concomitantemente à organização interna de nossas atividades, encetou-se, nessa fase, a integração gradual do país ao sistema antártico, formado pelo Tratado da Antártida e instrumentos correlatos.

Através do acompanhamento contínuo do Programa Antártico Brasileiro, assegurado pela participação do Senhor Secretário da CIRM nas sessões desta Comissão, foi possível orientar nossa atuação internacional da maneira mais condizente com os interesses nacionais. O papel da CONANTAR situa-se, assim, num quadro de continuidade que levará à consolidação da presença brasileira na Antártida.

Em 1982, quando a CONANTAR iniciou seus trabalhos, já não era nova a preocupação brasileira em participar da exploração do continente antártico. Tínhamos, então, consciência dos interesses diretos e substanciais que nos ligam à região. Não se justificava que o país permanecesse alheio ao potencial econômico ainda largamente inexplorado ou à influência direta e relevante de fenômenos ali originados sobre nosso território, com resultados econômicos consideráveis. A Antártida situa-se como um desafio permanente e uma fonte de avanço científico e tecnológico. Acresce a essas motivações a significação do continente austral para a nossa segurança, evidenciada pela proximidade geográfica.

Como país em vias de desenvolvimento, o Brasil é obrigado a dispender esforços para prover as necessidades básicas de sua população, ainda insuficientemente atendidas. Por outro lado, o país se vê forçado a fazer vultosos investimentos para participar de tecnologias avançadas essenciais ao desenvolvimento. O Brasil tem procurado, assim, participar de todos os programas internacionais que envolvam avanços tecnológicos. Ora, a área de aplicação do Tratado da Antártida cobre aproximadamente um décimo da superfície do planeta. Essa área é administrada por restrito grupo de países, que apresentam qualificação científica e técnica para a consecução dos princípios e objetivos daquele instrumento internacional. Estando habilitado a dele participar, o Brasil não poderia permanecer à sua margem.

A execução das atividades antárticas brasileiras veio confirmar o acerto de nossa decisão. A comunidade científica brasileira mostrou-se apta a desenvolver um programa científico cuja qualidade vem sendo reconhecida em diversos círculos internacionais. Três expedições científicas já se realizaram ao continente austral. Em fevereiro de 1984, foi inaugurada a estação antártica "Comandante Ferraz", na baía do Almirantado, ilha de King George. Construída com material e tecnologia totalmente nacionais, a estação foi ampliada recentemente com

vistas à ocupação permanente no futuro próximo.

Cabe uma palavra de louvor, aqui, ao trabalho da Secretaria da CIRM, que se desincumbiu com extrema competência a seriedade das tarefas que lhe foram confiadas. Merece registro, também, o apoio praticamente unânime emprestado pela sociedade e por inúmeros setores governamentais e privados, motivo pelo qual não hesito em afirmar que o PROANTAR representa legítima aspiração nacional instrumentada pelo Governo.

As atividades desenvolvidas no âmbito do PROANTAR credenciaram o país a participar o ordenamento político e jurídico estabelecido pelo Tratado da Antártida. Embora não tenhamos tomado parte na negociação daquele ato internacional, reconhecemos-lhe validade e utilidade, ao preservar toda a região ao sul do paralelo 60º Sul dos efeitos da guerra fria e da corrida armamentista. O Tratado situa-se, de fato, como um dos mais bem sucedidos instrumentos internacionais nesse campo. Estabeleceu, ainda, um quadro de incentivo à pesquisa científica e de intercâmbio de conhecimentos sobre a região. Além disso, não se pode subestimar a sua importância para a preservação do frágil ecossistema antártico.

Nossa adesão decorreu, também, do reconhecimento de que o Tratado possibilitou a convivência pacífica, na Antártida, de países com posturas divergentes. Entre as atuais dezesseis Partes Consultivas, sete reivindicam soberania territorial sobre porções do continente. As demais não sustentam reivindicações e não reconhecem as existentes. O Tratado, em seu artigo IV, contorna esse problema sem, no entanto, deslindá-lo.

O Brasil não reivindica soberania territorial no continente antártico. A plena participação em atividades antárticas e nos benefícios delas advenientes não pressupõe a reclamação ou o exercício de soberania. Pelo contrário, interessa-nos a possibilidade de acesso às áreas do continente que, por di-

versos motivos, nos pareçam mais adequadas. Tal liberdade nos é facultada pelo Tratado. Reivindicar uma faixa de território e nela concentrar esforços leva a renunciar a atuar no restante do espaço. Essa nossa posição tem facultado um relacionamento flexível e proveitoso com todas as Partes Consultivas, inclusive com aquelas que reivindicam soberania territorial, em sua maioria movidas por sentimentos arraigados e motivações antigas. Lembre-se, ainda, que o Tratado veda a formulação de novas reivindicações.

Em setembro de 1983, o Brasil foi alçado à condição de Parte Consultiva do Tratado da Antártida. Essa decisão significou o reconhecimento internacional de nosso programa antártico. A ascensão à condição de co-responsável pela administração da Antártida, ao lado de outras quinze nações, constitui evento de vasto alcance político para o Brasil. Após a adesão ao Tratado, foi esse o passo mais importante no processo de integração ao sistema antártico.

Nossa inserção no sistema teve continuidade com a filiação ao Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (SCAR), organismo não-governamental que exerce a função de ponto de encontro de representantes de programas antárticos nacionais e de órgão técnico e científico consultivo das Reuniões Consultivas do Tratado. O ingresso no SCAR reveste-se de especial relevo por dois motivos. Em primeiro lugar, significa o reconhecimento da seriedade e da solidez do PROANTAR, do ponto de vista exclusivamente científico e técnico. Em segundo lugar, coloca o Brasil em plenas condições de desenvolver cooperação com outros países ativos na Antártida.

Nossa integração ao sistema antártico completar-se-á com a adesão à Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, assinada em Camberra, em 1980, ora em exame no Congresso Nacional. Trata-se de um acordo internacional independente do Tratado da Antártida que visa a regular o aproveitamento dos vastos

estoques de recursos pesqueiros das águas ao sul da Convergência Antártica. Estima-se que essa região apresenta potencial equivalente ao total da pesca hoje realizada no mundo.

Encontra-se em debate, entre as Partes Consultivas, a questão da exploração e do aproveitamento de recursos minerais antárticos. Se o Tratado chega a mencionar os recursos vivos, sob o prisma de conservação, omite totalmente os recursos não-vivos. Em 1959, não se cogitava da exploração econômica desses recursos dentro de um horizonte temporal previsível. Embora a perspectiva hoje, ainda seja remota, reconhece-se que a elaboração de um regime para regular a exploração e o aproveitamento desses recursos, sob forma de um instrumento de validade jurídica de caráter obrigatório, será indispensável para a preservação do arcabouço político e jurídico que vem garantindo a utilização pacífica da Antártida. Adquire especial relevo, nesse contexto, a questão das reivindicações de soberania territorial, que terá de ser contornada pelo futuro regime. Muito embora a Antártida permaneça como área de relativo entendimento entre as duas superpotências, também é alheio a esse tema o confronto Leste-Oeste, tendo em vista, sobretudo, a eventual descoberta de minerais de valor estratégico.

Pela primeira vez, o Brasil participa da elaboração de um instrumento que, tal como a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, irá criar normas jurídicas objetivas aplicáveis à Antártida. Nossa atuação nessas negociações vem sendo norteadas pelo imperativo de assegurar a participação, como país em desenvolvimento, em futuras atividades mineiras e nos benefícios por elas gerados.

O ingresso no grupo de países ativos na Antártida abriu novos campos de cooperação bilateral com parceiros expressivos, entre os quais figuram nossos vizinhos Argentina e Chile, dos quais recebemos valiosa colaboração. Ao lado do trânsito que passamos a ter nos foros multilaterais ligados à Antárti-

da, as novas áreas de relacionamento com outros países constituem um acréscimo valioso para a política externa brasileira, que têm beneficiado o país. Ressalte-se, por exemplo, a absorção de tecnologia e de conhecimento científico em campos de relevo para o desenvolvimento nacional.

Com a plena integração do Brasil ao sistema antártico e a consolidação do PROANTAR, completa-se a segunda fase de nossos esforços antárticos. Um balanço dos resultados permite afirmar que foram amplamente atingidos os objetivos a que nos propusemos. Isso não significa, contudo, que a CONANTAR tenha finalizado seus trabalhos. Abre-se, diante de nós, uma nova fase, marcada pela participação ativa do país em todos os foros e mecanismos que compõem o sistema antártico. O quadro com que nos deparamos não é estático. Passa o sistema antártico por uma lenta transformação que tem de refletir-se, necessariamente sobre o planejamento de nossas atividades e sobre nossa postura internacional. O acompanhamento da evolução do sistema antártico e a formulação de diretrizes para o conseqüente direcionamento do PROANTAR são atribuições precípuas da CONANTAR.

Creio adequado aduzir alguns breves comentários sobre duas grandes questões que irão demandar nossa atenção no futuro.

A primeira dessas questões prende-se à própria continuidade do Programa Antártico Brasileiro. Estipula o Tratado da Antártida que todo país aderente poderá tornar-se Parte Consultiva durante o tempo em que demonstrar interesse pela Antártida, pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica. Como já mencionei, o programa científico é que habilitou o Brasil a tornar-se Parte Consultiva e, por conseguinte, a participar de todas as decisões e tratativas que governam as atividades na área de aplicação do Tratado. Acrescente-se que o retorno do investimento efetuado, em termos de avanços científicos e tecnológicos, bem como de nossa habilitação à futura exploração econômica, será crescente à

medida que, com o tempo se firmar a experiência nacional e se ampliar a comunidade voltada para a pesquisa antártica. Recorde-se, enfim, que o processo de maturação é essencial para a produção de resultados científicos substanciais e de alta qualidade. Incumbe à CONANTAR, portanto, em harmonia com a CIRM, envidar esforços para garantir a continuidade e a gradativa expansão das atividades antárticas brasileiras.

A segunda questão a que desejo referir-me diz respeito à gradual transformação e à crescente complexidade do sistema antártico, já aludidas. Um número crescente de países vem despertando para o sexto continente. Inicialmente com doze signatários, o Tratado da Antártida ostenta, hoje, trinta e três Partes, das quais dezesseis participam das Reuniões Consultivas, conforme o artigo IX. O Uruguai e a República Popular da China apresentam-se como candidatos a essa categoria no futuro próximo. Observa-se, também, a expansão do sistema, que vai aos poucos complementando e fortalecendo o Tratado da Antártida. De suma importância nesse processo é a introdução dos interesses econômicos. A Antártida já não é província exclusiva da pesquisa científica pura. Cada vez mais é vista como fonte de recursos renováveis e não-renováveis. Esse interesse, contudo, não está desvinculado da preocupação em assegurar um aproveitamento racional que previna a depredação e recursos e proteja o frágil ecossistema antártico. Co-responsável pela administração da Antártida, o Brasil não pode ficar alheio à proteção do meio ambiente antártico de possíveis conseqüências adversas da atividade humana. Como país que tem interesse potencial em beneficiar-se da exploração econômica de recursos antárticos, o Brasil deve ficar atento e emprestar apoio à conservação e ao uso racional da região.

Nossa postura com relação à Antártida, seja no plano interno seja na atuação internacional do país, deve responder a essas mudanças. Ao mesmo tempo, devemos trazer ao processo de transformação do sistema antártico ingredientes que derivam de nossa

identidade como país em desenvolvimento do hemisfério sul, com interesses diretos e substanciais na Antártida. Se o país deve adaptar-se às novas exigências de uma realidade internacional em evolução, o sistema antártico deve também moldar-se aos interesses que nos regularizam dentro do grupo

antártico. É nesse processo que se situa a responsabilidade da CONANTAR. Para o êxito de nossa empresa, é indispensável o concurso harmônico de todos os setores governamentais aqui representados.

Muito obrigado *.

* Na página 132, seção Notícias, uma informação sobre a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR).

brasil e paraguai assinam acordo para isenção da taxa de melhoramentos de portos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de agosto de 1985, por ocasião da cerimônia de assinatura do Acordo, por troca de Notas, com o Paraguai, para isenção da taxa de melhoramento de portos (TMP) para mercadorias destinadas ao Paraguai, ou procedentes desse País, em trânsito pelo território brasileiro.

Excelentíssimo Senhor
Doutor Carlos Augusto Saldivar
Ministro das Relações Exteriores da
República do Paraguai

O acordo que acabamos de assinar, em nome dos Governos do Brasil e do Paraguai, diz respeito a tema da mais alta importância no plano de nosso relacionamento bilateral.

Diante da situação de mediterraneidade do Paraguai, a atitude do meu Governo tem sido tradicionalmente a de empenhar todos os esforços, na medida de suas possibilidades, para facilitar o acesso paraguaio às costas atlânticas brasileiras.

Assim, já em 1941, firmaram nossos Governos um convênio pelo qual se concedeu ao Paraguai um entreposto de depósito franco para as mercadorias por ele exportadas ou importadas através do porto de Santos. Em

1956, novo entreposto de depósito franco foi concedido ao Paraguai, desta vez no porto de Paranaguá.

Tais medidas foram seguidas, na década de 60, por obra de engenharia de grande vulto, que vieram possibilitar a ligação física, em excelentes condições, do território paraguaio com o litoral brasileiro. Desejo recordar obras como a Ponte da Amizade, entre as cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, aberta ao tráfego em 1965, e a rodovia que estabeleceu, em 1969, a primeira ligação rodoviária totalmente asfaltada entre Assunção e as principais cidades brasileiras.

Temos procurado ativamente maximizar o aproveitamento da infra-estrutura viária e portuária existente no Brasil. Autoridades brasileiras e paraguaias têm-se reunido regularmente, com o intuito de coordenar-se e organizar o fluxo das exportações para-

guias de cereais através do porto de Paranaguá. Esse procedimento resultou na maior fluidez do escoamento, eliminando ou atenuando os problemas crônicos antes existentes. Ainda com a intenção de facilitar o escoamento das safras paraguaias, o Brasil tem facultado ao Paraguai o uso regular do porto de Rio Grande, bem como do trecho ferroviário Uruguaiana-Rio Grande.

Não poderia, ao falar sobre iniciativas de integração entre o Brasil e o Paraguai, deixar de mencionar o empreendimento binacional de Itaipu, cujos efeitos altamente positivos para o desenvolvimento dos dois países se fazem sentir desde o início de sua construção; atualmente, Itaipu já fornece a parcelas expressivas de nossas populações a energia indispensável para seu progresso e bem-estar.

É, pois, nesse contexto de colaboração que

se insere o acordo formado. Por ele, se concede a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos às mercadorias destinadas ao Paraguai, ou procedentes do Paraguai, em trânsito pelos entrepostos de depósito franco concedidos nos portos de Santos e Paranaguá. As mercadorias beneficiadas compreendem parte substancial das exportações paraguaias o que por si só evidencia o significado deste ato.

Senhor Chanceler,

Ao expressar minha certeza de que o Brasil e o Paraguai saberão dar continuidade a esse relacionamento harmonioso que mantêm e que tantos benefícios tem proporcionado às duas nações, desejo agradecer a presença de Vossa Excelência e dos ilustres membros de sua comitiva nesta cerimônia.

Muito obrigado*.

* Na página 107, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto de Acordo entre o Brasil e o Paraguai.

a assinatura do acordo brasil-bolívia para isenção da taxa de melhoramento de portos

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de agosto de 1985, por ocasião da assinatura do Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Bolívia, relativo à isenção da taxa de melhoramento de portos para mercadorias destinadas à Bolívia, ou procedentes daquele País, em trânsito pelo território brasileiro.

Senhor Embaixador,

O Acordo que acabamos de assinar, em nome dos Governos do Brasil e da Bolívia vem integrar-se ao sólido patrimônio de amizade e cooperação existente entre nossos dois países.

Como bem sabe Vossa Excelência, o Brasil tem buscado, por todos os meios ao seu alcance e na medida das suas possibilidades, contribuir para minorar os efeitos adversos da mediterraneidade sobre a economia boliviana. Gostaria de mencionar, nesse contexto, os chamados Acordos de Roboré, firmados na década dos cinqüenta, entre os quais se destacam os convênios para o estabelecimento de entrepostos de depósito franco nos portos de Belém, Corumbá, Porto Velho e Santos, bem como o Convênio de Livre Trânsito e o Ajuste sobre a utilização da Zona Franca em Manaus.

Senhor Embaixador,

O Brasil e a Bolívia vêm expressando nos foros multilaterais e em reuniões bilaterais a vontade de ampliar o diálogo entre as nações latino-americanas, em benefício do crescimento e do bem-estar de nossos povos.

Esse entendimento já produziu resultados auspiciosos em vários campos. Cabe-nos, agora, com imaginação, ampliar as virtualidades de um trabalho conjunto, de interesse recíproco, baseado em iniciativas capazes de assegurar uma efetiva integração física entre nossos países. Essas ações tenderão a situar as relações brasileiro-bolivianas em níveis compatíveis com as substanciais coincidências que nos aproximam e os estreitos vínculos que nos unem.

É pois, nesse quadro de colaboração fraterna que se insere o acordo agora firmado. Por ele, se concede a isenção da Taxa de Melhoramento dos Portos às mercadorias destinadas à Bolívia, ou procedentes da Bolívia, em trânsito por portos brasileiros.

Senhor Embaixador,

Estou persuadido de que a entrada em vigor do presente instrumento representa mais uma etapa promissora que se inaugura na ampla e positiva colaboração entre o Brasil e a Bolívia. Reitero, finalmente, minha con-

vicção de que saberemos dar continuidade a um relacionamento harmonioso que tantos benefícios tem proporcionado às duas nações.

Muito obrigado*.

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 116, o texto do Acordo entre o Brasil e a Bolívia.

comunicado dos ministros das relações exteriores do grupo de contadora

Comunicado dos Ministros das Relações Exteriores da Colômbia, México, Panamá e Venezuela, divulgado em Cartagena, em 25 de agosto de 1985, após reunião com os Chanceleres da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai.

Los Ministros de Relaciones Exteriores de Colombia, México, Panamá y Venezuela se reunieron por invitación del Presidente de la República de Colombia, doctor Belisario Betancur, en Cartagena de Indias los días 24 y 25 de agosto de 1985, con los Cancilleres, de Argentina, Brasil, Perú y Uruguay, con el decidido propósito de considerar las modalidades del apoyo que los Gobiernos de éstos países prestarán a las gestiones que por la paz en Centroamérica ha venido realizando el Grupo de Contadora. Esta decisión obedece a su determinación de reforzar mediante acciones el respaldo que le han brindado hasta el presente. La creación por éstos países de un mecanismo de apoyo a Contadora constituye, en este sentido, una nueva expresión de la voluntad política y de la capacidad de concertación latinoamericana para atender, con una perspectiva propia, los problemas regionales.

El encuentro confirmó la seria preocupación que existe entre los países latinoamericanos en torno a la crisis centroamericana y la decisión de fortalecer, con acciones

concretas y con una firme unidad regional, el esfuerzo de negociación diplomática que ha promovido el Grupo de Contadora. En Centroamérica se debaten hoy cuestiones fundamentales que afectan su desarrollo democrático, libre e independiente. Este conflicto, de no encontrar una solución pacífica y negociada, afectará la estabilidad política y social del conjunto de la América Latina.

Por ello, los Cancilleres subrayaron que no se trata de buscar soluciones transitorias ni dejar que pretextos incidentales desvíen la atención de los problemas cruciales de la crisis centroamericana. Se trata de encontrar soluciones de fondo y permanentes a los conflictos centrales de la región. Manifestaron que los esfuerzos y las acciones de pacificación deben realizarse con una visión hacia el futuro y conforme a los objetivos de solidaridad, independencia y justicia, que han sido aspiración permanente de los pueblos de América Latina. En la búsqueda de esas soluciones el tiempo es factor fundamental.

En este contexto, Argentina, Brasil, Perú y Uruguay, iniciaron en Cartagena su funcionamiento como mecanismo de apoyo al Grupo de Contadora, que desempeñará las siguientes tareas:

- Intercambio sistemático de información, a fin de enriquecer la evaluación de los problemas centroamericanos e identificar medidas que coadyuven a su solución;
- Consulta, con el propósito de facilitar la coordinación de acciones diplomáticas que impulsen el proceso de negociación de Contadora;
- Gestión diplomática en apoyo al Grupo de Contadora:
 - Ante los Gobiernos centroamericanos;
 - Ante los Gobiernos de países con vínculos e intereses en la región;
 - Ante otros Gobiernos comprometidos con la solución pacífica del conflicto regional;
 - Ante los organismos internacionales principalmente ante la ONU y la OEA.
- Impulsar la pronta conclusión y suscripción del Acta de Contadora para la paz y la cooperación en Centroamérica, como instrumento jurídico que consagra los compromisos políticos de entendimiento en la región.
- Auspiciar el cumplimiento efectivo de esa Acta de Contadora.

Los Cancilleres:

- a) Coincidieron en su apreciación de que el creciente deterioro de la situación regional hace necesario suscribir los acuerdos contenidos en el Acta de Contadora para la Paz y la Cooperación en Centroamérica. Así mismo, juzgaron indispensable impulsar las demás acciones definidas por el Grupo de Contadora en su Reunión del 21 y 22 de julio último con el

propósito de evitar un conflicto generalizado que afectaría gravemente a los Estados de la región y tendría consecuencias para todo el hemisferio.

- b) Dejaron constancia de su convencimiento de que la solución a los problemas centroamericanos no puede alcanzarse pro medio de la fuerza sino a través del diálogo y la negociación política y diplomática, como lo ha preconizado permanentemente el Grupo de Contadora. No se trata de sustituir la voluntad de ningún país sino, al contrario, ofrecer alternativas viables que proporcionen un marco de seguridad razonable y permitan acuerdos justos, efectivos y perdurables.
- c) Coincidieron en que es indispensable desactivar los más peligrosos conflictos reales y potenciales que ahora se manifiestan. Reconocieron que éstos tienen sus raíces en la desigualdad económica y social y en estructuras que limitan la libre expresión y la participación popular en los procesos políticos que recogen las aspiraciones esenciales de cada sociedad.
- d) Subrayaron que la gestión del Grupo de Contadora se dirige de manera integral a promover compromisos tanto en materia política como en el ámbito de la seguridad y de la cooperación para el desarrollo y a evitar que el conflicto regional se inscriba en la confrontación Este-Oeste.
- e) Coincidieron en la importancia y la necesidad de que los países con vínculos e intereses en la región hagan una contribución genuina para superar los problemas que se presentan en esta convulsionada zona de nuestro Continente.
- f) Examinaron el dramático deterioro que las economías centroamericanas han sufrido durante los últimos años, como producto de factores particularmente adversos para esos países derivados de la situación internacional y agravados dramáticamente por la turbulencia política y social que experimenta la región

g) Concordaron en que la crisis económica y la crisis política se interrelacionan, por lo que resulta necesario avanzar simultáneamente en la pacificación y distensión política, por un lado, y en la reactivación económica por el otro.

Los Cancilleres de Argentina, Brasil, Perú y Uruguay reiteraron su convicción de que la gestión negociadora del Grupo de Contadora es el único camino viable para alcanzar la paz y restablecer la armonía y la cooperación entre los Estados centroamericanos.

Por su parte, los Cancilleres de Colombia, México, Panamá y Venezuela resaltaron la importancia de esta nueva expresión de solidaridad latinoamericana que constituye el establecimiento del Grupo de Apoyo a

Contadora, por parte de los Gobiernos de cuatro países comprometidos vigorosamente con la vida democrática en la región. Expresaron su especial reconocimiento y aprecio por esta contribución.

Los Cancilleres de Argentina, Brasil, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela agradecieron al Señor Presidente de la República de Colombia, doctor Belisario Betancur, su orientador mensaje y su contribución personal al inaugurar la Reunión. Así mismo, agradecieron al Gobierno de Colombia la hospitalidad de que fueron objeto durante su permanencia en la histórica ciudad de Cartagena, que contribuyó al exitoso desarrollo de la Reunión.

Cartagena, 25 de agosto de 1985

Olavo Setúbal, no Senado Federal, fala sobre a política externa brasileira

Pronunciamento do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em Brasília, em 4 de setembro de 1985.

Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal,

Senhores Senadores,

É com satisfação que venho à Câmara Alta do Congresso, para manter um primeiro contato formal com a sua Comissão de Relações Exteriores. Já estive na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, onde expus, em linhas gerais, as orientações básicas da política externa da administração que ensaiava os primeiros passos. Desde então, realizei algumas missões ao exterior, e é particularmente sobre elas que lhes desejo falar. Reputo da maior importância a oportunidade de partilhar com os Senhores o resultado dessas iniciativas. Tenho dito, e reitero minha intenção de construir com o Legislativo um relacionamento aberto e assíduo.

Como sabem os Senhores, os países em desenvolvimento, em particular os da América Latina, os Estados Unidos e a Europa Ocidental representam objetivos prioritários da

ação externa brasileira. No âmbito de uma política universalista, como é a nossa, que não exclui regiões nem países, e que, como disse Araújo Castro, reflete a índole de uma nação que dispõe de "pontes naturais e uma linguagem natural para todos os continentes", aqueles polos detêm uma relevância toda especial. História, cultura, etnia, coincidências políticas e sólidos vínculos econômicos explicam tais afinidades.

De um ângulo temático, por outro lado, tenho expressado minha preocupação com os problemas de ordem econômico-financeira que nos afligem, e com sua crucial dimensão externa. Nunca, em nossa história de nação independente, foi tão decisiva a ligação com o mundo exterior.

Obedecendo a essas linhas naturais do interesse nacional, decidi que minhas primeiras missões à frente da Chancelaria brasileira seriam a Buenos Aires, onde manteria um primeiro contato com o Governo daquele país vizinho, a Estocolmo, onde participaria de reunião ministerial sobre a situação do

comércio mundial e faria visita de trabalho ao Governo local, a Washington, onde me encontraria com autoridades da área política e comercial, é à Índia, onde participei de reunião de Ministros de países do Terceiro Mundo e realizei visita oficial. Estive também no Peru e na Bolívia, integrando, num caso, e chefiando, no outro, as Missões Especiais brasileiras às cerimônias de posse dos novos Chefes de Governo daqueles países.

No que diz respeito à Argentina, que visitei em maio, creio que o balanço dos contatos realizados foi bastante positivo. O sentido da minha ida foi o de abrir o diálogo entre os dois Governos e proceder a um levantamento dos problemas existentes e à discussão de possíveis iniciativas visando à dinamização do relacionamento bilateral.

Realizei, nesse sentido, proveitosos contatos com o Presidente Alfonsín e com o Chanceler Dante Caputo, trocamos idéias sobre temas de interesse comum, como dívida externa, situação na América Central e na América Latina em geral, e abordamos também tópicos de relevância mais direta para as relações bilaterais, como a situação do intercâmbio comercial.

Brasil e Argentina defrontam-se hoje com ingentes problemas de natureza doméstica e externa. Dedicamos atenção especial ao desequilíbrio atualmente observado na balança de comércio, que vem resultando na acumulação de saldos crescentes em favor do Brasil. Esse descompasso tem causas estruturais, que devem ser estudadas com cuidado, pois sua manutenção em níveis excessivos gera problemas em áreas sensíveis nos dois países.

O interesse na preservação de um intercâmbio adequado com a Argentina levou-me, após o regresso ao Brasil, a propor ao Senhor Presidente da República a realização de uma reunião interministerial para estudar possíveis medidas governamentais de atenuação dos desequilíbrios hoje observados. A reunião foi realizada, sob a alta dire-

ção do Chefe do Governo, dela resultando a decisão de direcionarmos para aquele país parcelas das nossas importações de trigo e petróleo. Dessa forma, ficou patenteada nossa disposição de manter um relacionamento comercial mais equilibrado com a Argentina.

A situação de descompasso que se vinha observando constituía verdadeiro desafio à consecução de uma das preocupações básicas de nossa política externa, que é a cooperação entre nações em desenvolvimento. Se dois países que contam com tantas afinidades — a que se soma a proximidade física — não se revelarem capazes de estabelecer uma linha de ação comum efetiva, será muito difícil que a cooperação Sul-Sul venha a tornar-se uma realidade entre o Brasil e outros parceiros em desenvolvimento.

Em Estocolmo, minha estada, em junho, teve o duplo propósito de manter o diálogo político com o Governo sueco, e assegurar a presença brasileira em reunião ministerial informal sobre temas de comércio, que ali se realizava.

Avistei-me com os reis da Suécia e com o Chanceler Lennart Bodström. A entrevista com o Chanceler Boldström foi muito cordial e permitiu amplo intercâmbio de opiniões sobre a conjuntura política Internacional, com ênfase na situação da América Central, no problema da dívida externa dos países em desenvolvimento e o vínculo comércio-finanças, além, naturalmente, do estado das relações bilaterais.

A reunião ministerial informal sobre a situação do comércio internacional, realizada em Estocolmo por iniciativa do Ministro para o Comércio Exterior do país, Mats Hellström, contou com a participação de vinte e um ministros de países de todas as regiões do globo.

O encontro ensejou ampla troca de idéias sobre os problemas do comércio e também sobre o inter-relacionamento entre estes e as questões financeiras e monetárias. Ficou

evidente, durante a reunião, o propósito dos EUA, com apoio dos demais países desenvolvidos, de obter um consenso a respeito da convocação de uma reunião preparatória de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do GATT sobre comércio de bens e serviços. Tal negociação vem sendo evitada pelos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil.

A persistência do impasse nas posições dos dois grupos deu-me a nítida impressão de poder comprometer um dos objetivos básicos dos países em vias de desenvolvimento, qual seja, a obtenção, em algum momento, da separação do tratamento das questões de bens e de serviços. Pareceu-me que a manutenção desse dilema nos levaria, num prazo muito curto, a ter de nos comprometer, de uma forma ou de outra, com a idéia da convocação de reunião de funcionários de alto nível para examinar em conjunto os problemas do comércio de bens e de serviços.

Atento a tal risco, resolvi levantar, desde logo, a idéia de separar os dois processos, transformando-a numa pré-condição para a aceitação de qualquer reunião preliminar.

A solução de compromisso por mim aventada implica concessões de ambas as partes: os países em via de desenvolvimento abririam mão da noção de seqüência, na qual uma rodada sobre bens seria a primeira prioridade, e os países desenvolvidos — em particular os EUA — renunciariam à pretensão de uma rodada única englobando bens e serviços.

De Estocolmo, encerrada a reunião ministerial, segui para os Estados Unidos. A caminho de Washington, detive-me em Nova York, onde mantive proveitosos contatos no âmbito da Organização das Nações Unidas e dos meios de comunicação. Avistei-me com o Secretário Geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, e com ele troquei idéias sobre a conjuntura política e econômica mundial, em particular sobre a crise da América Central, endividamento dos países em desenvolvimento, negociações no GATT

e negociações Norte-Sul. Este primeiro contato com o Secretário Geral das Nações Unidas revelou-se útil e positivo, como manifestação do interesse brasileiro naquela Organização.

Estive também com os diretores do jornal "The New York Times", com quem conversei, demoradamente, procurando transmitir os pontos de vista brasileiros acerca dos principais temas da agenda política hemisférica.

Em Washington, cumpri intensa programação, que incluiu entrevista e almoço com o Secretário de Estado George Shultz, e encontros com o Secretário de Comércio Malcolm Baldrige e com o Representante para Assuntos de Comércio da Casa Branca, Clayton Yeutter. Visitei ainda o Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, que é o brasileiro João Clemente Banea Soares, e mantive encontros com a direção do Jornal "The Washington Post" e com jornalistas convidados pela revista Foreign Policy".

Honrou-me sobremodo ser recebido pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, onde tracei breve retrospecto da situação política brasileira na fase atual de transição democrática, e apontei os principais desafios e expectativas ora enfrentados pelo Governo do Presidente José Sarney. Ressaltei nossa determinação na tarefa de fortalecer as instituições representativas e situei esse esforço no âmbito das enormes dificuldades econômicas com que se defronta o país. No debate que mantive a seguir com os Senadores presentes, recolhi expressões de simpatia pelo processo de redemocratização do Brasil, e de apoio ao Novo Governo.

Tive também, por solicitação dele próprio, encontro com o ex-Secretário de Estado Henry Kissinger. Conversamos sobre a crise na América Central e, mais demoradamente, sobre a questão da dívida externa dos países latino-americanos. Reiterei ao ex-Secretário de Estado nossa convicção de que

esse problema deve ser objeto de uma análise de cunho político, que transcenda o nível estritamente técnico. Concordou ele com essa abordagem, e expressou a idéia de que os Estados Unidos deveriam promover um "Novo Plano Marshall" para a América Latina.

No decorrer dos encontros mantidos com congressistas e jornalistas, tive ocasião de comentar aspectos da política externa brasileira, particularmente nossas posições mais recentes sobre a crise centro-americana e sobre a possibilidade de reatamento de relações diplomáticas com Cuba.

Com os Secretários de Estado Shultz e Baldrige, e com o Representante para Assuntos de Comércio Yeutter, o diálogo concentrou-se na agenda de assuntos econômicos, cuja relevância pareceu-me estar mais e mais a exigir decisões em nível político. Procurei sensibilizar esses interlocutores, em todas as oportunidades, para o fato de que constitui prioridade para o Brasil melhorar sua posição comercial, pois só a manutenção de superávits comerciais nos permitirá atender ao serviço da dívida externa. Assinalei que em 1984 o pagamento de juros da dívida correspondera a 40 por cento de nossa receita de exportação, 4 por cento do PNB, e consumira a totalidade do nosso saldo exportador. A manutenção de superávits com praticamente todos os países com que comerciamos — à exceção dos produtores de petróleo — vem gerando crescentes reclamações, mormente de países em desenvolvimento também endividados. Esses países não aceitam que procuremos gerar indefinidamente saldos de intercâmbio para transferi-los aos países credores.

Insisti também na necessidade de o Governo brasileiro contar com o apoio dos Estados Unidos no âmbito do Fundo Monetário Internacional, com vistas à negociação de metas de reajuste interno que não impliquem o aprofundamento da recessão.

Sublinhei a nossa preocupação com a possibilidade de imposição de restrições às im-

portações de calçados brasileiros nos Estados Unidos. Chamei a atenção para a especial sensibilidade do assunto no Brasil, uma vez que a produção de calçados é realizada por numerosas empresas privadas de pequeno e médio porte. Ademais, as vendas desse item representam hoje uma parcela significativa das nossas exportações para o mercado norte-americano, onde ocupam a primeira posição, ascendendo a valores três vezes superiores aos dos embarques de produtos siderúrgicos. Embora ponderando que as importações de calçados estrangeiros respondem hoje por cerca de três quartos do consumo doméstico desse artigo nos Estados Unidos, o Representante para Assuntos de Comércio assegurou-me que minhas ponderações seriam levadas na devida conta pela Casa Branca.

Garantia idêntica foi-me dada com relação às importações de etanol, cuja relevância salientei, inclusive como uma alternativa para a utilização da cana na presente conjuntura de depressão dos preços mundiais do açúcar.

Considero que os objetivos visados no primeiro diálogo político da Nova República com a administração norte-americana foram plenamente atingidos. Marcadas pelo tom franco e cordial, as conversações ali mantidas deixaram clara a disposição do novo Governo democrático brasileiro de manter um diálogo aberto e maduro com os Estados Unidos.

A despeito de uma agenda mais concentrada em temas econômicos, a viagem a Washington permitiu transmitir uma mensagem eminentemente política: a de que a consolidação das instituições democráticas no Brasil, apesar de constituir um processo intrinsecamente interno, é fortemente condicionada por fatores exógenos, representados pela conjuntura econômico-financeira. Deixei claro, também, que o fortalecimento do regime representativo exige a prática de políticas econômicas internas anti-recessivas, capazes de promover a retomada da atividade econômica e o crescimento dos níveis de emprego.

Insisti em que, para o Brasil, é fundamental assegurar a expansão contínua do comércio exterior, pois só um aumento significativo do valor das nossas exportações nos permitirá alcançar o duplo objetivo de aumentar as importações, na perspectiva de uma retomada do desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, gerar os saldos necessários à amortização de nossos compromissos financeiros internacionais.

Estive em Nova Délhi no período de 21 a 25 de julho, para visita oficial de caráter bilateral, e para participar dos trabalhos da Reunião de Ministros dos países em desenvolvimento sobre a criação de um Sistema Geral de Preferências Comerciais.

Os objetivos políticos de minha viagem à Índia, durante a qual mantive proveitosa entrevista com o Primeiro-Ministro Rajiv Gandhi, parecem ter sido alcançados. Encontrei receptividade para a proposta de estabelecer com aquele país uma relação especial e não-excludente, baseada em semelhanças objetivas de extensão territorial, população, nível comparável de desenvolvimento e industrialização, em semelhanças institucionais, uma vez que os dois países são as maiores democracias do Terceiro Mundo, e políticas, pois o Brasil e a Índia têm sustentado posições análogas em temas como o desarmamento, a condenação do **apartheid**, e diálogo Norte-Sul. Acredito que minha viagem terá contribuído também para fortalecer a cooperação econômica bilateral. Assegurei que envidaríamos esforços para reduzir o crescente superávit com a Índia (atualmente exportamos 400 vezes mais do que importamos daquele país) e sugeri que medidas concretas fossem examinadas visando ao aumento das importações brasileiras.

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica que concluímos em Nova Délhi abre o caminho para uma cooperação mais específica nas áreas de agricultura, da pesquisa espacial e da informática. Além da cooperação intergovernamental, há campo para a transferência comercial de tecnologia

brasileira no que diz respeito, por exemplo, ao álcool combustível ou a certas tecnologias petrolíferas, como a de prospecção **offshore** a grandes profundidades.

Nos encontros que mantive com o Primeiro-Ministro e com o Ministro do Comércio e Finanças tiveram especial realce as questões da dívida externa e da nova rodada de negociações comerciais. Foi importante registrar a coincidência de opiniões entre os dois países, sobretudo no que diz respeito à coordenação de posições nos próximos encontros do GATT.

De nova Délhi, segui para Lima, onde integrei a Missão Especial brasileira que, chefiada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, compareceu às cerimônias que, nos dias 28 e 29 de julho, assinalaram a investidura constitucional do Senhor Alan Garcia Pérez na Presidência do Peru.

A presença, em Lima, de delegações de todos os países latino-americanos, nove das quais em nível de Chefes de Estado, e quase todas integradas pelos respectivos Chanceleres, ensejou a realização de encontros bilaterais importantes.

Deles, resultou a publicação de uma declaração, pela qual os Chanceleres do Brasil, Argentina, Uruguai e Peru reafirmaram seu apoio à ação do Grupo de Contadora, e colocaram-se à sua disposição para a discussão de iniciativas comuns de natureza política que pudessem vir a fortalecer o trabalho do Grupo com vistas a uma solução pacífica e negociada da crise na América Central.

Entendimentos mantidos em Lima, entre os representantes dos países participantes do **Consenso de Cartagena** conduziram também à divulgação de uma nota em que se anunciou a realização de consultas com a Comunidade Econômica Européia, a fim de explorar as convergências de posições que existam entre as duas partes acerca do problema da dívida externa dos países latino-americanos. Com essa finalidade, será reali-

zada ainda este mês reunião técnica do Consenso, para preparar a posição latino-americana.

Senhores Senadores,

Como sabem os Senhores, mantêm o Brasil uma política de condenação enfática da prática do **apartheid** pela África do Sul. Consideramos essa política uma afronta à opinião pública mundial e à nossa própria índole de nação multirracial e democrática. Representa ela, ademais, uma ameaça à paz, por constituir-se em foco permanente de tensão com os países irmãos da África Negra. Reforçando a política brasileira de repúdio à segregação racial institucionalizada, o Senhor Presidente da República assinou no mês passado Decreto pelo qual foi proibida a venda de petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes de equipamento bélico, para a África do Sul ou para o território da Namíbia, ilegalmente ocupado pelo Governo de Pretória. Pelo mesmo ato, foram proibidas quaisquer atividades que caracterizem intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com a África do Sul. Dessa maneira, associou-se o Brasil às nações democráticas do planeta, na adoção de sanções concretas contra a política do **apartheid**.

Outro tema a exigir acompanhamento e atenção constantes do Itamaraty é o da crise centro-americana. Coerentes com nossa posição de apoio ao Grupo de Contadora, que nos parece oferecer a melhor alternativa de solução negociada e pacífica para os conflitos da região, unimo-nos, como já tive ocasião de informar, à Argentina, Peru e Uruguai na formação de um Grupo de Apoio político aos esforços de pacificação empreendidos pelo México, Colômbia, Venezuela e Panamá. No dia 24 último, compareci, juntamente com os outros sete Chanceleres dos dois grupos, à reunião de consulta informal na cidade colombiana de Cartagena, para discutir as modalidades do suporte político a ser oferecido pelos quatro países sul-americanos aos quatro membros de Contadora. Decidimos que tal soli-

dariedade tomará, segundo as circunstâncias, a forma de consultas e troca de informações, gestões diplomáticas de apoio, e cooperação no quadro jurídico da Ata de Contadora. Ficou, assim, reafirmada a convicção brasileira de que os problemas das nações centro-americanas têm raízes estruturais de natureza social e econômica, e que sua solução deve ser encaminhada pela via política, livre de ingerências externas e dentro da vigência plena do princípio da autodeterminação dos povos.

Quando estive na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em maio passado, informei que havia determinado a realização de amplo estudo sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores, com vistas à retificação de distorções observadas na estrutura da Chancelaria, e no funcionamento da carreira diplomática. Posso agora dizer-lhes que esses estudos encontram-se em sua fase final, e que será em breve encaminhado ao Legislativo um projeto integrado de reforma do Itamaraty. No meio tempo, já foram tomadas diversas medidas retificadoras, e adotadas novas práticas administrativas que vêm redundando em sensíveis reduções de despesa, sobretudo das despesas realizadas em dólares. Destaco, em particular, a eliminação de verbas de moradia e representação que eram atribuídas a treze postos que não dispunham de **status** de Embaixada, e a extinção de cinco Consulados em cidades onde não se justificava a manutenção de tais repartições.

Senhores Senadores,

Com este breve relato, espero haver-lhes transmitido o essencial das primeiras iniciativas de política exterior da Nova República. Tenho registrado o crescente interesse que vem manifestando o Legislativo por temas de política externa. Foi, assim, com satisfação que atendi ao honroso convite da Comissão de Relações Exteriores para vir ao Senado Federal e manter um primeiro

diálogo sobre os assuntos da minha pasta. Faço-o na convicção de que assim estaremos contribuindo para o mais harmonioso funcionamento dos Poderes constituídos, e

para a consolidação e aprimoramento das instituições democráticas no país.

Muito obrigado.

em Brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do Egito

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de setembro de 1985, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Boutros Ghali.

Senhor Ministro de Estado,

Tenho a particular satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para dar-lhe as boas-vindas, extensivas à Senhora Boutros Ghali e à comitiva que o acompanha nesta visita ao Brasil. Honra-nos receber, o Itamaraty, um eminente Chefe da Diplomacia da República Árabe do Egito, país a que estamos ligados por laços de longa estima e cordialidade.

É especialmente digna de referência a trajetória multifacetada de homem público que registra a carreira de Vossa Excelência, não somente no plano da diplomacia, mas também como intelectual, jurista e autor consagrado, e ainda participante ativo em momentos decisivos da história de seu país.

Releva notar que sua formação humanista se tem refletido no interesse revelado por temas como a paz, os direitos humanos e na atenção prioritária à problemática das regiões menos desenvolvidas do Globo.

A presença de Vossa Excelência em Brasília atesta as boas relações entre o Brasil e o

Egito e constitui marco significativo no fortalecimento dos laços que unem os nossos países. O Brasil e o Egito mantêm relações de amizade, as quais, esperamos, hão de enriquecer-se pelo incremento da cooperação em diversos campos.

Senhor Ministro,

Tenho afirmado, em diversas ocasiões, que nossas relações com o mundo exterior nunca tiveram importância tão decisiva como na hora atual. Além das graves questões ligadas mais imediatamente à paz e à segurança internacionais, defrontam-se nossos países com ponderáveis ameaças às suas perspectivas de desenvolvimento. Colhidas que foram pelas crises do petróleo, pela alta dos juros internacionais, pela erosão acelerada dos preços dos seus principais produtos de exportação, e pelo estreitamento dos mercados nos países desenvolvidos, muitas nações em desenvolvimento vêem-se hoje a braços com graves dificuldades para fazer frente a seus compromissos financeiros com o exterior.

Juntamente com outros países latino-ame-

ricanos, o Brasil vem reivindicando a adoção de uma abordagem mais ampla do problema da dívida externa, capaz de levar em conta o complexo conjunto de circunstâncias que condiciona. Em particular, desejamos ver reconhecida a estreita ligação existente entre os problemas de ordem financeira e os de ordem comercial. O Brasil, com outros países latino-americanos, deseja saldar seus compromissos financeiros, e, para tanto, necessita contar com uma maior abertura comercial por parte das nações ricas do Norte.

A este respeito não posso deixar de registrar, com satisfação, o papel que a República Árabe do Egito vem desempenhando nos foros multilaterais em favor da unidade dos países em desenvolvimento.

Reconhecemos no Egito, ademais, um fator importante de estabilidade na África e no Oriente Próximo.

Na esfera política internacional, Brasil e Egito encontram reais motivos para ampliar seu entendimento. São numerosas as convergências de posições entre nossos dois países. Fundamos ambas nossas relações externas sobre os princípios da autodeterminação dos povos e da não-ingerência de um país nos assuntos internos do outro. Nossas vozes têm-se manifestado em conjunto no sentido de condenar a corrida armamentista e na defesa do desarmamento geral, pleno e completo.

São claras as posições brasileiras a respeito do Oriente Médio. Acompanhamos com apreensão o desenrolar das crises na região, cujo encaminhamento, a nosso ver, deve ser feito pela via pacífica da negociação.

Sustentamos que o povo palestino deve ter reconhecido o direito de retornar ao seu território, e ali viver em condições de independência, segurança e autodeterminação, e que deve ser encaminhada uma solução que assegure o direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, a existirem em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Causam-nos consternação os atentados praticados no Líbano, país com o qual temos vínculos tradicionais e cuja plena autodeterminação desejamos ver respeitada.

Senhor Ministro,

As relações entre a República Árabe do Egito e o Brasil têm sido assinaladas por eventos significativos. Em 1972, acolhemos o Chanceler egípcio Mourad Ghaleb. No ano seguinte visitava seu país, de tão longa e expressiva história, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Naquela oportunidade foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica e Científica e o Acordo Comercial.

Mais recentemente, em março de 1985, nossos Governos firmaram o Acordo que institui a Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação, instrumento destinado a impulsionar o intercâmbio econômico-comercial e tecnológico entre os dois países. Este, Senhor Ministro, já revela importante dimensão prática, como ilustra a complementação industrial que se está desenvolvendo com a fabricação no Egito de aviões brasileiros.

Registro minha satisfação pelo bom resultado das nossas conversações, que representaram um passo construtivo no processo de intensificação do diálogo político entre os dois países. Desejamos ter no Egito um interlocutor permanente sobre as questões que afetam os países do Sul, em geral, e sobre os problemas das nossas respectivas regiões, em particular.

É meu desejo que Vossa Excelência leve de sua estada no Brasil a mensagem fraterna de um povo que estima e admira a nação egípcia, e deseja manter com ela laços estreitos de amizade e cooperação.

Ergo, pois, minha taça em brinde ao êxito de sua visita e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Boutros Ghali.

Muito Obrigado.

comunicado conjunto brasil-egito

Comunicado Conjunto Brasil-Egito, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 11 de setembro de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, Boutros Ghali.

A convite do Governo brasileiro, sua Excelência o Senhor Doutor Boutros Ghali, Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egito, realizou visita oficial ao Brasil, no período de 9 a 11 de setembro de 1985.

O Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros do Egito fez-se acompanhar, na oportunidade, da Senhora Ghali e da seguinte comitiva:

- Embaixador Mokhless Hassan Gobah, Embaixador no Brasil;
- Embaixador Wahib El Miniawy, Chefe do Departamento da América Latina do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Embaixador Aly Maher, Chefe do Gabinete do Ministro;
- Conselheiro Adel El-Khedry; e
- Conselheiro Mahdi Fathalla, do Gabinete do Ministro.

No curso de sua estada em Brasília, o Ministro Boutros Ghali foi recebido em audiência especial por sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil.

Nesse encontro, o Ministro do Estado egípcio fez entrega ao Senhor Presidente da República de mensagem pessoal de Sua Excelência o Senhor Hosni Mubarak, Presidente da República Árabe do Egito. Transmi-

tiu, na ocasião, convite do Chefe de Estado do Egito para que o Senhor Presidente da República visite oficialmente aquele país. O convite foi aceito com prazer.

O Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros do Egito realizou, ainda, visitas aos Senhores Presidentes do Senado Federal, Senador José Fragelli, da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, e do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves.

Nas conversações mantidas entre o Ministro Boutros Ghali e o Chanceler Olavo Setúbal, as quais transcorreram em clima de cordialidade e compreensão, foram abordados temas da atualidade internacional, nos campos político e econômico, bem como assuntos de interesse bilateral.

Os dois Ministros, ao reiterarem a determinação de seus Governos de defender os propósitos da Carta das Nações Unidas, ressaltaram sua adesão aos princípios de justiça, equidade, autodeterminação dos povos, não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados e respeito por sua independência e integridade territorial.

Tendo passado em revista a situação política internacional e concentrado sua atenção nos conflitos e áreas de tensão, expressaram profunda preocupação com essas ameaças à paz e segurança mundial e reafirmaram a posição tradicional de seus países em favor de soluções pacíficas e negociadas, destina-

das a assegurar justiça e estabilidade aos povos dessas áreas.

Ambas Partes reiteraram seu firme apoio aos esforços do Grupo de Contadora em sua busca de uma composição pacífica e negociada na América Central. O Ministro Boutros Ghali manifestou a convicção de seu Governo de que as iniciativas do Grupo de Lima são uma contribuição positiva a aqueles esforços.

As duas Partes consideraram também a situação no Oriente Médio e concordaram com a necessidade de que sejam empreendidos esforços adicionais para conseguir uma solução global e pacífica para o conflito, baseada no reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino, inclusive seu direito à autodeterminação, por meio de negociações entre as Partes interessadas. O Ministro egípcio salientou a política do Egito, que visa a iniciar um diálogo entre uma delegação conjunta jordano-palestina e os Estados Unidos da América como primeiro passo em um novo processo de paz.

Ambas Partes condenaram firmemente a política de **apartheid**, praticada pelo regime da África do Sul. Expressaram seu inteiro apoio ao legítimo direito do povo da Namíbia à sua independência e integridade territorial, de conformidade com a Resolução do Conselho de Segurança, 435, de 1978.

Eles analisaram a grave crise econômica internacional, que penaliza desproporcionalmente os países em desenvolvimento, bloqueia suas aspirações, deteriora suas condições de vida e compromete o futuro de seus povos. Ambos Ministros concordaram em que são necessárias mudanças substanciais na cooperação e no diálogo internacionais a fim de transformar as atuais estruturas adversas do comércio e das finanças internacionais e promover a construção de nova ordem econômica mundial mais justa e equilibrada.

A este respeito enfatizaram a importância do papel exercido pelo Grupo dos 77 e concordaram ser necessário ampliar os esforços em favor de melhor entendimento entre as regiões do mundo em desenvolvimento, como demonstra o diálogo africano-latino-americano.

Quanto às relações bilaterais as duas Partes afirmaram a determinação de ampliar ainda mais suas relações nos campos político, econômico, cultural, técnico e científico, de modo a refletir o peso e as potencialidades de ambos países.

Concordaram, portanto, na urgente necessidade de: dinamizar a implementação dos Acordos bilaterais existentes; trabalhar no sentido da aprovação pelos poderes legislativos de seus países do Acordo que estabelece a Comissão Mista Brasileiro-Egípcia de Coordenação; e, finalmente, intensificar os contactos políticos entre ambos Governos. A este respeito foi dirigido pelo Ministro Ghali ao Chanceler Setúbal convite para visitar o Egito, aceito com prazer.

Ao deixar Brasília e prosseguir sua visita, com destino à cidade do Rio de Janeiro, o Ministro Boutros Ghali manifestou ao Chanceler Olavo Setúbal seu reconhecimento pela hospitalidade e atenções dispensadas pelo Governo e pelo povo brasileiro a ele próprio, à Senhora Ghali e à sua comitiva.

Brasília, em 11 de setembro de 1985.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das
Relações Exteriores

Boutros Boutros Ghali
Ministro de Estado dos
Negócios Estrangeiros

Itamaraty e IPEA assinam aditivo ao convênio que orienta as ações de promoção comercial do Brasil no exterior

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 11 de setembro de 1985, por ocasião da solenidade de assinatura do nono termo aditivo ao Convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) para promoção comercial do Brasil no exterior.

Senhor Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República,

Senhor Presidente do IPEA e Secretário Geral da SEPLAN,

Senhor Secretário Geral do Itamaraty,

Senhoras e Senhores,

Estamos assinando, mediante o presente termo aditivo, mais uma renovatória do Convênio, celebrado em 1972, entre o Itamaraty e o IPEA. Tal ato deixa de ser hoje, no entanto, um ato meramente rotineiro. A presença aqui do Ministro Sayad Ihe aporta um significado especial, pois quisemos, os dois, marcar a importância que conferimos à colaboração das duas Pastas e, no caso es-

pecífico, à conjugação de esforços na área dos estudos e das pesquisas econômico/financeiras.

O truísmo da necessidade de uma visão mais global e integrada da problemática econômica brasileira e que inclua necessariamente a clara percepção de nossas vulnerabilidades e oportunidades externas (isto é, uma visão genuinamente política) determinou, aliás, já há algum tempo, o fim de "esplêndidos isolamentos" no seio da administração e tende a favorecer, cada vez mais, a reflexão conjunta.

Teremos de enfrentar um período de inevitáveis reordenamentos no comércio e nas finanças internacionais e o impacto profundo de mudanças estruturais em outras econo-

mias ou na própria divisão internacional do trabalho, o que não deixará de repercutir, quando já não repercute, na economia e bem-estar nacionais.

Como lidar com a emergência de ordenamentos mais complexos e mais dinâmicos no cenário internacional, eis o desafio que nos é imposto, dada a importância do setor externo da economia e o próprio peso específico do Brasil na economia mundial. Cumpre-nos antecipar-nos aos acontecimentos, o que só poderá ocorrer ao dispormos de um instrumental de conhecimento e de reflexão devidamente habilitado a lidar com o global, o complexo e o novo. Nesse sentido, não existe dicotomia possível entre a reflexão e a ação: a área dos estudos e pesquisas é, em si, eminentemente estratégica.

Não farei, aqui, o retrospecto das atividades desenvolvidas no âmbito do Convênio Itamaraty/IPEA. Apenas gostaria de ressaltar, como essa cooperação o tem demonstrado, quão fértil pode ser a conjugação de esforços entre um setor do governo que é uma mola mestra no âmbito interno e outro que dispõe, por definição, de apuradas articulações externas. A margem de cooperação entre o Itamaraty e o IPEA é naturalmente ampla e, como Vossa Excelência deverá ter notado o novo Convênio deve assentar-se em bases ainda mais amplas e dinâmicas do que as anteriores.

Tanto o IPEA quanto o Itamaraty dispõem, nesse sentido, de condições para desenvolver, conjuntamente, esforços de alto nível na área das pesquisas e dos estudos econômicos, comerciais e financeiros. No caso do IPEA, é ocioso frisar-se o quanto este instituto pode aportar ao Itamaraty, através de seus recursos e de seus especialistas, detentores de excelente instrumental analítico e da indispensável vivência íntima dos

problemas econômicos. No caso do Itamaraty, é inegável sua competência em projetos que dependam de uma articulação externa. Gostaria também de ressaltar que a Divisão que constitui o elo de ligação desse Ministério com o IPEA foi elevada, recentemente, à categoria de Divisão Especial — passando-se a chamar-se Divisão Especial de Pesquisas e Estudos Econômicos — e constitui, hoje em dia, uma unidade de assessoramento direto da Subsecretaria Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, o que testemunha a relevância que o Itamaraty atribui às atividades de pesquisa, análise e prospecção.

No âmbito do Convênio Itamaraty/IPEA, o problema não será o de identificar temas de pesquisa, mas sim selecionar aqueles mais prioritários: protecionismo, efeitos dos regionalismos econômicos sobre o comércio internacional, negociações comerciais multilaterais, reforma do sistema monetário internacional, integração econômica latino-americana, processos de ajustamento das economias do continente frente ao estrangulamento externo, processo de Cartagena, mudanças estruturais das economias líderes, análises de correntes comerciais, incidências de inovações tecnológicas sobre nosso potencial de exportação, transferência de tecnologia, criação de novas vulnerabilidades e aparecimento de modos alternativos de inserção na economia internacional, são todas matérias, entre muitas outras, para as quais nunca haverá estudos demasiados.

É com grandes esperanças, portanto, que assinamos este convênio, com vistas a dinamização de uma cooperação que tem se revelado, no passado, frutífera e que poderá adquirir ainda maior ímpeto e relevância, se lhe forem alocados os recursos humanos e materiais que merece.

conselho de segurança da onu analisa a invasão do território angolano por forças sul-africanas

Tradução não-oficial do discurso do Chefe da Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, George Álvares Maciel, em Nova York, em 20 de setembro de 1985, por ocasião do exame, no Conselho de Segurança daquela organização, da queixa de Angola contra a invasão de seu território por forças sul-africanas.

Tão logo foi o Governo brasileiro informado do mais recente ato de agressão armada perpetrado pela República da África do Sul contra o território da República Popular de Angola, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil enviou telegrama a seu colega angolano, cujo texto gostaria de transmitir-lhes:

“Acabo de tomar conhecimento de que o agressivo regime do “apartheid” invadiu o sul angolano, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia. Neste momento em que se configura flagrante e inaceitável violação da soberania de Angola e dos princípios fundamentais que regem as relações entre Estados civilizados, estejam Vossa Excelência e toda a Nação angolana seguros da solidariedade do Governo e do povo brasileiros”.

Na realidade, Senhor Presidente, cruciais

são as circunstâncias em que se deu este último ataque sul-africano contra Angola.

Enquanto a comunidade internacional inteira acompanha com grave preocupação o ciclo de violência que se espalha dentro das fronteiras sul-africanas, num momento em que a opinião internacional parece estar mobilizada contra o “apartheid” em proporções jamais vistas anteriormente, num ano em que, do Conselho de Segurança, partiram várias manifestações de condenação da agressividade de Pretória em relação a seus vizinhos, é por meio da retaliação que age o regime sul-africano, consubstanciada, mais uma vez, num ataque brutal contra um país pacífico, cuja única culpa residiria na solidariedade que estende a seus irmãos africanos.

Nenhuma justificativa pode ser aceitável para o presente ato de agressão. A exemplo

da tentativa de sabotagem de instalações petrolíferas em Cabinda por parte da República da África do Sul, nem mesmo a proximidade física de uma ameaça concreta àquele país pode agora ser alegada. Qualquer ação de Pretória com vistas à defesa de suas posições na Namíbia constitui crime, na medida que perpetua a ilegalidade. Nenhuma desculpa de ataques preventivos contra a SWAPO pode ser ocultada sob o disfarce da noção de autoproteção. A presença da África do Sul no território da Namíbia é, por si só ilegal.

No momento em que nos aproximamos do quadragésimo aniversário das Nações Unidas, o total desprezo da África do Sul pelo forte posicionamento tomado pela comunidade internacional a respeito da crise na África Meridional justificaria ação concreta por parte do Conselho de Segurança. As continuadas agressões contra Estados vizinhos não constituem apenas transgressão das regras do direito internacional, mas também a manifestação de desespero de um regime fadado ao malogro. Na verdade, esse regime vem sendo destruído por forças antagônicas geradas por sua própria existência. Não devemos, contudo, evitar ações concretas que levem Pretória a pôr termo a

seus ataques contra Angola e outros países na região. As Nações Unidas já têm tido importante papel na mobilização internacional da opinião pública contra as agressões do regime de Pretória. Cabe, agora, ir mais longe, em nossa ação concertada, para a erradicação das políticas racistas e agressivas da África do Sul.

Como país latino-americano e como país irmão de Angola, o Brasil tem expressado com coerência sua solidariedade com o povo e com o Governo de Angola, e também com o povo da Namíbia. Diversos países já decretaram, em diferentes níveis, sanções contra a África do Sul. O Brasil é um deles. Tais medidas individuais, se as consideramos em seu conjunto, representam uma contribuição concreta para o desmantelamento da estrutura de um Governo agressor. Seu alcance é limitado, no entanto. Medidas somente podem ser efetivas e levar a resultados mais tangíveis se apoiadas e adotadas pela comunidade internacional como um todo. Não devemos nos sentir desencorajados pela atitude de desfaçatez da África do Sul frente ao direito internacional. Determinação e ação conjunta forçarão Pretória a seguir as regras de coexistência civilizada entre Estados.

ministro dos negócios estrangeiros do japão visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de setembro de 1985, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Shintaro Abe.

Senhor Ministro,

Em nome do Governo brasileiro, desejo estender a Vossa Excelência, à Senhora Shintaro Abe e à sua Comitiva, as boas-vindas ao Brasil. A presença de Vossa Excelência entre nós é motivo de especial satisfação, uma vez que celebramos este ano o nonagésimo aniversário do estabelecimento de vínculos diplomáticos.

Quase centenárias, nossas relações contam, hoje, com significativa sedimentação histórica. Teríamos, entretanto, face à grande distância física que nos separa, corrido o risco de ter tido nossos contatos restritos a um plano meramente formal. O fator decisivo a superar os obstáculos da geografia e a oferecer uma ponte natural entre o Brasil e o Japão foi, indubitavelmente, a imigração. A vinda de japoneses para aqui viver e trabalhar aportou uma nova e bem-vinda dimensão étnica e cultural a uma nação que se concebe e se deseja pluralista e multirracial.

Plenamente incorporados à sociedade nacional, vivem e trabalham hoje em nosso solo quase um milhão de brasileiros de sangue japonês e seus ascendentes nascidos no Japão. Representam eles uma parcela operosa e criativa da nossa gente, participando da vida nacional em todos os setores e ocupando posições de liderança na atividade econômica, na política, na universidade e na administração pública.

Senhor Ministro,

Ao longo do tempo, os laços entre nossos países aprofundaram-se notavelmente. Durante a última década, em particular, a colaboração nipo-brasileira, que se iniciara pelas indústrias siderúrgica e de construção naval, estendeu-se aos campos da mineração, da metalurgia, do reflorestamento, da fabricação de celulose e da agricultura.

Durante a visita realizada ao seu país pelo Presidente da República do Brasil, no ano passado, foi assinado o Acordo de Coopera-

ção Científica e Tecnológica, pelo qual se reforçaram substancialmente as possibilidades de trabalho conjunto nesse importante domínio. Acredito que muito teremos a fazer no sentido de incorporar de forma significativa esta nova dimensão ao nosso relacionamento bilateral.

A colaboração na área agrícola também vem oferecendo amplas perspectivas à aplicação de recursos humanos, financeiros e técnicos brasileiros e japoneses. O PRODECER constitui um exemplo original de empreendimento em que se conjugam energias de dois países no sentido de desenvolver recursos que serão proveitosos para ambos, e, mais do que isso, para a Humanidade.

Senhor Ministro,

Animam nossos povos idênticas aspirações de paz e prosperidade. Essa identidade tem facilitado o nosso diálogo e oferecido um território real de convergência e compreensão política.

Vive hoje o Brasil, e com ele grande parte da América Latina, um transe delicado de sua história. No plano político, encerramos um longo período de mando autoritário, e iniciamos um processo de reconstrução institucional. Desejamos lançar, de forma duradoura, as bases de um sistema aberto e pluralista, que seja também dotado de um forte sentimento de responsabilidade social. Este movimento conta com ampla participação popular, talvez a maior de quantas já se tenham manifestado neste país.

Tal evolução, entretanto, ocorre no momento em que vivemos também a mais grave crise econômica de nossa vida como nação independente. Após realizarmos, durante largo período, um esforço substancial de absorção da tecnologia e do capital indispensáveis à promoção do desenvolvimento e à elevação dos níveis de vida de nossa gente, fomos colhidos pelos diversos vetores da crise econômica mundial. As majorações do preço do petróleo, a alta dos juros bancários internacionais, o estreitamento

dos mercados nos países industrializados e a queda contínua das cotações dos produtos primários, levaram à formação de vultosos débitos externos nos países latino-americanos, e em particular no Brasil.

Empenhamo-nos, neste momento, na tarefa ingente de gerar saldos comerciais e pagar nossos compromissos internacionais. Diversificamos a pauta de exportações e baixamos os custos internos. Em meio a esse esforço, porém, e a essas dificuldades, deparamo-nos com a ameaça do protecionismo, e somos convocados pela comunidade financeira mundial a adotar políticas de ajuste interno conducentes à recessão e ao desemprego.

Como bem salientou o Presidente José Sarney, no pronunciamento que fez uma semana atrás perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, esforçamo-nos hoje por transferir divisas para os mesmos centros que discriminam o produto do nosso trabalho. "Vivemos assim, — como disse o nosso Presidente —, entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência".

Desejamos saldar nossos compromissos externos, como sempre o fizemos em nossa longa história de país importador de capitais. Mas reivindicamos também que haja uma repartição eqüitativa dos ônus da crise. Os ajustes econômicos devem atingir as distorções em toda a parte onde elas estejam, e não apenas nas economias mais vulneráveis e dependentes do Terceiro Mundo.

Senhor Ministro,

O sentimento de confiança e respeito que sempre permeou nossas relações permite — e até mesmo exige — a franqueza com que formulo essas reflexões na companhia de Vossa Excelência. Enxergamos no Japão um país amigo, que viveu em época próxima as vicissitudes do crescimento econômico, e que dispõe de pontos de semelhança e contato com as nações em desenvolvimento.

Aguardamos com favorável expectativa a

divulgação das medidas restantes do Programa de Ação japonês no campo comercial. Não escapará à observação de Vossa Excelência que as exportações brasileiras para o seu país apresentam baixo índice de diversificação, e refletem, em contraposição à nossa pauta de importações do Japão, uma concepção de complementaridade que não mais corresponde às realidades do estágio brasileiro de desenvolvimento. Contamos, pois, que possam ocorrer evoluções positivas nesse setor, de molde a concorrermos, solidariamente e em condições de mútuo benefício, para o encaminhamento das presentes dificuldades.

Necessitamos, portanto, Senhor Ministro, trazer uma contribuição concreta para que o relacionamento entre nossos países mantenha o dinamismo que o tem caracterizado ao longo dos últimos decênios. O Brasil da Nova República atribui relevo especial aos

laços que o unem ao Japão, e deseja estreitá-los sempre mais, conservando e estimulando o curso ascendente que tem seguido o relacionamento bilateral.

Honra-nos sobremodo a sua presença entre nós, Senhor Ministro Shintaro Abe. Conhecemos os elevados serviços prestados por Vossa Excelência à sua pátria e a estima de que desfruta o seu nome junto à opinião pública japonesa. Desejamos-lhe novos êxitos no desempenho das missões que lhe confia o povo nipônico.

Ergo, portanto, um brinde ao futuro das relações entre o Brasil e o Japão, à prosperidade crescente da nação japonesa e à saúde pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Abe.

Muito Obrigado.

chanceler brasileiro abre a primeira sessão da comissão mista brasil-japão

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de setembro de 1985, por ocasião da abertura da primeira sessão da Comissão Mista Brasil-Japão.

Excelentíssimo Senhor Ministro Shintaro Abe,

Senhores Membros da Delegação Japonesa,

Senhores Membros da Delegação Brasileira.

É com satisfação que inauguro, junto com Vossa Excelência, a Primeira Reunião da Comissão Mista Nipo-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica.

A instalação deste foro constitui-se no primeiro passo para a operacionalização do

Acordo de Cooperação no Campo da Ciência e Tecnologia, assinado pelo Brasil e pelo Japão, em 1984, e que recentemente entrou em vigor. Ao abrigo desse instrumento, e sob a coordenação e acompanhamento da Comissão Mista, se intensificará a cooperação científica e tecnológica entre instituições japonesas e brasileiras, através da troca de conhecimentos, idéias e técnicas.

Os resultados expressivos já atingidos pela colaboração entre o Brasil e o Japão, nos mais diversos campos, demonstram o quanto podem realizar duas nações amigas quan-

do desejam unir esforços em benefício mútuo. Essa colaboração tem sido isenta de conflitos e de temores porque se fundamenta em genuíno respeito recíproco. A confiança que tal espírito gerou certamente estimulará o intercâmbio que ora se inicia.

Por seus fundamentos e potencialidades, os trabalhos desta Comissão inserem-se numa perspectiva de longo prazo. Requerem, por isso mesmo, um entendimento permanente, seja a nível dos Governos, seja a nível das instituições, de modo a permitir que as pesquisas e projetos conjuntos correspondam às expectativas que neles depositamos. Nesse contexto, a presença de Vossa Excelência aqui, bem como a visita do Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, ao Japão, em junho passado, realçam o interesse que nossos Governos atribuem aos trabalhos conjuntos nesse domínio.

Acreditamos que o intercâmbio bilateral em ciência e tecnologia pode — e deve — constituir efetivo mecanismo para a promoção do desenvolvimento econômico e social. O Japão é um exemplo eloqüente de como o avanço nesse campo pode consti-

tuir-se em fonte de crescimento econômico e bem-estar social. O Brasil, Senhor Ministro, assim como os demais países em desenvolvimento, vê no conhecimento científico e tecnológico uma das alavancas essenciais ao progresso.

Senhor Ministro,

São particularmente auspiciosas as circunstâncias que cercam o início dos trabalhos da Primeira Reunião da Comissão Mista Nipo-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. A presença, na comitiva de Vossa Excelência, de representantes de alguns dos mais importantes órgãos que se ocupam da Ciência e da Tecnologia no Japão, certamente ensejará oportunidade ímpar para proveitosa troca de impressões com funcionários de instituições brasileiras sobre o encaminhamento da cooperação entre nossos países. Estou seguro de que os êxitos alcançados no setor científico e tecnológico contribuirão decisivamente para o adensamento ainda maior das relações entre nossos países e para o bem-estar de nossos povos.

Muito obrigado.

relações diplomáticas

brasil e botsuana estabelecem relações diplomáticas

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 26 de setembro de 1985.

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Botsuana estabeleceram relações diplomáticas em nível de Embaixada hoje, dia 26 de setembro de 1985.

É a seguinte a declaração feita pelos dois Governos e assinada pelos seus representantes, em Londres.

“A República Federativa do Brasil e a República de Botsuana, desejosas de promover e consolidar os laços de amizade entre os povos do Brasil e de Botsuana, na base da igualdade, do respeito mútuo e da não-intervenção dos seus respectivos assuntos internos, concordaram em estabelecer relações diplomáticas, em nível de Embaixada, em 26 de setembro de 1985”.

A representação brasileira em Gaborone será cumulativa com a Embaixada do Brasil em Lusaca.

designação de embaixadores brasileiros

Fernando Paulo Simas Magalhães, para Embaixador junto à Representação do Brasil na **ALADI** (Montevideu), e Celso Monteiro Furtado, para Embaixador junto à Representação do Brasil na **Comunidade Económica Européia - CEE** (Bruxelas), em 30 de agosto.

Josué de Souza Montello, para Embaixador junto à Representação do Brasil na **Unesco** (Paris), em 12 de setembro.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Liakat Ali Errol Alibux, do **Suriname**, e Warwick Eduard Weemaes, da **Austrália**, em 9 de julho.

Barry Hewitt Brooks, da **Nova Zelândia**, e Abdalla Saleh Al-Ashtal, da **República Democrática Popular do Iêmen**, 23 de julho.

José Rigoberto Arriaga Chinchilla, de **Honduras**, e Dilbagh Singh, da **Índia**, em 20 de agosto.

Jorge Javier Jenkins Moleri, da **Nicarágua**, e Tao Dazhao, da **República Popular da China**, em 27 de agosto.

Lambana Tchaou, do **Togo**, Qais Tawfiq Al-Mukhtar, do **Iraque**, e Bachir Ould Rouis, da **Argélia**, em 10 de setembro.

acordo de cooperação entre o brasil e a organização mundial da propriedade intelectual*

Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinado em Genebra, em 3 de julho de 1985, pelo Embaixador Representante Permanente do Brasil, Paulo Nogueira Batista, pelo presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Mauro Fernando Maria Arruda, e pelo diretor-geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Arpad Bogsch.

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado Governo)

e

A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (doravante denominado OMPI),

Tendo em vista os excelentes resultados alcançados, até agora, decidiram prorrogar, por período adicional de três anos, a iniciar-se em 1º de abril de 1985, o Acordo de Cooperação, de 28 de setembro de 1978, entre o GOVERNO e a OMPI, com a seguinte redação:

1. O Governo está ciente da importância da propriedade industrial para os objetivos dos países em desenvolvimento, especialmente no campo da transferência de tecnologia e da industrialização. O Governo, no entanto, reconhece que a falta de uma infra-estrutura administrativa adequada, no campo da propriedade industrial, nos países em desenvolvimento, não lhes tem permitido, até o presente, tirar a maior vantagem possível das possibilidades oferecidas pela propriedade industrial, particularmente quanto ao uso da informação tecnológica contida nos documentos de patente e a respectiva literatura, à promoção da inovação tecnológica, inclusive a criação e adaptação de tecnologia local e quanto a outros aspectos da transferência de tecnologia.

2. O Governo, através de um projeto executado pela OMPI, com a colaboração financeira do Programa das Na-

ções Unidas para Desenvolvimento (PNUD), conseguiu aperfeiçoar, nesses últimos anos, sua própria infra-estrutura no campo da propriedade industrial.

3. O Governo, atribui grande importância à cooperação entre os países em desenvolvimento, em todos os setores dos campos técnico e econômico, visto que o intercâmbio de experiências entre eles, na luta comum pelo progresso econômico e industrial, deverá facilitar a solução de seus problemas.

4. Em vista das considerações acima, o Governo resolveu fazer uma substancial contribuição para o programa de cooperação para o desenvolvimento da OMPI colocando à disposição de outros países em desenvolvimento, através da OMPI, sua própria experiência. Assim, o Governo decidiu fazer à OMPI a seguinte oferta de cooperação, com base nas condições abaixo:

- a) O Governo organizará, anualmente, cursos de treinamento, ou receberá, individualmente, estagiários dos países em desenvolvimento, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Rio de Janeiro, nos seguintes campos de atividades:
 - i) administração geral de um Escritório de Patentes;
 - ii) uso da informação tecnológica contida em documentos de patente e a respectiva literatura;
 - iii) busca e exame de pedidos de patente;
 - iv) classificação de documentos de patente;
 - v) uso do equipamento internacional, no campo de documentos de patente;
 - vi) arquivo de buscas;
 - vii) arquivo de marcas;
 - viii) todos esses campos de atividade combinados.
- b) Durante o período de treinamento, os treinandos poderão acompanhar os procedimentos de exame dos contratos de transferência de tecnologia.

* Os acordos Bilaterais do Brasil com outros Países, cuja íntegra está sendo publicada nesta Resenha, localizados nas páginas 93 a 116, são aqueles que foram assinados no terceiro trimestre de 1985 e que entraram em vigor imediatamente após a assinatura.

- c) Todos os anos, a OMPI e o Governo, conjuntamente, estabelecerão o tipo de programa de treinamento que será elaborado nos termos deste Acordo de Cooperação. As discussões serão realizadas com antecedência suficiente de modo a possibilitar, a ambas as Partes, os preparativos necessários, tais como convites aos participantes, material para treinamento, apoio logístico, acomodações, assuntos orçamentários, e outros.
- d) A OMPI e o Governo, conjuntamente, discutirão a seleção dos candidatos baseando-se nas sugestões e propostas de ambas as Partes. A seleção final se efetivará quando ambas as Partes tiverem chegado a um acordo que satisfaça a todos os envolvidos.
- e) O treinamento será realizado, basicamente, em português e, dependendo da especialidade e da disponibilidade de pessoal, em inglês, francês ou espanhol, ficando entendido que, no caso de participantes de países de língua espanhola da América Latina, a questão do idioma em relação ao português, não deverá ser tão importante quanto para os participantes provenientes de outros países.
- f) O Governo concorda em arcar com as despesas de diárias de manutenção dos treinandos, a partir de sua chegada ao Rio de Janeiro e até a sua partida. A OMPI arcará com as despesas de viagem internacional, de seus países de origem até o Rio de Janeiro e regresso, para um determinado número de treinandos, dentro do número limite a ser aceito pelo Governo, e procurará recursos extra-orçamentários com referência aos demais.
- g) O Governo e a OMPI avaliarão, anualmente, os resultados de cada programa de treinamento, após a sua conclusão.
5. O presente Acordo é firmado por um período de três anos, a partir de 19 de abril de 1985.
6. Tanto o Governo quanto a OMPI poderão, a cada dois anos, sugerir um ao outro que os termos deste Acordo de Cooperação sejam revistos, neste caso, se aceitos, a revisão poderá se estender às propostas de modificação deste Acordo.

Celebrado em Genebra, em 03 de julho de 1985.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL:

Paulo Nogueira Batista
Embaixador, Representante
Permanente do Brasil

Mauro Fernando Maria Arruda
Presidente do Instituto
Nacional da Propriedade
Industrial (INPI)

PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA
PROPRIEDADE INTELECTUAL

Arpad Bogsch
Diretor Geral

ajuste complementar brasil- alemanha para desenvolvimento dos recursos hídricos do nordeste

Ajuste Complementar ao Acordo sobre Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado através de troca de Notas no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 8 de julho de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Alemanha, Walter Gorenflos.

A Sua Excelência o Senhor Walter Gorenflos,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota-EZ-445/130/418/85, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCOPT/DE-I/312/644 (B46) (F36), de 16 de setembro de 1983, e ao Ajuste de 12 de junho de 1979, bem como em execução do Acordo sobre Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os dois Governos, a Embaixada da República Federal da Alemanha tem a honra de propor ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto “Desenvolvimento dos Recursos Hídricos no Nordeste”.

I O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo do Brasil estão de acordo em dar prosseguimento à promoção conjunta do mencionado projeto, por um período máximo de 3 anos.

II Para esse fim, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. a) enviar 2 peritos de longo prazo, pelo período máximo total de 72 homens/mês;
- b) designar até 6 professores para prestarem assessoria ao projeto, pelo período máximo total de 12 homens/mês;

- c) contratar um cientista idôneo, a ser encarregado da assistência acadêmica do projeto, pelo período máximo de 36 homens/mês;
- d) fornecer o equipamento necessário, desde que sem similar nacional, inclusive peças de reposição para equipamentos já fornecidos, bem como literatura especializada;

2. facultar estágios de aperfeiçoamento, fora do projeto, pelo período máximo total de 45 homens/mês, para até 5 técnicos, na qualidade de bolsistas; após seu regresso, esses técnicos atuarão no projeto, dando autonomamente continuação às atividades dos técnicos enviados.

III Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- a) assegurar que os equipamentos a serem fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha para o ensino e pesquisa hidrológicos sejam devidamente instalados, sendo providenciada a manutenção e o funcionamento dos mesmos;
- b) criar todas as condições para a conexão da estação de dados do computador da UFPb, assegurando aos técnicos acesso suficiente ao equipamento;
- c) tomar providências para que os técnicos brasileiros dêem seguimento, o mais cedo possível, às tarefas dos técnicos enviados pelo Governo da República Federal da Alemanha;
- d) permitir que os técnicos brasileiros realizem missões de pesquisa e consultoria, para garantir assim a utilização prática do ensinamento adquirido;
- e) assegurar que as contribuições necessárias à execução do projeto sejam prestadas pelo executor nacional, desde que delas não se tenha incumbido o Governo da República Federal da Alemanha.

IV De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10), e do Ajuste de 12 de junho de 1979.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a IV, esta Nota verbal e a de resposta do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, em que se expresse a concordância do mesmo, constituirão um Ajuste entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveitou esta oportunidade para reiterar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil os protestos da sua mais elevada consideração."

Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcri-

ta, a qual, juntamente com a presente, passa, a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações
Exteriores da República Federativa
do Brasil

brasil e eua assinam memorando de entendimento para cooperação na área espacial e acordo sobre comércio de têxteis

Memorando de Entendimento entre a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA) para o Experimento Troposférico Global (GTE) e para Experimento da Camada Limite na Amazônia (ABLE-2), assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 17 de julho de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América, Diego Asencio; e Acordo, por troca de Notas, sobre Comércio de Têxteis de Algodão, Lã e Fibras Sintéticas e produtos têxteis, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 29 de agosto de 1985.

Memorando de entendimento entre a COBAE e a NASA

A Sua Excelência o Senhor Diego Asencio,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos
Estados Unidos da América.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais – COBAE – e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América – NASA – acordaram a realização de um projeto conjunto como se contém no seguinte Memorando de Entendimento:

“Memorando de entendimento entre a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE) e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA) para o Experimento Troposférico Global (GTE) Experimento da Camada Limite na Amazônia (ABLEL) - 2.

1. A Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (CO-

BAE) e a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América (NASA) concordam em conduzir estudos da química troposférica na camada limite planetária sobre a floresta tropical úmida da Amazônia central, a serem implementados do lado brasileiro pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para determinar a influência da floresta tropical úmida da Amazônia central na troca gasosa, química e balanços de monóxido de carbono, ozônio, óxido nítrico e metano, através de um programa conjunto COBAE/CNPq/INPE – NASA, para efetuar medições no nível do solo, aéreas, por intermédio de aviões e, no futuro, através de plataformas espaciais. Planeja-se que a primeira expedição seja conduzida a partir de uma base de operações em Manaus, Brasil, durante 45 dias, nos meses de julho e agosto de 1985. Os vôos relativos à missão em território brasileiro serão coordenados pela COBAE-CNPq/INPE. Uma segunda expedição está sendo preparada para 1987, e para esta será proposto um Memorando adicional.

2. A NASA, de seu lado, empregará seus melhores esforços no sentido de levar a termo as seguintes responsabilidades, relativas a agências e institutos norte-americanos:

- a) Participar, juntamente com o CNPq/INPE, no Planejamento das medições aéreas e no nível do solo, a serem realizadas de modo a atingir os objetivos científicos do experimento conjunto GTE/ABLE-2;
- b) Fornecer uma aeronave (NASA-Electra) equipada exclusivamente com instrumentos para os fins científicos no item 1, havendo, na mesma, espaço disponível para dois experimentos e para cientistas e/ou observadores brasileiros que conduzirão as medições aéreas pelo CNPq/INPE;
- c) Organizar e conduzir as expedições aéreas, bem como as campanhas terrestres relativas ao experimento GTE/ABLE-2. Como a assistência do CNPq/INPE será necessária de modo a possibilitar à NASA levar a termo suas responsabilidades, a NASA fornecerá transporte, diárias e outro suporte, acordado mutuamente, aos participantes brasileiros que a assistirem nessa tarefa;
- d) Fornecer um sistema de balão cativo para observação meteorológica de baixa altitude;
- e) Fornecer sistemas adicionais de radiossonda e ozonossonda necessários ao suporte adequado à expedição;
- f) Seguir as regulamentações e legislação brasileira relativas às atividades de sobrevôo e de operações de solo;
- g) Fornecer ao CNPq/INPE, bem como a todas as instituições brasileiras designadas pelo Governo brasileiro, cópias de todos os dados científicos e resultados obtidos durante as missões GTE/ABLE-2;
- h) Participar, juntamente com o CNPq/INPE, na análise e

publicação dos dados e resultados obtidos neste projeto de cooperação bilateral.

3. O CNPq/INPE, por sua vez, empregará seus melhores esforços no sentido de levar a termo as seguintes responsabilidades relativas a instituições e órgãos brasileiros:

- a) Participar, juntamente com a NASA, no planejamento das medições aéreas e no nível do solo, a serem realizadas de modo a atingir os objetivos científicos do experimento conjunto GTE/ABLE-2;
 - b) Participar, juntamente com a NASA, na organização e realização das expedições aéreas e terrestres do experimento em questão;
 - c) Fornecer dados meteorológicos obtidos pela torre de 45 metros pertencentes ao CNPq/INPE e localizada a nordeste de Manaus;
 - d) Fornecer espaço físico, energia e pessoal para assistir as operações dos balões cativos fornecidos pela NASA na Reserva Florestal Ducke;
 - e) Obter junto às autoridades brasileiras a devida autorização para a realização do projeto científico em questão. Adicionalmente, o CNPq/INPE orientará e assistirá a NASA para o cumprimento da legislação e regulamentação brasileiras com respeito às operações da aeronave e às operações na superfície;
 - f) Assistir na obtenção de suporte logístico para as operações da NASA. Este item poderá incluir, mas não é restrito a:
 - a) um aeroporto próximo a Manaus para operações da aeronave (NASA-ELECTRA) e o apoio terrestre correspondente (v.g.combustível, fornecimento de energia, segurança);
 - b) espaço para laboratório e armazenagem no aeroporto;
 - c) veículos de tração nas quatro rodas;
 - d) uma aeronave leve;
 - e) um barco de pequenas dimensões;
 - f) material de laboratório.
- As despesas referentes a esse suporte serão pagas pela NASA.
- g) Fornecer imagens de cobertura de nuvens do satélite GOES enquanto durar a expedição;
 - h) Fornecer à NASA cópias de todos os dados científicos e resultados obtidos durante as missões GTE/ABLE-2;

- i) Participar, juntamente com a NASA, na análise e publicação dos dados e resultados obtidos neste projeto de cooperação bilateral.

4. Os seguintes entendimentos adicionais são estabelecidos:

- a) O CNPq/INPE e a NASA concordam em designar pessoas que serão responsáveis pela execução do que for acordado neste projeto de cooperação;
- b) O CNPq/INPE e a NASA arcarão, cada qual, com os custos do desempenho de suas respectivas atividades, inclusive despesas de viagem e estada de seu próprio pessoal, assim como despesas de transporte de todo o seu equipamento, ressalvado o disposto nos itens 2 e 3 acima;
- c) A capacidade do CNPq/INPE e da NASA, no desempenho das atividades descritas neste Memorando, está sujeita aos seus respectivos procedimentos de liberação de recursos;
- d) A divulgação pública de informações referentes a atividades relativas à execução deste projeto de cooperação poderá ser feita, conforme apropriado, pelo CNPq/INPE e pela NASA, em função de suas próprias atividades e após consulta mútua;
- e) Os pesquisadores envolvidos no projeto GTE/ABLE-2 terão um período de nove meses, a partir do término de cada expedição de campo, para realizarem verificações, calibrações e análises iniciais dos dados obtidos. Cada pesquisador envolvido compromete-se a fornecer cópias dos dados obtidos ao escritório central do projeto GTE, para depósito no arquivo e dados GTE/ABLE-2 e ao CNPq/INPE, em tempo hábil, de modo a permitir que os mesmos sejam divulgados para a comunidade científica internacional nove meses após cada expedição de campo do projeto GTE/ABLE-2 e após consulta mútua;
- f) Os resultados obtidos deste projeto de cooperação estarão disponíveis para a comunidade científica em geral, através de publicações nos canais competentes e após consulta entre o CNPq/INPE e a NASA. Nesse caso, o CNPq/INPE e a NASA poderão reproduzir e se utilizar do material em questão, para seus objetivos próprios, independentemente de pagamento de direitos autorais;
- g) Ressalvados os direitos individuais legalmente assegurados, o CNPq/INPE e a NASA concordam em não reivindicar indenização por ferimentos, lesões pessoais ou morte, bem como por perdas e danos de propriedades do CNPq/INPE ou da NASA e também de seus subcontratados, advindos de fatos ocorridos, por negligência ou não, durante a execução desse projeto ou a ele ligados;
- h) Na eventualidade de danos pessoais ou materiais a ter-

ceiros, decorrentes da execução deste projeto de cooperação, o CNPq/INPE e a NASA consultar-se-ão prontamente sobre quaisquer indenizações que devam ser efetuadas;

- i) A NASA assegura que seus participantes assumirão total responsabilidade por qualquer dano causado a equipamentos norte-americanos. O CNPq/INPE assume total responsabilidade por qualquer dano causado a equipamentos brasileiros e assegura que todas as precauções cabíveis serão tomadas no sentido de proteger os equipamentos norte-americanos durante sua estada em locais predeterminados no Brasil, de modo que os mesmos possam voltar aos Estados Unidos da América no mesmo estado de conservação, salvo desgaste normal;
- j) A COBAE e a NASA empregarão o melhor de seus esforços para prover a liberação alfandegária gratuita, em seus respectivos países, do equipamento necessário a este projeto. .

2. Caso o Governo de Vossa Excelência esteja de acordo, a presente Nota e a de resposta, de mesmo teor e mesma data, constituirão um Acordo entre nossos Governos, o qual entrará em vigor na data de hoje e terá duração de dois anos, prorrogável por entendimento entre a COBAE e a NASA e aprovado pelos respectivos Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

ACORDO SOBRE COMÉRCIO DE TÊXTEIS

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada dos Estados Unidos da América e tem a honra de acusar recebimento da Nota nº 279, de 7 de agosto de 1985, e dos respectivos Anexos A e B, relativos às exportações de produtos têxteis e de Vestuário do Brasil para os Estados Unidos da América, cujo conteúdo, em português, é o seguinte:

“A Embaixada dos Estados Unidos da América cumprimenta o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e tem a honra de fazer referência ao Acordo sobre Comércio Internacional de Têxteis, celebrado em Genebra, em 20 de dezembro de 1973, com anexos, prorrogado por protocolo, em Genebra, em 22 de dezembro de 1981 (doravante denominado Ajuste). A Embaixada faz referência aos entendimentos mantidos entre representantes do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo dos Estados Unidos da América, em Brasília e Washington, D. C., no período fevereiro-junho de 1985, com respeito a têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, e produtos têxteis manufaturados no Brasil e exportados para os Estados Unidos. Como resultado desses entendimentos e com base no artigo quarto do Acordo, a Embaixada tem a honra de propor, em nome do Governo dos Estados Unidos da América, o Acordo sobre Comércio de Têxteis de algodão, Lã e Fibras Sintéticas, e Produtos

Têxteis entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, abaixo transcrito.

VIGÊNCIA DO ACORDO

1. Este acordo terá vigência pelo período compreendido entre 1º de abril de 1985 e 31 de março de 1988. Cada "ano-acordo" terá duração de 12 meses, a partir do dia 1º de abril de um determinado ano até o dia 31 de março do ano seguinte.

COBERTURA DO ACORDO

2. Os têxteis e os produtos têxteis a que se refere este Acordo são os mencionados no Anexo A. Estão sujeitos às disposições deste Acordo fibras, fios, tecidos, confecções, artigos de vestuário e outros produtos têxteis manufaturados (isto é, produtos cujas principais características derivem de componentes têxteis) de algodão, lã, fibras sintéticas ou suas misturas, nos quais algumas ou todas dessas fibras combinadas representem o valor principal das fibras ou 50% ou mais em peso (ou 17% ou mais em peso de lã) dos produtos.

CLASSIFICAÇÃO

3. Para os efeitos deste Acordo, os produtos têxteis serão classificados como têxteis de algodão, lã ou fibras sintéticas, se constituírem a totalidade ou o valor principal de qualquer dessas fibras. Quaisquer dos produtos a que se refere o parágrafo segundo, embora não tendo no algodão, lã ou fibras sintéticas seu valor principal, serão classificados como segue:

- I) Têxteis de algodão, se contiverem 50% ou mais em peso de algodão, ou se o algodão, juntamente com a lã e/ou as fibras sintéticas, corresponder a, ou exceder, 50% em peso e o componente algodão corresponder ao peso de cada um dos componentes lã e/ou fibras sintéticas, ou excedê-lo;
- II) Têxteis de lã que não sejam os de algodão e em que a lã exceder 17% em peso de todas as fibras componentes; ou
- III) Têxteis de fibras sintéticas, caso não se incluam em alguma das categorias anteriores.
 - a) O sistema de categorias e taxas de conversão ao equivalente em jardas quadradas relacionadas no Anexo A será aplicado na implementação deste Acordo. Para os efeitos de cálculo das cotas e dos débitos sobre as cotas serão aplicadas as taxas de conversão para cada categoria discriminada no Anexo A.
 - b) Para os efeitos deste Acordo e tendo em conta os padrões de comércio existentes entre o Brasil e os Estados Unidos, as categorias abaixo indicadas são incorporadas e tratadas como categorias simples:

300, 301	300/301
310, 318	310/318
334, 335	334/335
338, 339	338/339
347, 348	347/348
359, 659	359/659
445, 446	445/446
638, 639	638/639
647, 648	647/648

COTAS AGREGADAS ESPECÍFICAS

4. Começando no primeiro ano-acordo e durante o prazo subsequente deste acordo, o Governo brasileiro deverá limitar suas exportações anuais, do Brasil para os Estados Unidos, de têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, bem como de produtos de têxteis, às cotas agregadas e específicas estabelecidas no Anexo B. As cotas agregadas poderão ser ajustadas nos termos que estabelece o parágrafo quinto. As cotas específicas poderão ser ajustadas nos termos das disposições dos parágrafos quinto e sexto. As cotas agregadas e específicas descritas no Anexo B incluem crescimento, mas não incluem flexibilidade, nos termos do parágrafo quinto, no caso das cotas agregadas, ou nos termos dos parágrafos quinto e sexto, no caso das cotas específicas.

FLEXIBILIDADE (TRANSPORTE/ANTECIPAÇÃO)

5. A proporção em que qualquer cota específica estabelecida no Anexo B poderá ser excedida em qualquer ano-acordo, a título de transporte (o uso de qualquer quantidade não utilizada — saldo — da cota correspondente fixada para o ano-acordo anterior) e/ou antecipação (utilização de uma porção da cota correspondente fixada para o ano-acordo subsequente), é de 11%, dos quais a porção antecipada não excederá 6%. A proporção em que qualquer cota agregada estabelecida no Anexo B poderá ser excedida, em qualquer ano-acordo, a título de transporte ou antecipação, será objeto de consulta entre os dois Governos. As consultas deverão ser feitas no prazo de 30 dias a contar da data de recebimento do pedido formulado pelo Governo brasileiro.

- a) Para os efeitos deste Acordo, ocorrerá saldo quando as exportações de têxteis ou de produtos têxteis, do Brasil para os Estados Unidos, durante um ano-acordo, forem inferiores à cota agregada ou a qualquer cota específica estabelecida no Anexo B, ou, em todo caso, abaixo da cota já objeto de redução.
- b) Nenhum transporte de cota será efetuado no primeiro ano-acordo. Nenhuma antecipação será efetuada no último ano-acordo.

FLEXIBILIDADE (TRANSFERÊNCIA)

6. Durante qualquer ano-acordo, dentro dos limites da cota agregada pertinente, as cotas específicas estabeleci-

das no Anexo B poderão ser excedidas em até 6%, ademais de qualquer ajuste permitido no parágrafo quinto. O Governo brasileiro poderá indicar ao Governo dos Estados Unidos a(s) cota(s) específica(s) a ser(em) aumentada(s).

FLEXIBILIDADE AUTOMÁTICA

7. O Governo dos Estados Unidos poderá aplicar a flexibilidade prevista nos parágrafos quinto e sexto a qualquer cota específica, sempre que o ajuste parecer adequado para facilitar o fluxo de comércio e a boa administração do Acordo. Na medida em que tais ajustes forem realmente utilizados, estes serão implementados por transporte, antecipação e transferência, nessa ordem. Qualquer flexibilidade não utilizada será novamente creditada à cota de origem.

MECANISMO DE CONSULTA

8. a) Se o Governo dos Estados Unidos considerar que importações de têxteis de algodão, lã ou fibras sintéticas, ou produtos têxteis procedentes do Brasil, em qualquer categoria ou relativas a qualquer produto, não previstas nas cotas específicas estabelecidas no Anexo B, estejam, devido a desorganização de mercado ou ao risco de tal ocorrência, ameaçando impedir o desenvolvimento ordenado do comércio entre os dois países, o Governo dos Estados Unidos poderá solicitar consultas com o Governo brasileiro com vistas a evitar essa desorganização de mercado ou a ameaça de tal ocorrência. O Governo dos Estados Unidos, ao solicitar a consulta, deverá fornecer ao Governo brasileiro uma declaração factual pormenorizada das razões e justificativas para seu pedido de consulta, com dados atualizados, que, no entender do Governo dos Estados Unidos, demonstrem:

1) A existência ou ameaça de desorganização de mercado, de acordo com o que estabelece o Anexo A do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis; e

2) O papel das exportações do Brasil, no caso de desorganização ou ameaça dessa ocorrência.

b) Ambos os Governos concordam em formular suas consultas no prazo de 30 dias após o recebimento do pedido de consulta. Ambas as partes concordam em envidar todos os esforços para chegar a acordo sobre soluções mutuamente satisfatórias para a questão, dentro de 90 dias a contar da data de recebimento de tal pedido, a menos que esse prazo seja prorrogado por mútuo acordo.

c) Durante o período de 90 dias, o Governo brasileiro concorda em manter seus embarques para os Estados Unidos de têxteis de algodão, lã ou fibras sintéticas, ou produtos têxteis objeto da consulta, a um nível não superior a 35% da quantidade importada

na respectiva categoria ou produto, de acordo com a "U.S. General Import Statistics", durante os 12 primeiros dos 14 meses imediatamente anteriores ao mês em que a solicitação de consulta tiver sido formulada.

d) Se, nessas consultas, não se tiver alcançado solução mutuamente satisfatória, o Governo dos Estados Unidos poderá estabelecer cotas específicas para embarques de têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, e produtos têxteis, na categoria ou produto pertinente, durante a vigência do Acordo. A quantidade não será inferior à importada na respectiva categoria ou produto, de acordo com a "U.S. General Import Statistics", durante os 12 primeiros dos 14 meses imediatamente anteriores ao mês em que a solicitação de consulta tiver sido formulada, mais 20% para as categorias de produtos de algodão e fibras sintéticas e 6% para as categorias de produtos de lã.

e) O primeiro período de qualquer cota específica estabelecida no subparágrafo (d) terá início no primeiro dia após a conclusão do período de consulta e terminará no último dia do ano-acordo em que a cota específica for estabelecida. Se uma cota específica for estabelecida durante um ano-acordo, tal cota e qualquer transferência ou antecipação aplicável será rateada para corresponder ao período remanescente do ano-acordo em andamento. Não será efetuado transporte no primeiro ano-acordo. Para cada ano-acordo remanescente, qualquer cota específica será aumentada em 6% por ano-acordo, no caso das categorias de produtos de algodão e fibras sintéticas, e em 1% no caso das categorias de produtos de lã.

MEDIDAS POR EXCESSO DE EMBARQUE

9. Poderá ser negada a entrada nos Estados Unidos de exportações procedentes do Brasil em excesso das cotas autorizadas em qualquer ano-acordo. Qualquer embarque cuja entrada tiver sido proibida poderá ser autorizado a entrar nos Estados Unidos, caso em que será debitado à cota do ano-acordo subsequente. O Governo dos Estados Unidos deverá informar o Governo brasileiro sobre a adoção de tais medidas.

a) As exportações procedentes do Brasil, superiores às cotas autorizadas em qualquer ano-acordo, serão, caso tenham sua entrada nos Estados Unidos autorizada durante esse ano-acordo, debitadas às cotas do ano-acordo subsequente.

b) Qualquer medida adotada de acordo com este parágrafo não prejudicará os direitos de qualquer um dos Governos no que concerne a consultas.

ESPAÇAMENTO DAS EXPORTAÇÕES

10. O Governo brasileiro deverá envidar seus melhores es-

forços no sentido de espaçar suas exportações para os Estados Unidos, de maneira uniforme, dentro de cada categoria, durante cada ano-acordo, levando em conta fatores sazonais normais.

ASSISTÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS

11. O Governo brasileiro administrará seu sistema de controle de exportações nos termos deste Acordo. O Governo dos Estados Unidos poderá dar assistência ao Governo brasileiro na implementação das disposições de cotas previstas neste Acordo, mediante o controle de importações, pela data de exportação de têxteis e de produtos têxteis incluídos neste Acordo, visadas pelo Governo brasileiro segundo o Acordo de Vistos.

INTERCÂMBIO DE DADOS

12. O Governo dos Estados Unidos deverá fornecer prontamente ao Governo brasileiro dados sobre importações mensais de têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, e produtos têxteis, feitas pelos Estados Unidos e procedentes do Brasil. O Governo brasileiro deverá fornecer prontamente ao Governo dos Estados Unidos dados sobre exportações mensais de têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, e produtos têxteis, do Brasil para os Estados Unidos. Ambos os Governos concordam em fornecer prontamente qualquer outro dado estatístico disponível que for necessário para a implementação deste Acordo.

ARRANJOS ADMINISTRATIVOS

13. Poderão ser efetuados ajustes ou arranjos administrativos mutuamente satisfatórios para solucionar problemas menores que surgirem na implementação deste Acordo, inclusive diferenças em aspectos de procedimento ou operação.

CONSULTAS SOBRE QUESTÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

14. O Governo dos Estados Unidos e o Governo brasileiro, mediante solicitação de uma das partes, concordam em consultar-se sobre qualquer questão que surgir na implementação deste Acordo.

DIREITO DE PROPOR MODIFICAÇÕES AO ACORDO

15. O Governo dos Estados Unidos e o Governo brasileiro poderão, a qualquer momento, propor modificações aos termos deste Acordo. Cada parte concorda em consultar prontamente a outra sobre tais propostas, com vistas a proceder a modificações a este Acordo, ou adotar qualquer outra ação pertinente, sobre as quais houver concordância mútua. Este Acordo faculta a ambas as partes solicitar consultas em qualquer momento com vistas a propor modificações à luz de qualquer instrumento que suceda ao Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis.

CONSULTAS EM CASO DE FALTA DE TRATAMENTO EQUITATIVO EM RELAÇÃO A UM TERCEIRO PAÍS

16. Caso considerar que, em consequência das restrições estabelecidas neste Acordo, estiver sendo colocado em posição não equitativa em relação a um terceiro país, o Governo brasileiro poderá solicitar consultas com o Governo dos Estados Unidos, com vistas a serem adotadas as medidas corretivas pertinentes, tais como uma justa modificação do Acordo.

FRAUDE

17. Ambos os Governos poderão adotar as medidas que considerarem necessárias para evitar a fraude a este Acordo, em conformidade com o artigo oitavo do Acordo sobre Comércio Internacional de Têxteis.

ARTIGO TERCEIRO DO ACORDO SOBRE O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE TÊXTEIS

18. Durante a vigência deste Acordo, o Governo dos Estados Unidos não invocará os procedimentos previstos no artigo terceiro do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis para solicitar consultas com o fim de restringir exportações de têxteis de algodão, lã e fibras sintéticas, e produtos de têxteis compreendidos neste Acordo, do Brasil para os Estados Unidos. Cada Governo reserva seus direitos, nos termos do Acordo sobre o Comércio Internacional de Têxteis, com respeito a têxteis e produtos de têxteis não incluídos neste Acordo.

SISTEMA DE VISTOS

19. Ambos os Governos concordam em continuar com o sistema de vistos atualmente em processo de revisão.

CÓDIGO HARMONIZADO DE MERCADORIAS

20. Ambos os Governos reconhecem que a adoção do Código Harmonizado de Mercadorias pelo Governo dos Estados Unidos poderá resultar em algumas modificações no sistema de categorias de produtos têxteis dos Estados Unidos, cobertas por este Acordo. Se tais modificações se efetivarem durante a vigência deste Acordo, ambos os Governos consultarão com vistas a obter solução satisfatória as questões referentes às categorias cobertas neste Acordo. Se não houver solução satisfatória, o Governo dos Estados Unidos reservar-se-ão o direito de proceder aos ajustes nos Anexos A e B que forem necessários para adaptá-los a um novo sistema de categorias e ao Código Harmonizado de Mercadorias. O objetivo desta conversão, por parte do Governo dos Estados Unidos, visará apenas a adequar o atual sistema de categorias e as cotas estabelecidas no Acordo ao Código Harmonizado de Mercadorias, e não a reduzir o comércio global ou de alterar os padrões de comércio de têxteis e vestuário com o Brasil. Entretanto, se tal conversão resultar em diminuição da capacidade do Brasil de exportar com base nas disposições deste Acordo, serão adotadas medidas para manter tal capacidade. As consultas previstas neste parágrafo serão realizadas,

no mais tardar, 90 dias antes da decisão final de adoção do Código Harmonizado de Mercadorias pelo Governo dos Estados Unidos.

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

21. Cada Governo concorda em fornecer ao outro qualquer informação de que dispuser, que efetivamente considerar necessária para a implementação deste Acordo, inclusive informações referentes a fraude.

DIREITO À RESCISÃO DO ACORDO

22. Qualquer um dos Governos poderá rescindir este Acordo, a partir do final de um ano-acordo, mediante comunicação escrita ao outro Governo, pelo menos com 90 dias de antecedência à data do término do ano-acordo em questão.

Se o acima exposto for aceitável por parte do Governo Brasileiro, esta nota e o comunicado de confirmação de Sua Excelência, em nome do Governo brasileiro, constituirão um acordo entre nossos Governos.

A Embaixada dos Estados Unidos da América aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil protestos da mais alta consideração''.

2. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores confirma que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com os termos da nota acima transcrita e que aquela nota e a presente resposta constituem acordo entre ambos os Governos.

Brasília, em 29 de agosto de 1985.

ANEXO A

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	FATOR DE CONVERSÃO	UNIDADE DE MEDIDA
FIO			
– ALGODÃO			
300	Fio de algodão cardado	4,6	LB
301	Fio de algodão penteado	4,6	LB
LÃ			
400	“Tops” e Fios	2,0	LB
FIBRA SINTÉTICA			
600	Texturada	3,5	LB
601	Cont. Celulósico	5,2	LB
602	Cont. não-celulósico	11,6	LB
603	Fiado Celulósico	3,4	LB
604	Fiado não celulósico	4,1	LB
605	Outros fios	3,5	LB
TECIDO			
– ALGODÃO			
310	Listrado	1,0	JD ²
311	Aveludado	1,0	JD ²
312	Veludo cotelê	1,0	JD ²
313	Para lençóis	1,0	JD ²
314	Chita	1,0	JD ²
315	Estampado	1,0	JD ²
316	Para camisas	1,0	UD ²
317	Sarjas e cetinetas	1,0	JD ²
318	Fio tingido	1,0	JD ²
319	Brim	1,0	JD ²
320	Outros Tecidos, N. M.	1,0	JD ²

LÃ

410	Artigos de lã e estame	1,0	YD ²
411	Tapeçarias e estofados	1,0	YD ²
425	Malha	2,0	LB
429	Outros tecidos	1,0	YD ²

FIBRA SINTÉTICA

610	Cont. Celulósico, N.M.	1,0	YD ²
611	Fiado Celulósico, N.M.	1,0	YD ²
612	Cont. não-celulósico, N.M.	1,0	YD ²
613	Fiado não celulósico, N.M.	1,0	JD ²
614	Outros tecidos, N.M.	1,0	JD ²
625	Malha	7,8	LB
626	Felpa e pelo	1,0	JD ²
627	Especiais	7,8	LB

VESTUÁRIO
ALGODÃO

330	Lenços	1,7	DZ
331	Luvas	3,5	DZ/Par
332	Meias	4,6	DZ/Par
333	Paletós de ternos, H e M	36,2	DZ
334	Outros paletós, H e M	41,3	DZ
335	Casacos, Mu, Me e B	41,3	DZ
336	Vestidos (incl. uniforme)	46,3	DZ
337	Conjunto para esporte, praia, banho, jardineiras, macacões de criança, etc.	25,0	DZ
338	Camisas de malha (incl. camisetas, outros tipos e blusões), H e M	7,2	DZ
339	Blusas e camisas de malha (incl. camisetas, outros tipos de blusões), Mu, Me e B	7,2	DZ
340	Camisas, N.M.	24,0	DZ
341	Blusas, N.M.	14,5	DZ
342	Saias	17,8	DZ
345	Suéteres	36,8	DZ
347	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), H e M	17,8	DZ
348	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), Mu, Me e B	17,8	DZ
349	Sutiãs, etc.	4,8	DZ
350	Penhoares, incl. roupões de banho, roupões de praia e guarda-pós	51,0	DZ
351	Pijamas e outras roupas de dormir	52,0	DZ
352	Roupe interior (incl. ceroulas inteiras)	11,0	DZ
353	Casacões e casacos acolchoados, jaquetas, coletes, H e M	41,3	DZ
354	Casacões e casacos acolchoados, jaquetas, coletes, Mu, Me e B	41,3	DZ
359	Outras roupas	4,6	LB

LÃ

431	Luvas	2,1	DZ/Par
432	Meias	2,8	DZ/Par
433	Paletós de terno, H e M	36,0	DZ
434	Outros Paletós, H e M	54,0	DZ
435	Casacos, Mu, Me e B	54,0	DZ
436	Vestidos	49,2	DZ
438	Camisas e blusas de malha	15,0	DZ

H e M — Para homens e meninos.

Mu, Me e B — Para mulheres, meninas e bebês.

N.M. — Não de malha

440	Camisas e blusas, N. M.	24,0	DZ
442	Saias	18,0	DZ
443	Ternos, H e M	54,0	DZ
444	Costumes, Mu, Me e B	54,0	DZ
445	Suéteres, He M	14,88	DZ
447	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), H e M	18,0	DZ
448	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), Mu, M e B	18,0	DZ
459	Outras roupas de lã	2,0	LB

FIBRA SINTÉTICA

630	Lenços	1,7	DZ
631	Luvras	3,5	DZ
632	Meias	4,6	DZ/Par
633	Paletós de terno, H e M	36,2	DZ
634	Outros Paletós, H e M	41,3	DZ
635	Casacos, Mu, Me e B	41,3	DZ
636	Vestidos	45,3	DZ
637	Conjuntos para esporte, praia, banho, etc.	21,3	DZ
638	Camisas de malha (incl. camisetas), H e M	18,0	DZ
639	Camisas e blusas de malha (incl. camisetas), Mu, Me e B	15,0	DZ
640	Camisas, N.M.	24,0	DZ
641	Blusas N.M.	14,5	DZ
642	Saias	17,8	DZ
643	Ternos, H M	54,0	DZ
644	Costumes, Mu, M e B	54,0	DZ
645	Suéteres, H e M	36,8	DZ
646	Suéteres, Mu, Me e B	36,8	DZ
647	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), H e M	17,8	DZ
648	Calças compridas, slacks e shortes (exteriores), Mu, Me e B	17,8	DZ
649	Sutiãs, etc.	4,8	DZ
650	Penhoares, incl. roupões de banho e roupões de praia	51,0	DZ
651	Pijamas e outras roupas de dormir	52,0	DZ
652	Roupa interior	16,0	DZ
653	Casacões e casacos acolchoados, jaquetas, coletes, H e M	41,3	DZ
654	Casacões e casacos acolchoados, jaquetas, coletes, Mu, Me e B	41,3	DZ
659	Outras roupas	7,8	LB

ANEXO B

UNIDADE	ANO-ACORDO			
	1/4/85 31/3/86	1/4/86 31/3/87	1/4/87 31/3/88	
TOTAL	JD ²	240.000.000	269.000.000	289.000.000
CATEGORIA				
330/301	LB	8.383.217	8.886.210	9.419.383
310/318	JD ²	3.000.000	3.180.800	3.370.800
313	JD ²	30.000.000	31.800.000	33.708.000
315	JD ²	13.500.000	14.310.000	15.168.600
317	JD ²	12.250.000	12.985.000	13.764.100
319	JD ²	10.000.000	10.600.000	11.236.000
334/335	DZ	68.000	72.080	76.405

– SUBCOTA VELUDO

COTELLÉ		(13.600)	(14.416)	(15.281)
336	DZ	35.000	37.100	39.326
337	DZ	98.000	103.880	110.113
338/9	DZ	525.000	556.500	589.890
347/8	DZ	450.000	477.000	505.620

SUBCOTA VELUDO

COTELLÉ		(90.000)	(95.400)	(101.124)
350	DZ	60.000	63.600	67.416
352	DZ	350.000	371.000	393.260
359/659	JD ²	5.500.000	5.830.000	6.179.800
361	U	450.000	477.000	505.620
363	U	13.500.000	14.310.000	15.168.600
369 (PT)	LB	600.000	636.000	674.160

PANO DE PRATO

445/446	DZ	64.000	64.640	65.286
604	LB	450.000	477.000	505.620
614	JD ²	5.000.000	5.300.000	5.618.000
638/639	DZ	200.000	212.000	224.720
647/648	DZ	450.000	477.000	505.620
666	LB	1.600.000	1.696.000	1.797.760
669 (PT)	LB	2.000.000	2.120.000	2.247.200

– BOLSAS DE POLIPROPILENO

ACESSÓRIOS E DIVERSOS

– ALGODÃO

360	Fronhas		1,1	U
361	Lençóis		6,2	U
362	Colchas e acolchoados		6,2	U
363	Toalhas de pelo e felpa		0,5	U
369	Outros artigos de algodão		4,6	LB

– Lã

464	Cobertores e Mantas		1,3	LB
465	Carpets		0,1	Pés ²
469	Outros artigos de lã		2,0	LB

– FIBRA SINTÉTICA

665	Carpets		0,1	Pés ²
666	Outros acessórios		7,8	LB
669	Outros artigos de fibra sintética		7,8	LB
670	Malas, pastas, bolsas		2,0	LB

brasil e canadá assinam acordo para desenvolvimento da aqüicultura

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Canadá, sobre projeto de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Aqüicultura no Brasil, assinado, através de troca de Notas, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de julho de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olvao Setúbal, e pelo Encarregado de Negócios do Canadá, Normano Villeneuve.

A Sua Excelência o Senhor NORMANO VILLENEUVE
Encarregado de Negócios do Canadá.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota B-110, da data de 31 de julho de 1985, de Vossa Excelência, cujo teor em português é o seguinte:

"Excelência,

Com referência à Nota Verbal nº DCOPT/DCS/05/644 (B46) (B10), de 2 de fevereiro de 1983, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, bem como ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 2 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e nos termos do Artigo II do Acordo supramencionado, o seguinte Ajuste Complementar, tendo por objetivo um projeto de cooperação técnica com vistas ao desenvolvimento da aqüicultura do Brasil. Este Ajuste Complementar está em conformidade com os termos do Acordo de Cooperação técnica, exceto quanto à responsabilidade do custeio das diárias do pessoal canadense em trabalho no Brasil por períodos inferiores a 30 dias de cada vez, responsabilidade esta a ser assumida pelo Governo do Canadá, conforme previsto no presente Ajuste.

I

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canadense para o desenvolvimento Internacional (doravante denominada DICA) como agência responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. A CIDA designa o "Departamento Of Fisheries and Oceans" (doravante denominado DFO) como agência responsável pela execução deste projeto, em seu nome.

II

O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) A Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (doravante denominada SUBIN) como agência responsável pela verificação do cumpri-

mento das obrigações decorrentes deste Ajuste Complementar;

- b) a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca do Ministério da Agricultura (doravante denominada SU-DEPE) como responsável pela coordenação da implementação deste projeto, em seu nome; e
- c) o Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura (doravante denominado CEPTA) como agência responsável pela operação cotidiana e administração da contrapartida do projeto.

III

Os objetivos deste projeto são os de contribuir para o desenvolvimento da tecnologia de aqüicultura e da capacidade institucional do CEPTA e serão alcançados mediante a execução das seguintes atividades:

- a) estágios práticos de cientistas brasileiros no Canadá e no Panamá;
- b) programas de pesquisa e de treinamento e serviços de consultoria prestados por especialistas canadenses no Brasil;
- c) fornecimento dos equipamentos, produtos químicos, livros e periódicos necessários.

IV

Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte:

- a) aproximadamente dezoito (18) homens/mês para treinamento no Canadá e no Panamá e aproximadamente cinquenta e quatro (54) homens/mês de serviços didáticos, de pesquisa e de consultoria no Brasil;
- b) instalações, equipamento, material e provisões necessários ao programa de treinamento no Canadá, de acordo com as normas da CIDA;
- c) custeio das passagens aéreas internacionais e domésticas, ajudas de custo e outros benefícios para estagiários brasileiros no Canadá e no Panamá, de acordo com as normas da CIDA;
- d) custeio das passagens aéreas internacionais, salários e ajudas de custo para especialistas canadenses que venham ao Brasil desenvolver pesquisas, ministrar treinamento ou fornecer serviços de consultoria, incluindo as diárias para pessoal canadense em trabalho no Brasil por períodos inferiores a 30 dias de cada vez;
- e) equipamentos e material selecionados, essenciais à concretização do projeto;
- f) os serviços do DFO, o qual agirá como agência respon-

sável pela administração, gerência e implementação do projeto.

2. Fica acordado que o total da contribuição canadense não ultrapassará a Cdn\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil dólares canadenses), incluindo os custos da administração do projeto pelo DFO e os da avaliação por parte da CIDA.

V

1. Como contribuição a este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em fornecer, em tempo hábil, o seguinte:

- a) não mais de três (3) cientistas para treinamento no Canadá e aproximadamente dez (10) técnicos de aquicultura brasileiros para treinamento no CEPTA, segundo os termos do projeto, bem como salários regulares e benefícios para quaisquer desses funcionários do Governo brasileiro durante os respectivos períodos de treinamento;
- b) um coordenador de projeto (homólogo), cientistas (homólogos), técnicos e pessoal de manutenção;
- c) complementação de diárias, caso necessário, para os técnicos brasileiros em treinamento no Canadá e no Panamá;
- d) acomodações mobiliadas adequadas ou diárias para o pessoal canadense em trabalho no projeto no Brasil por períodos superiores a 30 dias de cada vez;
- e) equipamentos e materiais a serem usados durante o projeto no Brasil;
- f) transporte dos equipamentos e materiais do ponto de entrada no Brasil até o ponto de destino, bem como qualquer outro transporte local essencial, tanto de material quanto de pessoal;
- g) locais e material de escritório, serviços de secretaria e serviços de tradução, quando necessários, para o pessoal canadense do projeto no Brasil;
- h) acesso a tanques de criação, laboratórios e trituradores de ração;
- i) serviços de extensão e de informação para tornar os resultados no projeto disponíveis a todas as instituições de pesquisa em aquicultura e aos cidadãos em geral, incluindo os produtores de baixa renda, quer efetivos ou em potencial;
- j) mecanismos de comercialização a baixo custo das espécies de peixes e das rações para peixes desenvolvidos através do projeto;
- l) qualquer outra forma de apoio não especificada sob a contribuição canadense no Artigo IV deste Ajuste

Complementar e necessária à execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, custos de treinamento, equipamento, material e transporte (excluindo, porém, o valor das instalações existentes) é estimada no valor de Cdn\$ 782.000,00 (setecentos e oitenta e dois mil dólares canadenses), a ser efetuada em cruzeiros à taxa de câmbio em vigor nas datas de cada desembolso.

VI

O presente projeto deverá ter duração de aproximadamente três anos, a partir da data da assinatura do presente Ajuste Complementar. Se, ao término daquele período, o projeto não houver sido completado conforme previsto no presente Ajuste Complementar, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes.

VII

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil complementaram o presente Ajuste Complementar pela edição de um Plano de Operações pormenorizado, aqui incluído como Anexo "A". Esse plano de Operações possui as seguintes características:

- a) fornece descrição pormenorizada do projeto;
- b) delinea os métodos e os meios a serem utilizados na implementação do projeto;
- c) designa as pessoas responsáveis pela execução do projeto, em nome do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) define as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como as respectivas contribuições financeiras;
- e) inclui um cronograma de execução e de desembolso aproximado pelo período de duração do projeto;
- f) especifica o período em que a avaliação mencionada no Artigo VIII, parágrafo 4, deverá ser efetuada, bem como os meios a serem utilizados para essa avaliação.

VIII

1. O DFO trabalhará em estreita cooperação com o CEPTA na seleção de treinandos, na organização de viagens e na escolha das acomodações necessárias aos cientistas canadenses e aos cientistas brasileiros em treinamento, no acompanhamento da evolução das atividades do projeto, no planejamento e na implementação do treinamento e das atividades de pesquisa e na instalação dos equipamentos no Brasil.

2. A CIDA fornecerá à SUBIN, à SUDEPE e ao CEPTA os relatórios de acompanhamento do projeto, a serem preparados semestralmente pelo DFO.

3. O DFO e a CIDA farão revisões anuais dos progressos obtidos até então.

4. A avaliação final do projeto será realizada conjuntamente pela CIDA e pela SUBIN, de acordo com processo a ser acordado entre as partes.

5. Ao término do projeto, o CEPTA concorda em fornecer ao DFO carta confirmando que o projeto foi completado de acordo com os termos do Plano de Operações (Anexo "A").

IX

1. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

2. O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado da maneira prescrita pelo Acordo de Cooperação Técnica de 2 de abril de 1975, notadamente por troca de notas diplomáticas entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil. O Anexo "A" ao presente Ajuste, no entanto, poderá ser emendado pela simples troca de cartas entre a CIDA e o CEPTA.

X

O Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil deverão assegurar a devida diligência e eficiência no cumprimento deste Ajuste Complementar e cada uma das Partes deverá fornecer à outra, na medida do possível, todas as informações pertinentes que vierem a ser solicitadas.

XI

Qualquer comunicação, administrativa ou outra, a ser transmitida pelo Governo da República Federativa do Brasil ao Governo do Canadá ou vice-versa, relativamente ao projeto objeto deste Ajuste Complementar, deverá ser efetuada por escrito, certificando-se uma das Partes de que seja devidamente recebida pela outra Parte quando entregue em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma e dirigida aos endereços abaixo relacionados:

Para o Brasil:

— Centro de Pesquisa e Treinamento em Aqüicultura —
CEPTA
Rodovia Brigadeiro Faria Lima, Km 65
13630 — Pirassununga (SP)
Brasil

Para o Canadá:

— The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy

SES — Avenida das Nações, Lote 16
70410 — Brasília (DF)
Brasil

XII

O presente Ajuste Complementar cancela qualquer outro Acordo anterior, verbal ou escrito, relativamente ao projeto descrito no Artigo III do presente Ajuste Complementar entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos Artigos I a XII, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir Ajuste Complementar entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

acordo brasil-paraguai para isenção da taxa de melhoramento de portos

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Paraguai, para isenção da taxa de melhoramento de portos para mercadorias destinadas ao Paraguai em trânsito pelo território brasileiro, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de agosto de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Carlos Augusto Saldívar,
Ministro das Relações Exteriores da
República do Paraguai.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me aos entendimentos relativos à isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para mercadorias destinadas ao Paraguai, ou procedentes desse País, em trânsito pelo território brasileiro.

2. Dentro do espírito de fraterna cooperação que rege as relações entre o Brasil e o Paraguai, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo brasileiro houve por bem conceder a isenção da Taxa de Melhoramento de Portos às referidas mercadorias, nas hipóteses de que tratam os Convênios para o Estabelecimento, no Brasil de Entrepósitos de Depósito Franco de Mercadorias Importadas e Exportadas pelo Paraguai.

3. A presente nota e a de resposta de Vossa Excelência constituem um Acordo entre nossos dois Governos, o qual entrará em vigor a partir desta data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

os acordos entre o brasil e o uruguai

Durante a visita do Chanceler brasileiro ao Uruguai, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e o Ministro Uruguio das Relações Exteriores, Enrique Iglesias, assinaram, em Montevidéu, em 14 de agosto de 1985, os seguintes atos bilaterais: Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, para cooperação no campo das comunicações; Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, para cooperação no campo da metrologia, normalização e controle de qualidade industrial, Protocolo Adicional ao Convênio Cultural na Área do Ensino Superior; Protocolo de Intenções sobre Assuntos Culturais, Científicos, Técnicos e Tecnológicos; Acordo, por troca de Notas, que atribui à subcomissão de Expansão Comercial a incumbência de servir de foro para consultas bilaterais em matéria de intercâmbio comercial; Acordo, por troca de Notas, para criação de uma Subcomissão para o desenvolvimento conjunto de zonas fronteiriças; Acordo, por troca de Notas, para criação de uma Subcomissão de cooperação científica, técnica e tecnológica; Acordo, por troca de Notas, para criação de uma Subcomissão de cooperação cultural; Acordo, por troca de Notas, que constitui a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguaia; e Memorandum de Entendimento relativo ao Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e ao Protocolo para o aproveitamento dos recursos hídricos do trecho limítrofe do rio Jaguarão.

ajuste complementar sobre cooperação no campo das comunicações

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai,

Em conformidade com os princípios enunciados no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, concluído em 12 de junho de 1975,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Estabelecer, por meio do presente Ajuste, um mecanismo de cooperação no campo das comunicações.

ARTIGO II

O Governo da República Federativa do Brasil designa como responsável pela execução do presente Ajuste o Ministério das Comunicações, e o Governo da República Oriental do Uruguai designa, com a mesma finalidade, a Administração Nacional de Telecomunicações — ANTEL.

ARTIGO III

A cooperação mencionada no Artigo I se desenvolverá em áreas afins de competência das entidades designadas no Artigo II, mediante:

- a) intercâmbio de experiências e/ou
- b) prestação de serviços técnicos.

As Partes se comprometem a facilitar às entidades designadas as autorizações necessárias ao intercâmbio das pessoas vinculadas a este Ajuste.

ARTIGO IV

1. O Ministério das Comunicações do Brasil designará as empresas às quais confiará a execução de cada projeto ou programa, decorrente da aplicação do presente Ajuste.

2. O Ministério das Comunicações deverá assegurar que as empresas às quais seja confiada a execução dos projetos e/ou programas decorrentes da aplicação do presente Ajuste forneçam pessoal com a qualificação necessária.

3. A ANTEL deverá fornecer o pessoal da contrapartida com a qualificação necessária à execução dos projetos e/ou programas decorrentes da aplicação do presente Ajuste.

ARTIGO V

As duas Partes acordam em iniciar a cooperação prevista por este Ajuste por meio das seguintes atividades:

- a) controle de qualidade e testes em fábricas de centrais digitais completas;
- b) estudos de otimização da rede de centrais digitais de Montevideú;
- c) capacitação em sistemas de comunicações óticas desenvolvidas pela TELEBRÁS e
- d) capacitação operacional em centrais AXE.

ARTIGO VI

1. Para a execução do item "a" do Artigo V, a ANTEL adotará as medidas contratuais necessárias a permitir que o Ministério das Comunicações, através de suas empresas, execute, em seu nome, o controle de qualidade e testes, em fábrica, de centrais completas.

1.1— Relativamente ao controle de qualidade, serão emitidos Certificados de Inspeção em Fábrica — CIF;

1.2— Sobre os testes de centrais completas em fábrica, serão emitidos relatórios de testes.

2. Os estudos objetos do item "b" do Artigo V, serão executados com base nas informações fornecidas pela ANTEL.

3. Quanto aos itens "c" e "d" do Artigo V, o Ministério das Comunicações do Brasil apresentará um programa adequado para capacitação em comunicações óticas e em centrais AXE. A capacitação operacional em centrais AXE terá caráter complementar àquela a ser realizada em fábrica.

ARTIGO VII

1. As duas Partes acordam que, em época oportuna, a cooperação poderá, além do disposto no Artigo V, cobrir outras modalidades, de forma a permitir um maior intercâmbio de experiências e/ou prestação de serviços técnicos.

2. Para tanto, as Partes estabelecerão um Programa de Trabalho, de preferência anual, em uma ou mais das seguintes áreas:

- a) intercâmbio de experiência
 - gerência de operações;
 - organização gerencial;
 - capacitação de pessoal em telecomunicações;
 - controle e avaliação de projetos.
- b) prestação de serviços técnicos
 - telefonia rural;
 - comunicações por satélites;
 - comunicações de dados;
 - planejamento e controle, planejamento técnico, planejamento operacional;

- sistema normativo de materiais, equipamentos e serviços;
- estudos para ampliação e modernização de planta externa.

3. Estas listas poderão ser ampliadas a critério das entidades designadas pelo Artigo II.

ARTIGO VIII

1. No que se refere ao intercâmbio de experiências previsto no item "a" do Artigo VII do presente Ajuste, cada administração será responsável pelos gastos de transporte e estada decorrentes do envio do seu pessoal.

2. Os gastos necessários à prestação dos serviços técnicos previstos no item "b" do Artigo VII do presente Ajuste deverão ser objeto de negociação, caso a caso, entre as entidades designadas no Artigo II do presente Ajuste.

ARTIGO IX

As partes assumirão a responsabilidade civil por danos que possam resultar de atos praticados por seus funcionários em missão, exceto em casos de ilícitos.

ARTIGO X

As duas Partes procurarão incentivar o comércio bilateral de equipamentos e serviços na área das telecomunicações, para o qual manterão um adequado intercâmbio de informações por via diplomática.

ARTIGO XI

As entidades designadas no Artigo II se comprometem a não divulgar a terceiros, sem mútuo consentimento, os documentos que lhes sejam enviados na aplicação do presente Ajuste, assim como os resultados das investigações científicas e tecnológicas obtidos em decorrência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do presente Ajuste.

ARTIGO XII

Com referência aos procedimentos necessários à execução dos projetos e/ou programas, serão adotadas, de comum acordo, as normas e regulamentos internacionais reconhecidos, utilizados em ambos os países.

ARTIGO XIII

1. No caso em que as Partes se vejam impedidas, por motivos de força maior, de cumprir com as obrigações derivadas do presente Ajuste, a aplicação do mesmo será suspensa pelo prazo que for necessário.

2. A suspensão da aplicação do presente Ajuste será comunicado por via diplomática, sem prejuízo das obrigações contraídas pelas entidades designadas naquilo que for pertinente.

ARTIGO XIV

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até que uma das Partes decida denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia será efetivada sessenta dias após o recebimento da notificação, por via diplomática.

Feito em Montevidéu, aos 14 dias do mês de agosto de 1985, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Olavo Egydio Setúbal

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI
Enrique Iglesias

ajuste complementar sobre cooperação no campo de metrologia, normalização e controle de qualidade industrial

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República Oriental do Uruguai,

Inspirados no desejo de desenvolver a cooperação científica e técnica, com base no Artigo I, item 2, do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmando em Rivera, a 12 de junho de 1975, e reconhecendo a importância da metrologia, normalização e controle de qualidade para o desenvolvimento industrial,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federativa do Brasil designa como entidade responsável pela execução do presente Ajuste o Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), por intermédio do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), e o Governo da República Oriental do Uruguai, designa, com a mesma finalidade, o Ministério da Indústria e Energia, por intermédio da Diretoria de Metrologia Legal (DIMEL).

ARTIGO II

A STI e a DIMEL concordam em intensificar a cooperação em matéria de metrologia legal, industrial, e científica, normalização técnica e qualidade industrial, abrangendo os seguintes aspectos:

- a) legislação;
- b) capacitação nas áreas administrativas e técnico-operacionais;
- c) assistência técnica.

ARTIGO III

A STI, através do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO, e a DIMEL utilizarão, dentre outras, as seguintes modalidades de cooperação:

- a) intercâmbio de técnicos;
- b) troca de informações e experiências;
- c) realização de conferências e seminários

ARTIGO IV

A execução do presente Convênio será realizada de conformidade com um programa de trabalho a ser estabelecido de comum acordo pelas Partes.

ARTIGO V

Os recursos financeiros necessários à execução do programa de cooperação técnica poderão ser concedidos pelo Governo do Brasil, devendo corresponder, caso necessário, a uma contrapartida do Governo do Uruguai, principalmente para o equipamento necessário à Diretoria de Metrologia Legal, do Uruguai.

ARTIGO VI

1. O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e terá uma vigência inicial de dois anos, sendo renovado, tacitamente, por períodos iguais e sucessivos, a menos que qualquer das Partes decida denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito 60 (sessenta) dias depois de recebida a notificação, por via diplomática.

2. O presente Ajuste poderá ser modificado, de comum acordo entre as Partes.

3. O término da vigência do presente Ajuste não afetará a execução dos programas e projetos em andamento, salvo se as Partes dispuseram de forma diversa.

Feito em Montevidéu, aos 14 dias do mês de agosto de 1985, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:

Olavo Egydio Setúbal

protocolo adicional ao convênio cultural na área do ensino superior

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai,

Em conformidade com os princípios anunciados no convênio cultural, concluído em 28 de dezembro de 1956, e

Considerando que os dois Governos desejam favorecer o desenvolvimento de programas de cooperação interuniversitária,

Considerando que o intercâmbio universitário é uma das maneiras mais proícuas de estimular o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Acordo tem por objetivo, sem prejuízo dos Convênios firmados diretamente entre as instituições de ensino superior e/ou outras entidades interessadas de ambos os países:

- a) formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- b) o intercâmbio de informações e experiências;
- c) o incremento da produção científica;
- d) o ensino da língua portuguesa e literatura brasileira no Uruguai, bem como o ensino da língua espanhola e literatura uruguaia no Brasil.

2. Os objetivos acima enumerados são implementados mediante Convênios firmados diretamente entre as instituições de ensino superior interessadas dos dois países.

ARTIGO II

Os objetivos estabelecidos no artigo I serão alcançados através de atividades que compreendem:

- a) intercâmbio de docentes e pesquisadores para realização de cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu* em instituições de ensino superior;
- b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa, de docentes e de pesquisadores, de curta ou longa duração para desenvolvimento de atividades acordadas previamente entre instituições de ensino superior;

- c) elaboração e execução conjunta de projeto de pesquisas, nas áreas listadas no anexo I;
- d) troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente.

ARTIGO III

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, através dos seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação, envidarão esforços para apoiar, na medida do possível, as atividades consoantes com o Artigo II que resultarem dos entendimentos diretos entre as instituições de ensino superior, através de recursos próprios e/ou das contribuições dos respectivos Governos ao FIEMCIECC da Organização dos Estados Americanos, ou através de recursos provenientes de outros Organismos de Cooperação Técnica Internacional.

ARTIGO IV

Sempre que houver acordo entre as instituições envolvidas, as despesas decorrentes dos programas acima mencionados poderão assim ser discriminadas:

- a) cada país se responsabilizará pelos gastos de transporte e remuneração resultantes do envio de seu pessoal técnico, docente e de pesquisa;
- b) os gastos de estada ficarão a cargo do país onde o docente desenvolverá a sua atividade acadêmica;
- c) os Governos da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai poderão, sempre que julgarem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais para o financiamento dos projetos a se realizarem no quadro do presente Protocolo;
- d) a remuneração dos professores de língua e literatura, de uma e de outra Parte, será acordada mutuamente pelos dois países.

ARTIGO V

O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura, e terá vigência até que uma das Partes decida denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia será efetivada sessenta dias após o reconhecimento da notificação, por via diplomática. A denúncia não prejudicará o programa de trabalho já acordado em curso.

Feito em Montevidéu, aos 14 dias do mês de agosto de 1985, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil

Olavo Egydio Setúbal

Pelo Governo da República
Oriental do Uruguai

Enrique Iglesias

ANEXO I

As áreas estabelecidas para a execução de projeto de pesquisa técnico-científica são as seguintes:

- 1 — ciências básicas
- 2 — informática
- 3 — ciências econômicas
- 4 — ciências sociais
- 5 — relações internacionais
- 6 — ciências agrícolas
- 7 — ciências médicas
- 8 — tecnologia

Esta lista poderá ser ampliada a critério das entidades designadas no Artigo III

protocolo de intenções sobre assuntos culturais, científicos, técnicos e tecnológicos

Os Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai;

Tendo presentes os parágrafos da Declaração Conjunta, firmada nesta mesma data, pelos Presidentes de ambos os países, relativos à cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica;

Registrando, com satisfação, os acordos celebrados, também nesta mesma data, para a criação da Subcomissão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguaia, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975;

Reconhecendo a importância e o significado para as relações bilaterais dos programas de cooperação desenvolvidos no quadro do Convênio Cultural de 28 de dezembro de 1956 e do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 12 de junho de 1975;

E, tendo em vista as manifestações de interesse de diferentes órgãos oficiais e instituições autônomas dos dois países em concertar novos programas de cooperação cultural, científica, técnica e tecnológica,

Coincidem na intenção de promover, nos marcos institucionais competentes, a realização de programas de cooperação nas seguintes áreas:

- cultivo de soja;
- irrigação na cultura de arroz;
- formação, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico;
- meteorologia;
- hidrografia e topografia;
- arquitetura e urbanismo;
- mineração e geologia;
- transporte e viação;
- comércio exterior;
- energia, fontes alternativas, sistemas de distribuição e eletrificação rural;
- indústrias e propriedade industrial;
- planejamento de sistemas de informação tecnológica e treinamento de recursos humanos;
- ensino;
- informática;
- formação e capacitação técnica e profissional;
- armazenamento e comercialização de alimentos;
- teatro;
- fomento ao livro e intercâmbio de publicações;
- museus e restauração

Feito em Montevideu, aos 14 dias do mês de agosto de 1985, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:
Olavo Egydio Setúbal

Pelo Governo da República
Oriental do Uruguai
Enrique Iglesias

acordo que atribui à subcomissão de expansão comercial a incumbência de servir de foro para consultas bilaterais em matéria de intercâmbio comercial

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Enrique Iglesias,
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai

Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência atribuir à Subcomissão de Expansão Comercial, da Comissão Geral de Coordenação, prevista no artigo III do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, celebrado entre nossos dois países em 12 de junho de 1975, a incumbência de servir de foro para consultas bilaterais em matéria de intercâmbio comercial.

2. No entendimento de que ambos os Governos reconhecem a necessidade de mecanismos que permitam melhor conhecimento recíproco das potencialidades dos dois países, a Subcomissão de Expansão Comercial terá a seu encargo a discussão de temas sobre o comércio de bens, inclusive agropecuários.

3. A Subcomissão de Expansão Comercial terá igualmente competência para examinar outras áreas de cooperação econômico-comercial, inclusive serviços.

4. A fim de assegurar maior eficiência aos trabalhos, a Subcomissão de Expansão Comercial reunir-se-á todos os anos, preferivelmente no mês de abril. Sua agenda será acordada entre nossos dois Governos, por via diplomática.

5. A presente Nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

acordo para criação de uma subcomissão para o desenvolvimento conjunto de zonas fronteiriças

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Enrique Iglesias,
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a criação de uma Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguia, instituída pelo Tratado

de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975.

2. A Subcomissão examinará, dentre outros aspectos do tema que lhe é cometido, as possibilidades de cooperação em campos tais como os da integração física, da complementação econômica e do desenvolvimento social.

3. Os dois Governos poderão indicar à Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguia os termos de referência para as tarefas da mencionada Subcomissão, tendo presente a existência de outros mecanismos institucionais de cooperação bilateral suscetíveis de serem também empregados para a consecução dos objetivos que se propõem.

4. A presente nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

acordo para criação de subcomissão de cooperação científica, técnica e tecnológica

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Enrique Iglesias,
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a criação de uma Subcomissão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguia, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 12 de junho de 1975.

2. Competirão à Subcomissão as funções referidas no parágrafo primeiro do Artigo IV do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado pelos dois Governos em 12 de junho de 1975.

3. A presente nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

acordo para criação de subcomissão de cooperação cultural

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Enrique Iglesias,
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da nota de Vossa Excelência, datada de 14 de agosto de 1985, cujo inteiro teor é o seguinte.

“Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência a criação de uma Subcomissão de Cooperação Cultural, no âmbito da Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguia, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 12 de junho de 1975.

Caberá à Subcomissão a análise dos temas de natureza cultural, dentro dos princípios enunciados no Artigo XIX daquele Tratado.

A presente nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

acordo que constitui a comissão geral de coordenação brasileiro-uruguia

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Enrique Iglesias
Ministro das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai

Senhor Ministro,

Tenho a honra de manifestar a Vossa Excelência a disposição do Governo brasileiro de constituir a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro-Uruguia instituída pelo Artigo III do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em 12 de junho de 1975, que “terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes”.

2. Por via diplomática, e no prazo de trinta dias, os Governos estabelecerão o número de delegados permanentes das Seções Nacionais de cada parte, conforme os parágrafos 1 e 2 daquele Artigo, e designarão seus respectivos representantes.

3. As Seções Nacionais serão presididas pelos Ministros das Relações Exteriores de cada país.

4. Todos os integrantes das Seções Nacionais terão alternos correspondentes, designados da mesma forma que os titulares.

5. Os Ministros de Estado que, no exercício de seus cargos, tenham competência direta em assuntos sob consideração da Comissão Geral de Cooperação poderão ser convidados a participar, como membros de pleno direito, no tratamento específico dos temas afetos a suas funções.

6. A Comissão será instalada no prazo de trinta dias a partir da constituição das respectivas seções nacionais.

7. Nos termos do parágrafo 3 do Artigo III do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, “o regulamento da Comissão será redigido pela própria Comissão e aprovado pelos dois Governos por Troca de Notas”. Esse regulamento deverá ser elaborado e apresentado para aprovação de ambos os Governos no prazo de sessenta dias a contar da instalação da Comissão.

8. As Seções Nacionais serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores dos países que representam. Cada Governo designará um Secretário de sua Seção Na-

cional, que manterá contatos diretos de trabalho com seu homólogo do outro país, a fim de assegurar, quando necessário, uma coordenação adequada das ações conjuntas.

9. Todas as despesas relativas às Seções Nacionais correrão por conta dos respectivos Governos.

10. A presente Nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem Acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

memorandum de entendimento relativo ao tratado de cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da bacia da lagoa mirim

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai,

Côncios dos sólidos laços de fraterna amizade e do espírito de cooperação existente entre os dois países;

Determinados a elevarem os padrões de vida das populações fronteiriças, através do desenvolvimento e da integração das regiões limítrofes;

Tendo presente o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Lagoa Mirim);

Animados do espírito e da letra do Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, anexo ao Tratado da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão);

Ressaltando os trabalhos altamente positivos empreendidos pela Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Comissão da Lagoa Mirim) desde sua criação em 1963;

Registrando com satisfação o reinício das atividades da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim e os resultados da reunião por ela realizada nos dias 23 e 24 de julho de 1985;

Considerando o alto significado das obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho limítrofe do Rio Jaguarão, no Passo do Centurião e no Passo de Talavera, que deverão irrigar uma superfície aproximada de 57.200 hectares no Uruguai e de 41.600 hectares no Brasil, bem como gerar energia elétrica e proporcionar outros benefícios permanentes para a região;

Dispostos a evitar que os efeitos negativos da conjuntura econômica atravessada pelas economias de seus dois países, decorrentes de causas indesejadas fora do alcance de um e outro Governo, adiem por mais tempo o início da construção dessas obras;

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Os dois Governos desenvolverão e intensificarão esforços especiais tendentes à execução, tão logo possível, das obras de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos do trecho limítrofe do Rio Jaguarão, no Passo do Centurião e no Passo de Talavera.

2. Como primeira medida com vistas ao cumprimento do parágrafo 1, ambos os Governos incumbem a Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) a atualização dos aspectos pertinentes do projeto Jaguarão.

3. Este Memorandum entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Montevidéu, aos 14 dias do mês de agosto de 1985, em dois originais, em português e espanhol, ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil

Olavo Egydio Setúbal

Pelo Governo da República
Oriental do Uruguai:

Enrique Iglesias

brasil e bolívia assinam acordo para isenção da taxa de melhoramento de portos

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Bolívia, para isenção da taxa de melhoramento de portos para mercadorias destinadas à Bolívia, ou procedentes desse País, em trânsito pelo território brasileiro, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de agosto de 1985, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia, Tomas Guillermo Elío.

A Sua Excelência o Senhor
Tomas Guillermo Elío,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da
República da Bolívia.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para referir-me aos entendimentos relativos à isenção da Taxa de Melhoramento de Portos (TMP) para mercadorias destinadas à Bolívia, ou procedentes desse país, em trânsito pelo território brasileiro.

2. Dentro do espírito de fraterna cooperação que rege as relações entre o Brasil e a Bolívia, levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo Brasileiro houve por bem conceder a isenção da Taxa de Melhoramento de Portos às referidas mercadorias, nas hipóteses de que tratam o Convênio de Trânsito Livre entre o Brasil e a Bolívia e os Convênios para o Estabelecimento, no Brasil, de entrepostos de Depósito Franco de Mercadorias Importadas e Exportadas pela Bolívia.

3. A presente nota e a de resposta de Vossa Excelência, de mesma data, constituem acordo entre nossos Governos, o qual entrará em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

atos bilaterais do brasil com outros países, assinados no terceiro trimestre de 1985, e que não se acham em vigor

República Federal da Alemanha

Convênio Especial sobre Cooperação em inovações para pequenas e médias Empresas Industriais, entre o MIC DO BRASIL e o "Bundesministerium Für Forschung Und Technologie" da Alemanha.

Celebrado em Brasília, a 12 de setembro de 1985.

Argentina

Acordo sobre Transportes Marítimos

Celebrado em Buenos Aires, a 15 de agosto de 1985.

Colômbia

Acordo sobre Sanidade Animal em Área de Fronteira
Celebrado em Bogotá, a 16 de julho de 1985.

Gana

Acordo sobre Criação de Comissão Mista

Celebrado em Brasília, a 5 de julho de 1985.

Índia

Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia

Celebrado em Nova Délhi, a 22 de julho de 1985.

Tchecoslováquia

Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.

Celebrado em Brasília, a 2 de julho de 1985.

Uruguai

1 — Protocolo Adicional ao Convênio Cultural, na Área de Rádio e Televisão.

Celebrado em Montevideú, a 14 de agosto de 1985.

2 — Convênio Zoossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal.

Celebrado em Montevideú, a 14 de agosto de 1985.

3 – Declaração Conjunta

Celebrado em Montevidéu, a 14 de agosto de 1985.

4 – Acordo sobre Carne Bovina

Celebrado em Montevidéu, a 14 de agosto de 1985.

registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o Brasil é parte, ocorridos no terceiro trimestre de 1985

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e protocolo adicional – 1929.

Costa Rica ADERIU

Convenção Internacional para a regulamentação da pesca da baleia – 46

Ilhas Salomão RATIFICOU

Convenção da Organização Meteorológica Mundial – 1947

Ilhas Salomão ADERIRAM

Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio e protocolo final – 1950

Afeganistão ADERIU

Protocolo de emenda da convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, concluído em Varsóvia, a 12.10.1929 – 1955

Costa Rica ADERIU

Centro Internacional de Estudos para a conservação e a restauração dos bens culturais – 1956

Barbados ADERIU

Acordo sobre privilégios e imunidades da AIEA – 1959

Itália ACEITOU

Convenção sobre redução de casos de apátrida – 1961

Países Baixos RATIFICARAM

Níger ADERIU

Convenção complementar à convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional realizado por quem não seja o transportador contratual – 1961

Granada ADERIU

Convenção internacional para a proteção dos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos da radiodifusão – 1961

Peru ACEITOU

Tratado para a proscrição das experiências com armas nucleares na atmosfera, no espaço cósmico e sob a água – 1963

Bangladesh e Ilha Seychelles ADERIRAM

Pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais – 1966

Grécia ADERIU

Convenção sobre trânsito viário – 1968

Noruega e Finlândia RATIFICARAM

Convenção sobre sinalização viária – 1968

Noruega e Finlândia RATIFICARAM

Protocolo que modifica a convenção internacional para a unificação de certas regras em matéria de conhecimento, assinada em Bruxelas, a 25.08.1924 – 1968

Itália RATIFICOU

Convenção de Viena sobre direito dos tratados – 1969

Colômbia RATIFICOU

Países Baixos ADERIRAM

Protocolo adicional à constituição da U.P.U. (Decisões do XVI Congresso da U.P.U.) – 1969

Benin RATIFICOU

Convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais – 1970

Zâmbia RATIFICOU

Convenção para a supressão da captura ilegal de aeronave – 1970

Malásia ADERIU

Convenção sobre substâncias psicotrópicas – 1971

Afeganistão ADERIU

Acordo europeu suplementar à convenção sobre trânsito viário, aberta à assinatura em Viena, a 08.11.68 – 1971

Finlândia RATIFICOU

Acordo europeu suplementar à convenção relativa à sinalização rodoviária, aberta à assinatura em Viena, a 08.11.68 – 1971

Finlândia RATIFICOU

Convenção universal sobre direito de autor (revista em Paris, a 24 de julho de 1971)

Peru ADERIU

Protocolo anexo nº 2 à convenção universal sobre o direito de autor, Revista em Paris, a 24.7.71, relativo à aplicação da convenção às obras de certas organizações internacionais – 1971

Peru ADERIU

Protocolo anexo nº 1 à convenção universal sobre o direito de autor, Revista em Paris, a 24.7.71, à proteção das obras dos apátridas e dos refugiados — 1971
Peru ADERIU

Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil — 1971
Malásia ADERIU

Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção e estocagem de armas bacteriológicas (biológicas) e à base de toxinas e sua destruição — 1972
Bangladesh e Grécia ADERIRAM
Peru RATIFICOU

Tratado sobre a proibição da colocação de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no leito do mar, no fundo do oceano e em seu subsolo — 1972
Grécia, Bangladesh e Peru RATIFICARAM
Seychelles ADERIRAM

Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural — 1972
Hungria ADERIU

Convenção sobre a prevenção da poluição marinha por aliamento de resíduos e outras matérias — 1972
Austrália e Bélgica RATIFICARAM
Sta. Lúcia e Seychelles ADERIRAM

Protocolo sobre marcas rodoviárias, adicional ao acordo europeu suplementar à convenção sobre sinalização rodoviária, aberta à assinatura em Viena, a 08.11.68 — 1973
Finlândia ADERIU

Convenção internacional sobre a eliminação e a repressão do crime do apartheid — 1973
Irã, Rep. Islâmica ADERIU

Convenção sobre a prevenção e a repressão das infrações contra as pessoas que gozam de proteção internacional, inclusive os agentes diplomáticos — 1973
Níger ADERIU

Convenção sobre um código de conduta para conferências marítimas — 1974
Arábia Saudita ADERIU

Convenção relativa à distribuição de sinais portadores de programas transmitidos por satélites — 1974
Panamá e Peru ADERIRAM

Segundo protocolo adicional à constituição da U.P.U. — 1974
Benin RATIFICOU

Convenção relativa ao registro de objetos lançados ao espaço cósmico — 1975
Mongólia RATIFICOU

Protocolo em Montreal nº 4 que modifica a convenção

para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, concluída em Varsóvia, a 12.10.1929 — 1975
Grã-Bretanha, Espanha, Itália e Marrocos RATIFICARAM

Protocolo adicional nº 2 que modifica a convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, concluída em Varsóvia, a 12.10.1929 — 1975
México, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Marrocos e Tunísia RATIFICARAM

Protocolo adicional nº 3 que modifica a convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, concluída em Varsóvia, a 12.10.1929 — 1975
Grã-Bretanha e Itália RATIFICARAM

Protocolo adicional nº 1 que modifica a convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional celebrado em Varsóvia, a 12.10.1929 — 1975
México, Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Marrocos e Tunísia RATIFICARAM

Emendas à convenção sobre a organização marítima consultiva intergovernamental de 1948 (A.358 (IX)) — 1975
Venezuela ACEITOU

Acordo constitutivo do fundo internacional para o desenvolvimento agrícola — 1976
Angola ADERIU

Protocolo adicional às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção de vítimas de conflitos armados internacionais (Protocolo I) — 1977
Senegal RATIFICOU
Vanuatu ADERIU

Protocolo adicional às convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à proteção de vítimas de conflitos armados não-internacionais (Protocolo II) — 1977
Senegal RATIFICOU
Vanuatu ADERIU

Resolução A. 400 (x). Emendas à convenção que instituiu a organização marítima consultiva intergovernamental — 1977
Venezuela ACEITOU

Emenda ao artigo 74 da organização mundial de Saúde — 1978
Catar ACEITOU

Protocolo à convenção sobre o contrato para o transporte internacional de mercadorias por rodovia (CMR) — 1978
Grécia e Suécia ADERIRAM

Constituição da organização da ONU para o desenvolvimento industrial (Unido) — 1979
Comoros, URSS, Alemanha, Rep. Dem., Tchecoslováquia, Ucrânia e Bielorrússia RATIFICARAM
Mongólia ACEITOU
Botswana, Arábia Saudita e Zimbábue ADERIRAM

Acordo relativo às assinaturas de jornais e escritos periódicos – 1979
Indonésia APROVOU
Benin RATIFICOU

Acordo relativo às encomendas postais – 1979
Indonésia e Romênia APROVARAM
Benin e Islândia RATIFICARAM

Acordo relativo ao serviço de vales postais – 1979
Indonésia APROVOU
Benin e Islândia RATIFICARAM

Acordo relativo aos recobros – 1979
Indonésia APROVOU
Benin RATIFICOU

Acordo relativo ao serviço internacional de poupança – 1979
Indonésia APROVOU
Benin RATIFICOU

Acordo relativo às remessas contra reembolso – 1979
Indonésia APROVOU
Benin e Islândia RATIFICARAM

Acordo relativo aos vales postais e bônus postais de viagem – 1979
Indonésia e Romênia APROVARAM
Benin e Islândia RATIFICARAM

Regulamento geral da União Postal Universal – 1979
Indonésia e Romênia APROVARAM
Benin e Islândia RATIFICARAM

Convenção postal universal e atos do XVIII Congresso da UPU – 1979
Indonésia e Romênia APROVARAM
Benin e Islândia RATIFICARAM

Emendas aos artigos 17, 18, 20 e 51 de convenção sobre a organização marítima consultiva intergovernamental (Resolução A.450 (XI)) – 1979
Arábia Saudita e Venezuela ACEITARAM

Convenção internacional contra a tomada de reféns – 1979
Iugoslávia RATIFICOU

Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres – 1979
Itália, Nigéria, Islândia, Zâmbia e Japão RATIFICARAM
São Cristóvão e Nevis ADERIU

Protocolo modificativo da convenção internacional para a unificação de certas regras em matéria de conhecimento de 25.08.24, tal como emendada pelo protocolo de modificação de 23.02.68 – 1979
Itália RATIFICOU

Convenção sobre o reconhecimento de estudos e diplomas relativos ao ensino nos estados da região da Europa – 1979
Chipre RATIFICOU

Convenção sobre proteção física de material nuclear – 1980
Noruega e Brasil RATIFICARAM

Convénio constitutivo do fundo comum para produtos de base – 1980
Bélgica RATIFICOU

Sexto acordo internacional do estanho – 1981
Grécia RATIFICOU

Segundo protocolo adicional à constituição da união postal das Américas e Espanha – 1981
Brasil RATIFICOU

Resoluções do XII Congresso da União Postal das Américas e Espanha – 1981
México ADERIU

Segundo protocolo adicional à constituição da União Postal das Américas e Espanha (UPAE) – 1981
Brasil RATIFICOU

Tratado sobre proteção do símbolo olímpico – 1981
Itália RATIFICOU

Acordo internacional sobre Juta e produtos da Juta – 1982
Bélgica, Luxemburgo e Itália RATIFICARAM

Convenção internacional de telecomunicações (Nairobi, 1982) – 1982
Ilhas Maurício ADERIRAM

Convenção regional sobre o reconhecimento dos estudos e dos certificados, diplomas, graus e outros títulos de ensino superior nos estados da África – 1981
Níger RATIFICOU

Protocolo de emendas à convenção relativa às zonas úmidas de importância internacional, particularmente como “habitats das aves aquáticas” – 1982
Chile e Senegal RATIFICARAM
Paquistão e Suriname ADERIRAM

Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar (III CONFDIMAR) – 1982
Bahreim, Islândia, Togo e Tunísia RATIFICARAM

Estatutos do Centro de engenharia Genética e Biotecnologia – 1983
Senegal, Butão, Reino Unido e Índia RATIFICARAM

Ato constitutivo da rede de informação tecnológica latino-americana (RITLA) – 1983
Nicarágua RATIFICOU

Convenção internacional de madeira tropical – 1983
Suíça RATIFICOU
URSS ACEITOU
Coréia, Rep. da ADERIU

Acordo internacional do açúcar, 1984 – 1984
El Salvador, Índia, Cuba e Zimbábue RATIFICARAM
Finlândia e Tailândia ADERIRAM

Protocolo adicional à convenção internacional para a con-
servação do Atum Atlântico – 1984
Uruguai ADERIU

Protocolo de Genebra sobre a proibição de emprego na
guerra de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios
bacteriológicos – 1985
Bolívia e Peru ADERIRAM

Convênio de criação de um conselho de cooperação adua-
neira – 1950
Nepal ADERIU

Emendas aos artigos 24 e 25 da constituição da Organiza-
ção Mundial de Saúde – 1976
Trindade e Tobago ACEITOU

a libertação dos passageiros do avião da twa sequestrado no líbano

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 19 de julho de 1985:

O Governo brasileiro expressa sua satisfação com o fato de que foram libertados os passageiros seqüestrados do avião da TWA.

O Governo brasileiro reitera sua apreensão diante dos repetidos atos de violência que têm ocorrido no Líbano e que só servem para agravar a difícil crise por que passa aquele país amigo.

É princípio da política externa brasileira a defesa do diálogo e da cooperação como caminhos necessários para a solução de controvérsias. O Governo brasileiro espera que esse espírito possa prevalecer no Oriente Médio, e que situações como a do seqüestro não se repitam.

governo brasileiro repudia violações dos direitos humanos na África do Sul

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 26 de julho de 1985

O Brasil manifesta o seu repúdio às crescentes violações dos direitos humanos na África do Sul, que se refletem na reação generalizada da maioria negra diante de iniquidade do apartheid.

O Brasil condena as medidas de emergência tomadas pelo Governo de Pretória, que procuram impedir o exercício dos direitos da comunidade negra na sociedade sul-africana e, portanto, só contribuirão para agravar ainda mais a deplorável situação.

substituição do presidente do ibc não afeta o apoio do Brasil ao acordo Internacional do café

O Ministério das Relações Exteriores divulgou em Brasília, em 16 de agosto de 1985, o seguinte comunicado à imprensa:

A substituição do Senhor Karlos Rischbieter na presidência do Instituto Brasileiro do Café é um ato administrativo que em nada afeta o apoio que tradicionalmente o Governo brasileiro empresta ao Acordo Internacional do Café e à Organização Internacional do Café.

Ao reafirmar que os compromissos internacionais assumidos serão integralmente preservados, o Governo brasileiro manifesta sua convicção de que o mercado cafeeiro internacional deve seguir o ordenamento que lhe impõem as regras da Organização e que tem assegurado disciplinada oferta e níveis de preços mutuamente aceitáveis para produtores e consumidores.

itamaraty anuncia visita do presidente da França

Comunicado do Ministério das Relações Exteriores, divulgado em Brasília, em 2 de setembro de 1985:

Convidado por Sua Excelência o Senhor José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil, realizará visita oficial ao Brasil, de 14 a 18 de outubro de 1985, Sua Excelência o Senhor Francois Mitterrand, Presidente da República Francesa.

eua abrem investigação sobre o setor de informática no Brasil

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em Brasília, em 7 de setembro de 1985:

O Governo brasileiro lamenta profundamente a decisão

do Governo norte-americano sobre a política de informática do Brasil.

A aplicação da legislação nacional sobre informática atende aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e tecnológico e não implica práticas não aceitáveis de comércio, conforme amplamente exposto pelo nosso Governo no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio—GATT.

O Governo brasileiro confia em que o Governo norte-americano terá presente, na evolução da matéria, os interesses mais amplos do relacionamento bilateral, os quais sempre prevaleceram sobre divergências comerciais ocasionais, e não compreende a posição ora adotada, no momento em que o Brasil desenvolve um intenso esforço para ampliar as suas áreas de comércio internacional e estabilizar sua economia interna.

Itamaraty anuncia encontro dos presidentes José Sarney e Raul Alfonsín

O Itamaraty divulgou em Brasília, em 16 de setembro de 1985, o seguinte Comunicado à imprensa:

O Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney, e o Presidente da República Argentina, Doutor Raul Alfonsín, manterão encontro na fronteira dos dois países, no próximo dia 29 de novembro, a fim de inaugurarem a ponte internacional que liga Porto Meira (Brasil) a Puerto Iguazu (Argentina).

Na oportunidade manterão conversações sobre diversos temas de interesse bilateral e regional.*

* Na seção Notícias, página 132, uma informação sobre a ponte no rio Iguazu, na fronteira Brasil-Argentina.

sarney envia telegrama ao presidente eleito da Itália

Telegrama do Presidente José Sarney ao Presidente-eleito da Itália, Francisco Cossiga, enviado em 19 de julho de 1985:

J'apprends avec la plus vive satisfaction votre election aa la Presidence de la Republic Italienne et je tiens a vous adresser, en cette circonstance si importante, au nom du Brésil et a-titre personnel, mes felicitations les plus chaleureuses.

Je souhaite que les liens profonds d'amitié qui unissent depuis longtemps nos deux pays et nos deux peuples puissent se renforcer davantage. Soyez assure, que de ma part je n'y emploierai pleinement. Je saisis cette occasion pour formuler les voeux les plus sinceres pour le bonheur personnel de votre excellence et la prospérité du noble peuple italien.

José Sarney
President de la Republique
Federative du Brésil

mensagem do governo brasileiro ao presidente do soviete supremo da união soviética

Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente do Soviete Supremo da União Soviética, Andrei Andreievich Gromyko, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética, Eduard Ambrosievich Chevarnadze, enviadas em 3 de julho de 1985:

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

À l'occasion de votre élection comme Président du Présidium du Soviet Suprême de l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques, je vous prie d'agrèer, Excellence, mes plus chaleureuses félicitations et tous mes voeux pour votre bonheur personnel, ainsi que pour la prospérité du peuple soviétique.

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

A l'occasion de votre nomination à la fonction de Ministre des Affaires Etrangères de l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques, je vous prie d'agrèer, Excellence, avec mes vives félicitations, les voeux que je forme pour votre bonheur personnel. Je suis sûr que votre connaissance du Brésil, acquise au cours de votre visite, en avril 1980, à la tête de la première délégation du Soviet Suprême de l'URSS venue à notre pays, sera très utile au perfectionnement des rapports entre le Brésil et l'Union Soviétique. Très haute considération.

presidente brasileiro manda mensagem ao presidente norte-americano

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e da Senhora Marly Sarney à Senhora Nancy Reagan, enviadas em 16 de julho de 1985:

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

I was relieved to learn that surgery you underwent was successful. Please accept my sincere wishes for your prompt and complete recovery.
Best regards,

José Sarney

President of the Federative Republic of Brazil

MENSAGEM DA SENHORA MARLY SARNEY

I would like to tell you how pleased I was to learn that your husband's operations went well. Sharing your concern, I hope he recovers completely very soon.
Sincere regards,

Marly Sarney

governo brasileiro envia mensagem de pesar ao presidente da Itália

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente da Itália, Francisco Cossiga, enviada em 24 de julho de 1985:

Sous la douloureuse impression de la catastrophe qui a frappé cruellement le Val de Fiemme, je tiens à vous exprimer avec mes sentiments personnels de profondes condoléances, le plus vive sympathie et la solidarité émue du Gouvernement et de la Nation Brésilienne en ce moment de tristesse.

o falecimento do presidente da guiana

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente, em exercício, da República Cooperativista da Guiana Hugh Desmond Hoyte, enviada em 7 de agosto de 1985, a propósito do falecimento do Presidente Forbes Burnham:

Neste momento de pesar pelo falecimento do Presidente Forbes Burnham, permita-me oferecer a Vossa Excelência, em nome do povo brasileiro, que recentemente passou por semelhante frustração, e em meu próprio, sentidas condolências. Do mesmo modo, permita-me estender-lhe minha mais sincera expressão de solidariedade para com a Guiana e seu povo, privados de um líder regional de maior importância como o Presidente Burnham. Nesta ocasião, decretei três dias de luto oficial."

mensagem do presidente José Sarney ao presidente Júlio Maria Sanguinetti, ao ingressar no espaço aéreo uruguaio

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti, enviada em 12 de agosto de 1985, ao ingressar no espaço aéreo Uruguaio:

A Sua Excelência o Senhor
Julio Maria Sanguinetti,
Presidente da República Oriental do Uruguai.

Ao entrar no espaço aéreo da fraterna República Oriental do Uruguai, desejo, expressar minha satisfação de dar início à minha primeira viagem oficial ao exterior visitando a cidade de Montevideo, de tão gloriosa história.

2. Estou certo de que nossas conversações aprofundarão a sólida amizade e a proveitosa cooperação entre o Brasil e o Uruguai. Os contatos entre nossos países frutificarão com base em perspectivas e interesses compartilhados. Com satisfação, verifico nossa disposição comum de progresso no aperfeiçoamento das instituições políticas e da retomada do desenvolvimento econômico e social.

3. É animado desse espírito que saúdo Vossa Excelência e o valoroso povo uruguaio, ao qual o povo brasileiro dedica profunda estima e fraternal amizade.

José Sarney

Presidente da República Federativa do Brasil

carta do conselho superior de esporte da África ao presidente José Sarney

Carta do Secretário Geral do Conselho Superior de Esporte da África ao Presidente José Sarney, enviada em 14 de agosto de 1985; e a carta-resposta do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Secretário Geral daquele Conselho, enviada em 27 de agosto de 1985:

CARTA DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Excelência,

O Secretário Geral do Conselho Superior de Esporte da África expressa a Vossa Excelência e a seu Governo sua profunda gratidão pela decisão histórica de encerrar todos os contatos esportivos com o regime de Pretória.

O Senhor Lamine Ba está, indubitavelmente, certo de que esta decisão contribuirá grandemente para compelir a África do Sul racista a considerar seriamente sua política de apartheid, que tem sido censurada e condenada pela comunidade internacional como bárbara e repugnante à declaração de direitos humanos das Nações Unidas e à Carta Olímpica.

Vindo logo após a decisão da Corte de Wellington de proibir o time de rugby neozelandês "All Blacks" de viajar à África do Sul, certamente sua decisão será profundamente apreciada e aclamada pelo Conselho Superior de Esporte da África, que é o principal órgão político do movimento esportivo africano. Toda a África agradece.

Cordialmente aceite, Vossa Excelência, a garantia de nossa mais alta consideração e respeitosamente estima.

Etienne Mvonema
pelo Secretário Geral

CARTA DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

Senhor Secretário Geral,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que o teor da mensagem datada de 14 de agosto corrente, enviada pelo Conselho Superior de Esportes da África, foi transmitido ao Presidente da República.

O Presidente José Sarney expressou sua profunda satisfação com os termos da mensagem, que salienta a solidariedade africana à política brasileira e à decisão tomada pelo Governo do Brasil no sentido de proibir quaisquer atividades que possam caracterizar intercâmbio cultural, artístico e esportivo entre Brasil e África do Sul.

Além disso, como forma de expressar à comunidade internacional o repúdio da sociedade brasileira ao abominável regime do *apartheid*, o Governo brasileiro determinou a proibição da exportação de petróleo e combustíveis, assim como armamentos e materiais correlatos, para a África do Sul e para Namíbia ilegalmente ocupada. Mais alta consideração,

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

brasil envia mensagem de pesar ao governo japonês pelo desastre aéreo

Mensagens do Presidente José Sarney ao Imperador do Japão, Sua Majestade Imperial Hiroito, e ao Primeiro-Ministro japonês, Yasuhiro Nakasone, enviadas em 15 de agosto de 1985, a propósito do desastre aéreo:

MENSAGEM DO IMPERADOR HIROITO

Por ocasião do triste desastre aéreo que abalou o povo japonês, por favor aceite a mais profunda solidariedade do povo brasileiro e meus profundos sentimentos. Aproveite esta oportunidade para expressar a Vossa Majestade Imperial os protestos de minha mais alta consideração.

MENSAGEM AO PRIMEIRO-MINISTRO

Em nome do povo e do Governo brasileiro, assim como em meu próprio, por favor aceite, Excelência, as mais sinceras condolências e o mais profundo sentimento pelo trágico desastre aéreo que abalou seu povo. Mais alta consideração.

o dia da namíbia

Mensagem do Presidente José Sarney ao Presidente do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, enviada em 26 de agosto de 1985, por ocasião do Dia da Namíbia:

Na ocasião em que se celebra o Dia da Namíbia, o Governo brasileiro deseja reiterar veemente apoio ao povo heróico da Namíbia e ao seu representante legítimo, o SWAPO, na sua luta pela independência. O Brasil tem claramente afirmado sua posição em favor da concessão de uma independência legítima e internacionalmente reconhecida à Namíbia, com base na implementação da Resolução nº 435 (1978) do Conselho de Segurança.

O Governo do Brasil tem repetidamente condenado o Governo da África do Sul pelo não cumprimento das decisões do Conselho de Segurança sobre a questão da Namíbia. Repudiamos enfaticamente a tentativa, pelo regime de Pretória, de instalar unilateralmente um "Governo provisório" em Windhoek, com a clara intenção de impedir a conquista de verdadeira independência para o povo da Namíbia. O Brasil também rejeita a tentativa da África do Sul de introduzir questões alheias ao problema da Namíbia como condição para a concessão de independência àquele território.

Coerente com suas posições, e tendo em vista as recomendações contidas nas Resoluções 418 (1977) e 566 (1985) do Conselho de Segurança, o Governo do Brasil baixou decreto em que consolidou medidas relativas à implementação do embargo de venda de armas à África do Sul, e à imposição de restrições às exportações de petróleo e combustíveis derivados e às relações culturais, artísticas e desportivas.

governo norte-americano recusa medidas protecionistas à indústria calçadista

Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Secretário de Estado norte-americano, George Shultz, enviadas em 29 de agosto de 1985:

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Senhor Presidente,
Foi com grande satisfação que tomei conhecimento da decisão de Vossa Excelência de recusar toda medida de proteção à indústria calçadista, envolvendo restrições às importações norte-americanas de calçados. É-me particularmente grato verificar que, dentre os altos motivos que inspiraram Vossa Excelência a adotá-la, encontram-se preocupações com evitar efeitos negativos indêbitos sobre os parceiros comerciais dos Estados Unidos da América. A atitude de coragem e descortino político de Vossa Excelência constitui testemunho da disposição, que compartilho integralmente, de preservar o clima de entendimento que caracteriza as relações entre nossos países.
Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

Senhor Secretário de Estado,

Foi com grande satisfação que tomei conhecimento da decisão de sua Excelência, o Presidente Ronald Reagan, de recusar toda medida de proteção contra as importações norte-americanas de calçados, resultado para o qual tenho a certeza de muito haver contribuído o empenho pessoal de Vossa Excelência. É-me especialmente grata a determinação de evitar efeitos nocivos sobre os parceiros comerciais dos Estados Unidos da América, assim contribuindo para preservar nossa situação financeira e o bom clima de amizade e entendimento entre os nossos países.

Cordialmente,

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

governo brasileiro recebe mensagens de congratulações por ter decretado sanções contra a África do Sul

Mensagem do Presidente do Comitê Especial contra o apartheid, J. N. Garba, ao Representante Permanente do Brasil junto à organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, enviada em 30 de agosto de 1985:

Foi com grande prazer que o Comitê Especial contra o apartheid tomou conhecimento de que o Presidente do Brasil assinou, em 9 de agosto de 1985, decreto impondo sanções contra a África do Sul.

Em nome do Comitê Especial, desejo transmitir ao Presidente do Brasil, por intermédio de Vossa Excelência, nosso profundo apreço por sua admirável coragem.

Com a assinatura deste decreto, o Brasil associou-se a vários países que nas últimas semanas decidiram tornar inequivocamente claro ao regime de apartheid que não lhe é mais possível continuar impunemente a praticar as políticas de apartheid e a cometer bárbaros assassinatos contra os negros sul-africanos.

O Comitê Especial está firmemente convencido de que se os Estados membros adotarem individual e coletivamente medidas concertadas contra o regime racista da África do Sul, estarão dando uma contribuição significativa à luta do povo sul-africano para eliminar o abominável sistema do apartheid.

Desejo uma vez mais, em nome do Comitê Especial, felicitar o Presidente do Brasil por sua nobre ação.

Aceite, Excelência, os protestos de minha mais alta consideração.

J. N. Garba
Presidente do Comitê Especial contra o Apartheid

telegrama do chanceler olavo setúbal ao presidente da confederação brasileira de automobilismo

Telegrama do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Presidente da Confederação Brasileira de Automobilismo, Joaquim Cardoso de Mello, enviada em 10 de setembro de 1985:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, o Senhor Presidente da República, José Sarney, assinou, em agosto passado, decreto pelo qual ficaram proibidas quaisquer manifestações que caracterizem intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o regime racista da África do Sul.

Estando programada a realização em outubro próximo de evento da série de competições automobilísticas da Fórmula 1 na África do Sul, venho solicitar a interferência de Vossa Senhoria junto à FISA e demais associações envolvidas, no sentido de transferir a prova automobilística em questão para outro país. Dessa forma, estariam atendidos os reclamos da opinião pública brasileira e mundial, bem refletidos nas recentes declarações de protesto do porta-voz dos pilotos dessa categoria desportiva, Senhor Niki Lauda, evitando-se ao mesmo tempo prejuízos para os pilotos brasileiros que estariam impedidos de participar da competição em território sul-africano. Atenciosas saudações.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores

brasil envia mensagem de solidariedade à angola

Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Ministro das Relações Exteriores de

Angola, Afonso Van Dunem, enviada em 16 de setembro de 1985:

Acabo de tomar conhecimento de que o agressivo regime do apartheid invadiu o sul angolano, a partir do território ilegalmente ocupado da Namíbia. Neste momento em que se configura flagrante e inaceitável violação da soberania de Angola e dos princípios fundamentais que regem as relações entre os Estados civilizados, estejam Vossa Excelência e toda a nação angolana seguros da solidariedade do Governo e do povo brasileiro. Alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal

Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

chanceler brasileiro manda telegrama ao presidente da fisa

Telegrama do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ao Presidente da FISA, Jean Marie Ballestre, enviado em 19 de setembro de 1985:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Presidente da República Federativa do Brasil assinou decreto, em 09 de agosto último, que proíbe quaisquer manifestações que caracterizem intercâmbio cultural, artístico e desportivo com o regime racista da África do Sul.

Essa iniciativa governamental corresponde aos sentimentos mais profundos da sociedade brasileira, baseada na convivência harmoniosa de raças e culturas, que repudia vigorosamente o regime do apartheid.

Tendo em conta a presente situação na África do Sul, de conflitos raciais, insegurança coletiva e maciça violação dos direitos humanos, muito agradeceria a Vossa Excelência examinar a possibilidade de cancelar o Grande Prêmio de Kyalami, transferindo a competição para outro país. Essa solicitação atende os reclamos da opinião pública brasileira e, estou certo, corresponde aos anseios de toda a comunidade internacional.

Queira aceitar, Excelência, os protestos de minha distinta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

governo brasileiro envia mensagem de solidariedade pelo terremoto do México

Mensagens do Presidente José Sarney ao Presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado, e do Chanceler Olavo Setúbal ao Secretário de Relações Exteriores do México, Bernardo Sepúlveda Amor, enviadas em 19 de setembro de 1985, a propósito do terremoto que abalou a Capital mexicana:

MENSAGEM DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Quando esse país irmão — a que nos unem tantos e tão profundos laços — se vê assolado por tragédia de proporções que nos entristecem e emudecem, manifesto ao ilustre Primeiro Mandatário e, por seu alto intermédio, ao povo mexicano a total solidariedade do povo e do Governo brasileiros nessa hora de dor, colocando a sua disposição todo o apoio que possa necessitar da nação brasileira. Com a expressão dos sentimentos mais fraternos de

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM DO CHANCELER OLAVO SETÚBAL

Queira o ilustre Chanceler e prezado amigo aceitar as expressões do mais profundo pesar com que tomei conhecimento da tragédia que acaba de se abater sobre seu país. Manifesto a solidariedade do povo e do Governo brasileiro e a nossa disposição fraterna de prestar-lhes a assistência de que possam carecer. Alta consideração.

Olavo Egydio Setúbal
Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

mensagens do presidente José Sarney aos primeiros-mandatários da Venezuela, Honduras, Jamaica e Estados Unidos da América

Mensagens do Presidente José Sarney aos Primeiros-Mandatários da Venezuela, Honduras, Jamaica e Estados Unidos da América, enviadas em 21 de setembro de 1985, ao ingressar no espaço aéreo dos respectivos países.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA VENEZUELA

Ao ingressar no espaço aéreo venezuelano, desejo fazer chegar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, a todo o povo irmão da Venezuela, as minhas mais cordiais saudações. Espero, no contacto que mantere logo mais com Vossa Excelência, expressar a plena disposição do meu Governo de estreitar ainda mais os laços de fraterna amizade e franca cooperação que unem nossos países, identificados ainda mais fortemente a partir do renascimento democrático do Brasil. Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO PRESIDENTE DE HONDURAS

A Sua Excelência o Senhor Roberto Suazo Cordova, Presidente de Honduras. No momento em que sobrevo o espaço aéreo hondurenho, faço chegar ao ilustre Presidente e, por seu alto intermédio, ao povo de Honduras às expressões calorosas de saudação do povo e do Governo brasileiro, assim como meus votos sinceros pela felicidade pessoal de Vossa Excelência. Alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO GOVERNADOR GERAL DA JAMAICA

Ao sobrevoar o espaço aéreo de Jamaica, transmito a Vossa Excelência e lhe rogo fazê-las chegar ao povo e ao Governo jamaicanos as melhores saudações do povo e do Governo brasileiro, assim como meus votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência. Alta consideração.

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

MENSAGEM AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Ao ingressar no espaço aéreo norte-americano, desejo fazer chegar a Vossa Excelência, ao Governo e a todo o povo norte-americano os meus mais cordiais cumprimentos. Estou seguro de que as relações de histórica e sincera amizade que unem nossos países presidem a busca permanente de convergência e o constante aperfeiçoamento dos múltiplos interesses comuns para o entendimento e o proveito recíproco de nossos povos. Cordialmente,

José Sarney
Presidente da República Federativa do Brasil

– foi admitido em 1940, como membro mais jovem da Real Academia de Belas Artes de San Fernando, em Madrid, e, em 1948, o *New College of Music* – o conservatório mais antigo da cidade de Nova Iorque – concedeu-lhe o título de Doutor *Honoris Causa*;

– organizou mais de mil e oitocentos concertos, total ou parcialmente com obras latino-americanas;

– tem atividades realizadas em inúmeros países, ministrando cursos e proferindo palestras.

Trinta e cinco candidatas concorreram ao Prêmio “Gabriela Mistral”, relativo a 1985.

brasil participa da exposição de arte latino-americana no congresso dos estados unidos da américa

Com a presença de vários Embaixadores, do Secretário-Geral da OEA e de diversas autoridades locais, foi aberta em 18 de setembro último na rotunda do Edifício Russell, no Senado dos Estados Unidos, em Washington, a exposição Arte Latino-Americana, organizada pelo deputado Tom Santos e pelo senador Claiborne Pell, por ocasião das comemorações da semana latino-americana (de 16 a 20

em Brasília, o vice-ministro do comércio exterior de cuba

O Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores recebeu, no dia 8 de julho de 1985, o Vice-Ministro do Comércio Exterior de Cuba, Alberto Betancourt Roa, que viaja pela América Latina para, em nome do Presidente do Conselho de Estado e do Governo daquele país, Fidel Castro Ruz, convidar os Presidentes do Continente para participarem de um encontro de personalidades destinado a troca de idéias em torno do problema do endividamento externo. Igual convite será formulado pelo Vice-Ministro a outras personalidades brasileiras. O Secretário Geral do Itamaraty adiantou ao visitante que, para o Governo brasileiro, o foro mais adequado para a consideração daquele problema continua sendo o Consenso da Cartagena.

os entendimentos do chanceler britânico em Brasília

Atendendo a convite do Governo brasileiro, o Secretário de Estado de Sua Majestade Britânica para os Negócios Estrangeiros e da Comunidade visitou oficialmente o Brasil no período de 8 a 10 de julho de 1985. Sir Geoffrey Howe fez-se acompanhar de Lady Howe e altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico.

2. Durante sua permanência em Brasília, nos dias 8 e 9 de julho, o Secretário de Estado Howe foi recebido pelo Presidente da República, Senhor José Sarney. Visitou o Presidente do Senado Federal, Senador José Fragelli, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães. Encontrou-se com o Ministro da Fazenda, Senhor Francisco Oswaldo Dornelles e com o Presidente do Banco Central, Senhor Antônio Carlos Lemgruber.

3. Após sua permanência em Brasília, o Secretário de Estado visitou no dia 10 São Paulo, sendo aí recepcionado pela Câmara de Comércio Anglo-Brasileira.

4. Manteve reuniões de trabalho nos dias 8 e 9 com o Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, ocasião em que passaram em revista, além dos assuntos bilaterais, temas da atualidade internacional.

5. Ao fim das conversações, o Ministro Howe convidou o Ministro Setúbal a visitar o Reino Unido, o que foi aceito com prazer, ficando para ser definida uma data no ano vindouro.

primeiro curso de formação de diplomata na guiné-bissau

Realizou-se, no período de 27 de março a 24 de junho, em Bissau, Guiné-Bissau, o 1º Curso de Formação de Diplomatas, sob a responsabilidade do Instituto Rio-Branco, do Governo da Guiné-Bissau e da UNITAR (United Nations Institute for Training and Research). Participaram do curso 31 estudantes guineenses, provenientes, em sua maioria, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Ministério do Plano, Coordenação Econômica e Cooperação Internacional, Ministério do Comércio e Turismo e outros.

Em sua primeira parte, com duração de um mês, destinada a familiarizar os futuros diplomatas com os problemas nacionais, estratégia de desenvolvimento e prioridades da política exterior de Guiné-Bissau, participaram vários Ministros e Secretários de Estado, possibilitando aos estudantes contatos em diversas áreas de interesse para futuro desempenho profissional.

No segundo mês, professores da UNITAR expuseram temas como o Direito do Mar, o Sistema das Nações Unidas, Mecanismos e Estruturas de Cooperação Econômica Multilateral e Comércio Internacional, assuntos de interesse para Guiné-Bissau com vistas a sua atuação em organizações internacionais.

A última parte do curso foi ministrada por professores do Instituto Rio-Branco e abrangeu matérias fundamentais à formação de diplomatas, como Prática Diplomática e Consular, Direito dos Tratados, Direito Internacional Público, Teoria de Relações Internacionais e Economia Internacional.

Ao final do curso, os participantes receberam um diploma dos três organizadores e ingressaram no serviço diplomático do país ou foram designados assessores internacionais dos ministérios de origem.

A cerimônia de encerramento foi presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, pelo Representante Residente do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em nome da UNITAR, e pelo Embaixador do Brasil, Affonso Celso de Ouro Preto. O Presidente da Guiné-Bissau, ausente do país na ocasião, designou um Ministro de Estado para representá-lo e várias outras autoridades prestigiaram o evento.

O curso, além de atingir o objetivo precípuo de formar diplomatas guineenses, obteve grande aceitação das auto-

comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR) foi criada pelo Decreto nº 86.829, de 12 de janeiro de 1982. Sua função é de elaborar e supervisionar a execução da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que estabelece as diretrizes básicas das atividades antárticas do país. A CONANTAR é constituída por representantes dos seguintes órgãos:

Ministério da Marinha
Ministério do Exército
Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Educação
Ministério da Agricultura
Ministério da Aeronáutica
Ministério da Ciência e Tecnologia
Estado-Maior das Forças Armadas
Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Ministério das Minas e Energia

Nas treze Sessões que realizou até hoje, a CONANTAR vem acompanhando a cooperação internacional que o Brasil mantém em assuntos antárticos. Além disso, a Comissão tem proposto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), órgão encarregado da execução do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), linhas de ação para o desenvolvimento de nossas atividades na Antártida. A CONANTAR também acompanha o desenvolvimento de negociações no âmbito do Tratado da Antártida, de que o Brasil é Parte Consultiva.

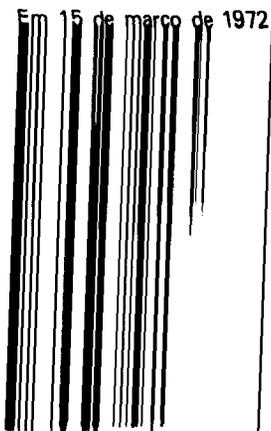
Em sua XIII Seção, realizada em 2 de agosto, os seguintes assuntos de maior relevo constaram da agenda da Comissão:

- a) atividades do PROANTAR, planejadas para o próximo verão austral;
- b) situação orçamentária do PROANTAR;
- c) XIII Reunião Consultiva do Tratado da Antártida;
- d) negociação de um regime de exploração e aproveitamento de recursos minerais antárticos.

A CONANTAR é presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

ponte sobre o rio iguaçu, na fronteira brasil-argentina

Em 15 de março de 1972, o Brasil e a Argentina assina-



ram Acordo relativo ao início dos estudos para a construção de uma ponte sobre o rio Iguaçu. Com base neste ato e nas recomendações formuladas pelos técnicos dos dois países em reunião efetuada em Foz do Iguaçu, em novembro de 1972, firmou-se, em 17 de maio de 1980, por ocasião da visita do Presidente Figueiredo a Buenos Aires, Acordo criando a Comissão Mista que se encarregaria da concretização da referida obra.

2. No âmbito dos trabalhos da Comissão Mista, foi adjudicado ao consórcio binacional integrado pelas empresas Figueiredo-Ferraz - ETEL (Brasil) e Consulbaires (Argentina) o projeto de engenharia, aprovado pelos dois Governos em março de 1982.

3. Posteriormente, foi realizada a licitação para a execução da obra, vencida pelo consórcio Sobrenco (Brasil) e Supercemento (Argentina). A inauguração oficial dos trabalhos se deu por ocasião do encontro de fronteira entre os então Primeiros Mandatários de ambos os países, em 13 de janeiro de 1983. A construção da ponte deverá estar terminada em novembro de 1985.

4. O empreendimento sobre o rio Iguaçu ligará as cidades fronteiriças de Porto Meira (Brasil) e Puerto Iguazu (Argentina), sendo a principal obra de integração física entre os dois países desde quando foi inaugurada a ponte que une Uruguiana e Paso de los Libres, na década de quarenta. Repercutirá sensivelmente sobre a economia regional, inclusive facilitando os transportes entre os dois países e, sobretudo, ensejando o incremento do turismo na região.

5. A ponte liga-se às BR-277, BR-369 e BR-373, no lado brasileiro, e às R-12 e R-14, no argentino.

DADOS TÉCNICOS

- extensão: 480 m.
- largura: 16,50 m.
- largura da pista: 13,30 m.
- altura com relação à lâmina d'água: ± 70 m.
- vão central: 220 m. (com 2 tramos laterais de 130 m.)
- distância entre os acessos de fronteiras: 5,4 km.
- centro de fronteira brasileiro (área edificada): 2.500 m^2 .
- centro de fronteira argentino (área edificada): 2 edifícios com 1.500 m^2 ; uma área coberta de 3.792 m^2 .

despedida de embaixadores estrangeiros

O Embaixador da Nicarágua, Ernesto Gutierrez e Gutierrez, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de julho de

1985. Durante a solenidade, o Embaixador da Nicarágua recebeu as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador da Turquia, Yildirim Keskin, deixou suas

funções em Brasília e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, em solenidade realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 17 de setembro de 1985. Durante a solenidade, o Embaixador da Turquia recebeu as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

índice

presidente josé sarney abre a XL sessão da assembléia geral da onu discurso do presidente josé sarney, em nova york, por ocasião da abertura da XL sessão da assembléia geral da organização das nações unidas (onu)	3
o encontro do presidente brasileiro com o grupo latino-americano da onu discurso do presidente josé sarney, em nova york, por ocasião de encontro com o grupo latino-americano da onu	13
presidente brasileiro visita o "council on foreign relations" discurso do presidente josé sarney, em nova york, por ocasião de sua visita ao "council on foreign relations"	15
II conferência de ciência e tecnologia da américa latina e caribe discurso do presidente josé sarney e do diretor geral da unesco, amadou mahtar m'bow, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da sessão de abertura da II conferência de ciência e tecnologia da américa latina e caribe (castalac)	19
brasil e tchecoslováquia assinam acordo básico de cooperação científica e tecnológica discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da assinatura do acordo básico de cooperação científica e tecnológica entre o brasil e a tchecoslováquia	30
a visita do chanceler britânico ao brasil discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal e do secretário de estado de sua majestade britânica para os negócios estrangeiros e da comunidade, geoffrey howe (tradução não oficial), no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao representante britânico	31
brasil e colômbia ratificam tratado de amizade e cooperação discursos do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, e do embaixador da colômbia, josé jaime nicholls, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da solenidade de troca dos instrumentos de ratificação do tratado de amizade e cooperação entre o brasil e a colômbia	39
chanceler olavo setúbal visita a índia discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em nova déli, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da índia, kurshid alam khan	41
a chegada de olavo setúbal a nova déli declaração do chanceler olavo setúbal logo após sua chegada a nova déli	44
reunião ministerial do grupo dos 77 sobre o sistema geral de preferências comerciais, em nova déli discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, em nova déli, por ocasião da abertura dos trabalhos da reunião ministerial do grupo dos 77 sobre o sistema geral de preferências comerciais	45
ministro da cooperação econômica da rfa amplia entendimentos com o brasil discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, paulo tarso flecha de lima, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro da cooperação econômica da república federal da alemanha, jürgen warnke	49

declaração de lima reafirma importância do fortalecimento do sistema democrático	
declaração divulgada em lima, pelos chefes de estado e representantes especiais reunidos com o presidente do peru, alan garcia	51
a reunião informal dos chanceleres dos países membros do consenso de cartagena	
comunicado de imprensa, divulgado em lima, ao final da reunião informal dos chanceleres dos países membros do consenso de cartagena	55
chanceleres, em lima, analisam a situação na américa central	
comunicado divulgado em lima, ao final da reunião de chanceleres para analisar a situação na américa central	56
XIII sessão da comissão nacional para assuntos antárticos	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da XIII sessão da comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)	57
brasil e paraguai assinam acordo para isenção da taxa de melhoramento de portos	
discurso do chanceler olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da assinatura do acordo, por troca de notas, entre o brasil e o paraguai, para isenção da taxa de melhoramento de portos (tmp) para mercadorias destinadas ao paraguai, ou procedentes daquele país, em trânsito pelo território brasileiro	63
a assinatura do acordo brasil-bolívia para isenção da taxa de melhoramento de portos	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da assinatura do acordo, por troca de notas, entre o brasil e a bolívia, relativo à isenção da taxa de melhoramento de portos para mercadorias destinadas à bolívia, ou procedentes daquele país, em trânsito pelo território brasileiro.	65
comunicado dos ministros das relações exteriores do grupo de contadora	
comunicado dos ministros das relações exteriores da colômbia, méxico, panamá e venezuela, divulgado em cartagena, após reunião com os chanceleres da argentina, brasil, peru e uruguai	67
olavo setúbal, no senado federal, fala sobre a política externa brasileira	
pronunciamento do chanceler olavo setúbal na comissão de relações exteriores do senado federal	71
em brasília, o ministro dos negócios estrangeiros do egito	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros do egito, boutros ghali	79
comunicado conjunto brasil-egito	
comunicado conjunto brasil-egito, assinado, no palácio do itamaraty, em brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, e pelo ministro dos negócios estrangeiros do egito, boutros ghali	81
itamaraty e ipea assinam aditivo ao convênio que orienta as ações de promoção comercial do brasil no exterior	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da solenidade de assinatura do nono termo aditivo ao convênio entre o ministério das relações exteriores e o instituto de planejamento econômico e social (ipea) para a promoção comercial do brasil no exterior.	83
conselho de segurança da onu analisa a invasão do território angolano por forças sul-africanas	
tradução não-oficial do discurso do chefe da missão do brasil junto à organização das nações unidas, george álvaros maciel, em nova york, por ocasião do exame, no conselho de segurança daquela organização, da queixa de angola contra a invasão de seu território por forças sul-africanas	85

ministro dos negócios estrangeiros do japão visita o brasil	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros do japão, shintaro abe	87
chanceler brasileiro abre a primeira sessão da comissão mista brasil-japão	
discurso do chanceler olavo setúbal, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da primeira sessão da comissão mista brasil-japão	89
relações diplomáticas	91
brasil e botsuana estabelecem relações diplomáticas	91
designação de embaixadores brasileiros	91
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	91
tratados, acordos, convênios	93
acordo de cooperação entre o brasil e a organização mundial da propriedade intelectual	93
ajuste complementar brasil-alemanha para desenvolvimento dos recursos hídricos do nordeste	94
brasil e eua assinam memorando de entendimento para cooperação na área espacial e acordo sobre comércio de têxteis	95
brasil e canadá assinam acordo para desenvolvimento da aqüicultura	105
acordo brasil-paraguai para isenção da taxa de melhoramento de portos	107
os acordos entre o brasil e o uruguai	108
brasil e bolívia assinam acordo para isenção da taxa de melhoramento de portos	116
atos bilaterais do brasil com outros países, assinados no terceiro trimestre de 1985, e que não se acham em vigor	116
registro de assentamentos de atos multilaterais dos quais o brasil é parte, ocorridos no terceiro trimestre de 1985	117
comunicados e notas	121
a libertação dos passageiros do avião da twa seqüestrado no líbano	121
governo brasileiro repudia violações de direitos humanos na áfrica do sul	121
substituição do presidente do ibc não afeta o apoio do brasil ao acordo internacional do café	121
itamaraty anuncia visita do presidente da frança	121
eua abrem investigação sobre o setor de informática no brasil	122
itamaraty anuncia encontro dos presidentes josé sarney e raúl alfonsín	122

mensagens	123
sarney envia telegrama ao presidente-eleito da itália	123
mensagem do governo brasileiro ao presidente do soviete supremo da união soviética	123
presidente brasileiro manda mensagem ao presidente norte-americano	123
governo brasileiro envia mensagem de pesar ao presidente da itália	124
o falecimento do presidente da guiana	124
mensagem do presidente josé sarney ao presidente júlio maria sanguinetti, ao ingressar no espaço aéreo uruguaio	124
carta do conselho superior de esporte da áfrica ao presidente josé sarney	124
brasil envia mensagem de pesar ao governo japonês pelo desastre aéreo	125
o dia da namíbia	125
governo norte-americano recusa medidas protecionistas à indústria calçadista	125
governo brasileiro recebe mensagem de congratulações por ter decretado sanções contra a áfrica do sul	126
telegrama do chanceler olavo setúbal ao presidente da confederação brasileira de automobilismo	126
brasil envia mensagem de solidariedade a angola	126
chanceler brasileiro manda telegrama ao presidente da fisa	127
governo brasileiro envia mensagem de solidariedade pelo terremoto no méxico	127
mensagens do presidente josé sarney aos primeiros-mandatários da venezuela, honduras, jamaica e estados unidos da américa	127
notícias	129
em brasília, o vice-ministro do comércio exterior de cuba	129
os entendimentos do chanceler britânico em brasília	129
primeiro curso de formação de diplomata na guiné-bissau	129
no brasil, o comissário geral do projeto brasil-frança	130
em paris, comissão de coordenação prepara festividades do centenário de villa-lobos	130
prêmio interamericano de cultura "gabriela mistral"	130
segunda reunião da subcomissão mista cultural brasil-méxico	131
filmes brasileiros premiados no méxico	131
brasil participa da exposição de arte latino-americana no congresso dos estados unidos da américa	131

simon wiesenthal institute agradece cooperação do brasil na solução do caso mengele	131
comissão nacional para assuntos antárticos (conantar)	132
ponte sobre o rio iguaçu, na fronteira brasil-argentina	132
despedida de embaixadores estrangeiros	132